

6° CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
16, 17 e 18 de junho de 2000
Belo Horizonte - MG

COMISSÃO ORGANIZADORA

Maurício França Rubem (Coordenador)
Aldemir de Carvalho Caetano (Secretaria de Finanças)
Charles da Vitória Reis (Secretaria de Formação)
Dary Beck Filho (Secretaria de Formação)
William de Queiroz Corbo (Secretaria de Trabalhadores Terceirizados)
Márcio Nicolau (Diretor do Sindipetro/MG)
José Carmo Oliveira e Souza (Diretor do Sindipetro/MG)

Equipe de Apoio

Ademilson Tavares Gomes (Serviços Gerais)
Ione Santos da Cruz Pereira (Secretária)
Leila Costa (Jornalista)
Neusa Barbosa de Albuquerque Aquino (Secretária)
Sandra Melo (Serviços Gerais)

DIRETORIA COLEGIADA 1998/2000

Secretaria de Coordenação Geral

Maurício França Rubem

Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente e

Roberto Odilon Horta

José Celso de Araújo

Secretaria de Finanças

Armando Trípode

Aldemir Caetano

Secretaria de Imprensa e Comunicação

João Antonio Moraes

Agnelson Camilo Silva

Secretaria de Política e Formação Sindical

Dary Beck Filho

Charles da Vitória Reis

Secretaria de Aposentados e Políticas Sociais

Paulo César Chamadoiro Martin

Secretaria de Assuntos Institucionais e Jurídicos

José Samuel Magalhães

Clarckson Nascimento

Secretaria de Trabalhadores Terceirizados

Willian de Queiroz Córbo

Representantes dos Aposentados

Almir Bonfim

Eray Martins

Conselho Fiscal

Averaldo de Meneses Almeida

Eduardo Viana Menezes

Roberto Gutierrez

6º CONFUP

ÍNDICE

1. Diretoria Colegiada – Gestão 2000/2002	4
2. Apresentação	5
3. Regimento Interno	6
<u>4. Análises de Conjuntura Internacional e Nacional</u>	11
<i>Tese 1 - Alternativa Sindical Socialista</i>	11
<i>Tese 2 - Movimento por uma Tendência Socialista</i>	17
<i>Tese 3 - Corrente Sindical Classista</i>	20
<i>Tese 4 - Articulação Sindical</i>	24
<u>5. Resoluções</u>	30
Sindicalismo: Estrutura e Organização Sindical	30
Campanhas contra as privatizações	36
Calendário de Mobilização	39
Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Novas Tecnologias	41
Campanhas Reivindicatórias, Balanço / Estratégias/ Pautas de Reivindicações e Petros	52
6. Moções	60
<u>7. Anexos</u>	61
Relatório do Encontro de Formação	61
Relatório do Coletivo Nacional de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente 15/06/2000.	61
Relatório do Encontro Nacional de Imprensa	67
Resoluções do Encontro dos Trabalhadores de Empreiteiras	69
Relatório do Encontro das Assessorias Jurídicas	70
<u>8. Pauta de Reivindicações</u>	73
Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores da PETROBRÁS:	73

DIRETORIA 2000/2002

Secretaria de Coordenação Geral

Maurício França Rubem

Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente e

Wanderley Bezerra

Helder Caixeta

Secretaria de Finanças

Fernando Carvalho

Agnelson Camilo Silva

Secretaria de Imprensa e Comunicação

Antonio Aparecido Carrara

Mozart Queiroz

Secretaria de Política e Formação Sindical

Armando Trípodi

Dary Beck Filho

Secretaria de Aposentados e Políticas Sociais

Paulo César Chamadoiro Martin

Secretaria de Assuntos Institucionais e Jurídicos

José Samuel Magalhães

Aldemir de Carvalho Caetano

Secretaria de Trabalhadores Terceirizados

Willian de Queiroz Côrbo

Representantes dos Aposentados

Almir Bonfim

Wilson Santarosa

Conselho Fiscal

Charles Nobre Peroba

João Carlos Nóbrega

Gloria Tereza Ivo da Silva

6º CONFUP

APRESENTAÇÃO

Realizado nos dias 16, 17 e 18 de Junho de 2000, em Belo Horizonte – MG, o 6º CONFUP (Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros) contou com 343 delegados dos 20 sindicatos filiados a FUP.

Durante a Solenidade de abertura estiveram presentes os representantes dos partidos políticos (PT, PC do B, PSTU, PCB e PCO), da Central de Movimentos Populares, da CUT, da CNQ, da ICEM, da FENAE e da FENTECT, além da Federação Nacional de Petroleiros do Equador.

Neste CONFUP foi eleita a nova diretoria da Federação para o período 2000/2002. Também foram eleitos: o Conselho Fiscal e os Representantes dos Aposentados.

A luta contra as privatizações, a defesa da PETROBRÁS, os Fundos de Pensão e a Campanha Reivindicatória dos Trabalhadores do Setor Petróleo em 2000, foram os temas debatidos durante as várias plenárias do Congresso.

O destaque das resoluções fica com o apoio ao Plebiscito da Dívida Externa, promovido pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) com a ajuda dos movimentos sociais.

6º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros 16, 17 e 18/06/2000 Belo Horizonte - MG

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

- Art. 1º** A Federação Única dos Petroleiros convoca o 6º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - 6º CONFUP, a ser realizado na cidade de Belo Horizonte - MG no dias 16, 17 e 18 de junho de 2000.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

- Art. 2º** O 6º CONFUP terá como objetivo:
- a) discussão e deliberação das teses e propostas ao temário referido no artigo 3º;
 - b) interação entre os delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se o relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
 - c) a solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

- Art. 3º** O 6º CONFUP, para cumprir os seus objetivos, discutirá e deliberará sobre o seguinte temário através da discussão em Plenário e Grupos de Trabalho.

Plenária - Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

As posições políticas sobre este tema serão apresentadas pelas forças políticas, na abertura do Congresso.

Não haverá votação e cada visão política apresentará uma síntese que será incorporada as resoluções do 6º CONFUP.

**** Todos os Grupos de trabalho devem levar em consideração a totalidade da categoria: petroleiros da PETROBRÁS e das outras empresas (efetivos e contratados).**

Grupo 1 – Sindicalismo (Estrutura e Organização Sindical)

Grupo 2 - Campanhas Contra Privatizações e Calendário de mobilizações

Grupo 3 - Saúde, Segurança, Meio-Ambiente, Novas Tecnologias

Grupo 4 – Campanhas Reivindicatórias, Balanço/Estratégias e Pautas de Reivindicações.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

- Art. 4º** A organização do congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pela FUP (Maurício, Caetano, Charles, Côrbo e Dary) e representantes do Sindipetro - MG.

Parágrafo Único - A mesa diretora do Congresso será composta por cinco membros

6º CONFUP

eleitos entre os delegados sendo um presidente, dois secretários e dois relatores, cabendo:

- a) ao presidente, dirigir os trabalhos;
- b) aos secretários, fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos relatores, a elaboração do relatório final do 6º CONFUP.

CAPÍTULO V - DA DIVULGAÇÃO

Art. 5º A FUP, num prazo máximo de 30 dias, deverá divulgar as Resoluções do congresso, quando serão encerrados os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VI - DOS DELEGADOS

Art. 6º Os delegados ao congresso serão eleitos em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, ou eleitos nas suas bases, especificadamente convocados pelos Sindicatos filiados a FUP, segundo os critérios do artigo 7º do seu estatuto.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos ao 6º CONFUP, conforme parágrafo 7º do artigo 14 do Estatuto da Federação.

Art. 7º O número máximo de delegados será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante:

Critério: Nº Sindicalizados

	Delegados Eleitos	
até 1.000	12	
de 1.001 a 2.000	16	
acima de 2.000	16 + 1	a cada 360 sindicalizados

Parágrafo 1º - Os delegados e suplentes eleitos para o 6º CONFUP deverão estar inscritos junto a Comissão Organizadora, até o dia 24 de maio de 2000, via documento ou fac-símile.

Parágrafo 2º - Serão inscritos delegados suplentes para substituição à ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3º - Os delegados suplentes poderão ser credenciados, em substituição aos delegados efetivos, até uma (1) hora após o encerramento das inscrições. Os mesmos deverão ser inscritos e credenciados obedecendo à ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4º - Delegados suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado dos delegados efetivos.

CAPÍTULO VII - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 8º As teses nacionais das concepções políticas e/ou de trabalhadores, deverão ser inscritas junto à Comissão Organizadora, na FUP, até o dia 08/05/2000, devendo ser subscritas por no mínimo 5 pessoas.

Parágrafo 1º - A Comissão Organizadora deverá remeter aos Sindicatos, todas as

6º CONFUP

teses inscritas dentro do prazo, até o dia 09/05/2000, para subsidiar os debates dos Congressos e Assembléias Regionais.

Parágrafo 2º - As Emendas às teses nacionais das concepções políticas e/ou de trabalhadores, teses diferenciadas ou outras, e moções aprovadas nos Congressos e Assembléias Regionais deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora, na FUP, até no máximo dia 24/05/2000.

Parágrafo 3º - As teses, emendas e moções, tratadas acima, deverão ser gravadas no sistema “word”, fonte “times new roman”, tamanho “12” e enviadas em disquete, no prazo estabelecido, para compor o caderno de teses. A comissão Organizadora e a FUP não se responsabiliza pelo não cumprimento dos prazos.

Parágrafo 4º - As moções que não forem apreciadas nos Congressos e Assembléias Regionais, para que possam ser submetidas à Plenária, deverão ser apresentadas nos Grupos de Trabalho, com subscrição de no mínimo 5 pessoas, devendo obter 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes no momento da votação.

CAPÍTULO VIII - DO FUNCIONAMENTO, CREDENCIAMENTO E INSTALAÇÃO

Art. 9º O funcionamento do 6º CONFUP deverá obedecer a seguinte programação:

Dia 16.06.2000(sexta-feira)

- 08:00 às 20:00 horas – Credenciamento
- 12:00 às 14:00 horas – Almoço
- 14:00 às 16:00 horas – Abertura, Eleição da Mesa Diretora e Votação do Regimento Interno
- 16:00 às 17:00 horas – 1º Paineil: 500 Anos de Exploração Indígena, Negra e Popular – Profº. Rubim Santos Leão de Aquino
- 17:00 às 18:00 horas – 2º Paineil: Perspectivas do Setor Petróleo e Energético no 3º Milênio - Profº. Ildo Sauer
- 18:00 às 19:00 horas - Análise da Conjuntura Nacional e Internacional das concepções políticas.
- 19:00 às 20:00 horas – Jantar
- 20:00 às 21:30 – Sessão Solene de Abertura

Dia 17.06.2000 (sábado)

- 09:00 às 12:00 horas – Eleição da Tese Guia e trabalhos em grupos
- 09:00 às 12:00 horas – Final de Credenciamento
- 12:00 às 14:00 horas – Almoço
- 14:00 às 18:00 horas – Continuação dos Trabalhos em Grupos
- 18:00 às 20:00 horas – Jantar

Dia 18.06.2000 (domingo)

- 09:00 às 12:00 horas – Plenária Final
- 12:00 às 13:00 horas – Almoço.
- 13:00 às 13:30 horas - Inscrição de Chapas p/ Direção e Cons. Fiscal da FUP
- 13:30 às 16:00 horas - Votação e Apuração
- 16:00 às 16:30 horas – Encerramento

6º CONFUP

CAPÍTULO IX - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

- Art. 10** Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto.
- Art. 11** As votações nos grupos e nas sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.
- Parágrafo 1º** - A conferência dos resultados das votações nos grupos serão feitas por contagem que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidas individualmente por credencial.
- Parágrafo 2º** - Não serão permitidos votos por procuração.
- Parágrafo 3º** - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4 (quatro) delegados para contarem os votos dos participantes da plenária.
- Art. 12** Nas sessões Plenárias e Grupos de Trabalho somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo, 3 (três) minutos
- Art. 13** Todo delegado que desejar intervir nos Grupos de Trabalho deverá se inscrever previamente junto à mesa com a entrega do crachá, e o fará seguindo a ordem de inscrição.
- Parágrafo Único** - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do terceiro orador ou a critério dos Grupos de Trabalho.
- Art. 14** O sistema de votação nas sessões plenárias será o de maioria simples e nos Grupos de Trabalho as propostas vencidas que obtiverem 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação, serão encaminhadas a Plenária para votação juntamente com a proposta vencedora.
- Art. 15** Na sessão Plenária, durante a leitura dos relatórios dos Grupos de Trabalho, a mesa anotará as propostas conflitantes. Em seguida colocará em discussão proposta por proposta, abrindo-se 01 (uma) intervenção para cada proposta e, se necessário, abrir-se-á mais 01 (uma) intervenção a cada uma, antes da votação do relatório final do grupo, no tempo máximo de 5 (cinco) minutos.
- Parágrafo 1º** - Qualquer delegado poderá solicitar a mesa “Questão de Ordem”, “Questão de Esclarecimento” ou “Questão de Encaminhamento”, limitado a 01 (um) minuto.
- Parágrafo 2º** - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Declaração de Voto” após ter se absterido na votação e será limitado a 01 (um) minuto e até 03 (três) delegados por votação.

CAPÍTULO X - DA PLENÁRIA

- Art. 16** A mesa diretora da plenária será a mesma, prevista no art. 4º parágrafo único.
- Art. 17** A plenária é órgão máximo e soberano do 6º CONFUP e será composta pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificada pelos crachás.
- Art. 18** A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, quando da sua apreciação.
- Art. 19** As propostas de emendas (aditivas, supressivas e modificativas) à tese guia serão destacadas e encaminhadas por escrito a mesa diretora.

CAPÍTULO XI - DOS OBSERVADORES

- Art. 20** A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores com direito a voz, até 3 por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP

6º CONFUP

Parágrafo Único - Também poderão ser credenciados, a critério da Comissão Organizadora, todos os assessores, com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros tais como DIEESE, DIESAT, etc., previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

CAPÍTULO XII - DAS DESPESAS

Art. 21 As despesas do 6º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados eleitos nas assembleias, independente do número de delegados efetivamente credenciados. As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas da infra-estrutura do 6º CONFUP, tais como, alimentação, papel, transporte e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Art. 22 Todas as delegações participantes do 6º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

Parágrafo 1º - Até 24 de maio deverá ser pago o pré-rateio correspondente a 50 % (cinquenta por cento) da estimativa do custo do Congresso.

Parágrafo 2º - Até o dia 09 de junho deverá ser feito o pagamento restante do rateio (50 % - cinquenta por cento) e demais débitos com a Federação através de ordem de pagamento ou cheque; a partir desse prazo o pagamento só será aceito em espécie.

Parágrafo 3º - Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora.

Art. 24 Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Art. 25 Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora do Congresso.

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
16, 17 e 18/06/2000
Belo Horizonte - MG

ANÁLISES DE CONJUNTURA
INTERNACIONAL E NACIONAL

Tese 1

Alternativa Sindical Socialista

Análise de conjuntura internacional e nacional

Conjuntura Internacional

1. É colossal o atual desenvolvimento das forças produtivas em termos mundiais. Tanto é assim que, o capitalismo se dá ao luxo de constantemente sucatear inúmeros parques produtivos em função de modernização/otimização de outros. Há trilhões de dólares na ciranda especulativa em vez de ser investida na produção. Há enormes avanços nas tecnologias agrícolas e muitas terra sem uso. No entanto, cerca de 1,25 bilhões de humanos vivem abaixo da linha de pobreza. Isto é a consequência da concentração da renda mundial em torno de alguns pólos, excluindo totalmente inúmeras regiões. Por outro lado, é crescente a quadro de exclusão social mesmo nas regiões desenvolvidas. Esta disparidade tem sido a alavanca impulsionadora de lutas contra a globalização.

2. No cenário internacional, o auge político do projeto neoliberal já passou. Continua sendo o programa econômico das classes dominantes, mas elas não podem acreditar que têm um projeto capaz de estabilizar economicamente o capitalismo e controlar politicamente a população. Cada vez menos trabalhadores e trabalhadoras alimentam esperanças ou se deixam vencer pelos medos provocados pela aplicação desse receituário.

3. O neoliberalismo foi à resposta das classes dominantes à crise capitalista internacional dos anos 70. Para recompor as taxas de lucro promoveu um gigantesco ataque aos direitos e condições de vida dos trabalhadores anulando conquistas da classe operária obtidas na luta de classes nesses últimos 200 anos, inclusive nos países imperialistas. Se assim lhe foi possível recuperar a lucratividade em diversos setores, o resultado de conjunto foi que inibiu o crescimento da procura de bens e serviços, exacerbando as guerras comerciais onde os países dependentes são as principais vítimas e a OMC (Organização Mundial do Comércio) a principal ferramenta do capital imperialista.

4. Por outro lado, as políticas econômicas neoliberais têm estimulado o inchaço do setor financeiro das economias. O fetiche da moeda em papel é potencializado através de mecanismos modernos de deslocamento em tempo real, permitindo uma velocidade estupidamente maior que a acumulação da riqueza materializada em mercadorias permite alcançar. Desta forma o processo de concentração e centralização monetária e financeira descola-se de forma impressionante de sua base concreta e real: da produção de mercadorias.

5. Nas bolsas de valores ações valem mais que a capacidade de remunerar que o lucro médio da economia. As dívidas públicas financiam parte da ciranda financeira arrojando os gastos sociais para transferir riquezas aos credores do Estado. Vive-se um novo ciclo de crescimento das dívidas do Terceiro Mundo com os capitais dos países imperialistas. Nada disso faz

6º CONFUP

aumentar a riqueza material, mas serve para provocar uma nova onda de redistribuição *inversa* da renda a escala mundial. São os países atrasados que transferem recursos para o capital imperialista e dentro de cada país aumenta o enriquecimento dos detentores de capital rentista.

6. A anulação de direitos conquistados pelo proletariado do mundo inteiro nesses últimos 200 anos de luta de classe, a expropriação contínua dos povos oprimidos, a mundialização do desemprego e da miséria criam formas em curto prazo (e, portanto, ilusórias) de superação da crise capitalista.

7. Nesse cenário aumentaram as pressões econômicas, políticas e militares dos países imperialistas (com os EUA à frente) sobre os países dependentes. Por um lado, é a OMC exigindo abertura dos mercados dos países mais fracos. Mas os produtos de exportação dos países periféricos, primários ou semi-industrializados, perdem valor frente às importações de produtos industrializados dos países desenvolvidos. Além do mais, com frequência estes produtos são sobretaxados, como ocorre com o aço e o suco de laranja brasileiros nos EUA. E o FMI pressiona para garantir o pagamento dos passivos externos. Por outro lado, a política norte-americana de intervenção militar unilateral (Iraque, ex-Iugoslávia) que na América Latina vem disfarçada de uma “política antidrogas” (ex: Colômbia), é o fator de garantia de imposição das receitas dos organismos econômicos. O orçamento anual das forças armadas americanas é de cerca de US\$ 278 bi, ou seja, meio PIB brasileiro gasto anualmente para impor ao mundo as suas políticas e as suas ordens.

8. São os enormes investimentos em tecnologia e essa capacidade militar de impor seus desejos que fazem dos EUA hoje a única grande potência mundial. Seu PIB de cerca de US\$ 9,265 trilhões, corresponde à cerca de 1/3 do PIB mundial (quase 20 vezes o do Brasil). É quase igual ao de outras 5 das grandes potências somadas (Japão 3,784 tri, Alemanha 2,136 tri, Inglaterra 1,357 tri, França 1,433 tri e Brasil 555 bi). O desemprego nos EUA está baixo porque, com a globalização, vende seus produtos com altas tecnologias para o mundo. Suas empresas com filiais espalhadas por países com mão-de-obra barata e legislações ambientais menos restritivas, ou em mercados mais rentáveis, remetem anualmente enormes volumes de lucros para reforçar seu caixa.

9. A globalização que beneficia os grandes grupos econômicos faz com que os países periféricos se tornem insignificantes diante deles. O faturamento anual de muitos grupos é superior ao PIB de inúmeros países. Para exemplificar, a PETROBRÁS fatura cerca de US\$ 25 bi anualmente. Isto é quase os PIBs do Paraguai (US\$ 10,2 bi em 97), da Bolívia (US\$ 8 bi em 97) e da Costa Rica (US\$ 9,5 bi em 97) somados. Mas isso não é nada, é América Latina. A Wal-Mart faturou em 99 cerca de US\$ 167 bi, mais que a Noruega (US\$ 153 bi). A GM faturou cerca de US\$ 189 bi, mais que a Dinamarca (US\$ 170 bi). O processo constante de fusões de grupos econômicos agrava anualmente esta realidade.

10. A reação popular tem surgido pelos quatro cantos do mundo. Setores com uma plataforma antineoliberal ganharam eleições (Venezuela) ou chegaram perto da vitória (Uruguai). Levantes populares derrubaram governos (Equador, Paraguai). Após 25 anos de resistência, as Forças populares conseguiram a independência do Timor Leste, apesar da brutalidade do exército indonésio. Forças guerrilheiras disputam o poder com um regime agonizante (Colômbia) ou criam um poderoso polo de resistência ao neoliberalismo (México). Na disputa em torno do menino Elián, as manifestações de massa em Cuba mostram que a ilha continua sendo uma trincheira da dignidade e do antiimperialismo. Setores da classe trabalhadora dos países capitalistas centrais realizam greves e manifestações de massa enfrentando as estratégias patronais de precarização do trabalho (UPS e GM, nos EUA; Renault na Europa e greve geral na Noruega). As Marchas Europeias contra o desemprego, a exclusão e a precarização vêm mobilizando trabalhadores de praticamente todos os países desse continente nos últimos dois anos. Manifestantes do mundo inteiro promoveram a primeira mobilização internacional de massas contra uma das principais ferramentas do imperialismo, a OMC, em Seattle (EUA). Neste movimento, a “Terceira Via” (do neoliberalismo ou da social-

6º CONFUP

democracia) de Toni Blair acaba de ser derrotada pelo Vermelho da esquerda trabalhista nas eleições de Londres.

11. Diante do quadro internacional de crescente exclusão social, a classe trabalhadora conta com duas bandeiras fundamentais para o combate ao desemprego. É a luta pela reforma agrária nos países em que ela ainda não foi realizada e a redução da jornada de trabalho. A realidade de jornadas de trabalho abaixo de 40 semanais em vários países da Europa e, sobretudo, a conquista das 35 h semanais na França, em processo de implantação, são importantes referências para os trabalhadores de todo o mundo. Em muitos países “exportadores de produtos intensivos em mão de obra” a realidade ainda é de jornadas de 48 (Coreia) e até mais (China) por semana.

12. Tem-se que considerar, no entanto, que apesar de muito importante, a luta pela redução de jornada de trabalho não resolve todos os problemas dos trabalhadores urbanos. Isto porque cresce mundialmente o trabalho informal. E nesta condição, para garantir seus ganhos, os trabalhadores por conta própria dedicam-se a suas atividades muito mais tempo por dia, muitas vezes em “escritórios” ou “fábricas” domésticos, contando com apoio de familiares.

13. A única forma de se poder garantir condições de vida digna para o conjunto da humanidade, acabando-se com os privilégios e a exclusão social, é conquistando o socialismo. Por mais críticas que se tenha ao regime Soviético, depois da “queda do muro”, o padrão de vida na Rússia caiu para 80 % da população e reduziu-se, inclusive, a sua expectativa de vida!

14. Demonstrar os limites do capitalismo colocando a necessidade de lutar pelo socialismo é, portanto, tarefa de todos os ativistas honestos, que não vendem ilusões de se chegar ao paraíso com lutas localizadas.

15. Por diversas vias, os povos manifestam seu descontentamento e sua rejeição ao neoliberalismo. A solidariedade ativa com todas as lutas e busca da ampliação e unificação das mesmas é um dever do sindicalismo cutista.

16. A concretização de uma política internacionalista da FUP passa por:

- a) Engajamento na campanha pelo plebiscito sobre o pagamento da dívida externa, dentro da estratégia continental do Não Pagamento dessa Dívida. Construir uma campanha internacional pela jornada de 35 horas semanais. Apoiar à grande "Marcha Americana" que saindo simultaneamente do Canadá e do Brasil percorrerá diversos países do continente até se concentrar na fronteira entre México e EUA em repúdio ao muro erguido pelo imperialismo. Apoiar à construção da unidade entre diversos setores sociais e políticos de todos os países contra a OMC iniciada em Seattle, que teve continuidade em Washington contra o BIRD E O FMI, prevendo novas ações contra esse e outros organismos internacionais utilizados pelo imperialismo contra os povos;
- b) E lutar pela ratificação das convenções da OIT em junho/2000, em Genebra.

Conjuntura Nacional

17. Os meses de abril e maio de 2000 ficarão na memória da opinião pública brasileira e internacional pela demonstração de luta dos excluídos e pelo lado facista do governo FHC e de alguns governadores, sobretudo da Bahia e do Paraná. FHC acionou o exército contra os índios, e Lerner repetiu o que aprendeu com Roris. Alegando o uso de balas de borracha para conter as manifestações, usou bala de verdade para matar trabalhador. Os índios com apoio do MST e inúmeras organizações populares em Porto Seguro tiveram a capacidade de desmascarar as festas dos 500 anos de dominação.

6º CONFUP

18. No início de maio, as ocupações promovidas pelo MST e a greve dos caminhoneiros deixaram a nu a perversidade da realidade social no país. Um setor que está excluído e quer trabalhar, não consegue acesso a terra e aos créditos que servem de especulação. Outro setor que trabalha duro, com jornadas de até 24 h por dia, faz greve porque o que ganha fica no pagamento de taxas de pedágio, juros e gastos com manutenção de seus veículos desgastados em estradas intransitáveis. Outros movimentos estão em curso como o dos fiscais da receita federal, os servidores públicos federais e professores de vários estados.

19. Em resposta ao movimento, em vez de acelerar a reforma agrária FHC toma medidas para inibir as ocupações e tenta passar a bola para os governadores. A decisão do governo de enquadrar dirigentes do MST na LSN, de tirar Stédile de um programa de TV e de indiciar vários outros dirigentes, mostra por um lado à intolerância das classes dominantes para com os movimentos populares. Por outro, causou divisão no seio do próprio governo e deixou para o movimento popular a possibilidade de uma grande campanha contra essas arbitrariedades.

20. Estes movimentos ocorreram coincidentemente no momento em que o próprio governo divulgava seus dados oficiais sobre o levantamento sócio-econômico realizado pelo IBGE. E os dados mostram que cerca de 25% dos brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com uma renda mensal menor que R\$75,00. Entre os trabalhadores do campo este índice chega a 48% ! Esses números são resultantes da política neoliberal, da falta de investimentos sociais, da liberação de recursos para grandes grupos econômicos, sobretudo para banqueiros, após a abertura econômica promovida pelo trio: Fernando Collor, Itamar e FHC.

21. As classes dominantes implementaram o projeto neoliberal no Brasil em resposta à crise da "década perdida" (os anos 80). Prestes a encerrar a década de 90, o balanço é francamente negativo: a taxa de crescimento do PIB foi ainda inferior à dos anos 80. Temos uma taxa de desemprego o dobro que na década anterior, agravada pela explosão do trabalho informal e precário.

22. O único "saldo positivo" que os neoliberais podem apresentar é o "controle da inflação". Mas ela, na realidade, foi trocada pela explosão das dívidas externas e internas, colocando o problema de outra forma, bem mais escondida, para os trabalhadores hoje e para o futuro próximo. A dívida pública saltou de cerca de U\$60 bi em 94 para cerca de U\$ 540 atualmente. Ou seja, somadas as dívidas dos municípios, estados e governo federal, o Brasil deve quase um ano de seu PIB!

23. A dívida externa é menor que a interna, mas ela é implacável nas cobranças, sugando para o exterior o que o país fatura com a política de produzir para exportar.

Em 1964 o Brasil devia cerca de U\$ 2,5 bi

Em 1994 cerca de US 148 bi

Atualmente cerca de U\$ 240 bi. Isto tudo apesar do enorme volume que já pagamos.

Detalhe, de 94 a 98 o Brasil pagou U\$128 bi. Só em 99, pagou entre principal e serviços da dívida cerca de U\$ 63 bi.

Para 2000 está previsto o pagamento de cerca de U\$ 50 bi.

24. Ou seja, tudo o que o Brasil consegue faturar com exportações, às custas de muitos esforços, praticamente fica lá fora para pagar essa dívida. É por isso que é fundamental o engajamento de todos os movimentos sociais na convocação do plebiscito sobre a dívida externa, prevista para 2 a 7 de setembro de 2000.

25. Mas o "ganho" do fim da inflação já não é mais capaz de compensar todas as outras mazelas provocadas pelo modelo: os anos 90 serão lembrados pela fome, a miséria, o desemprego, a violência, o arrocho salarial (com o caso extremo do funcionalismo público que está a 5 anos sem reajuste), a degradação dos serviços públicos, a concentração da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia, a perda do que sobrava de soberania nacional, a

6º CONFUP

privatização de patrimônio público, etc. E o salário mínimo real sendo um dos menores de nossa história, um dos menores da América Latina.

26. Mas como ninguém governa sem aliados, esse mesmo governo concedeu cerca de R\$ 30 bi para os banqueiros. Concedeu vários reajustes para os militares. E, recentemente concedeu um “pequeno” auxílio moradia para o judiciário no valor de R\$ 3.000,00. Afinal, ninguém governa sem aliados, e a estes tudo!

27. Com a abertura, subordinou-se completamente o país aos ciclos e aos interesses do capital internacional. A burguesia brasileira abandonou veleidades nacionais para vender seus ativos e os do Estado ao capital estrangeiro, enquanto a política econômica do governo passou a encarnar a idéia de que não há vida fora dos circuitos do capital internacional.

28. O impacto direto da abertura já se fez sentir em 1995 – quando o Brasil sofreu as conseqüências da crise mexicana. Foi ainda mais forte em 1997 como reflexo da crise dos “tigres asiáticos”. E explodiu em inícios de 1999 – na seqüência da crise russa de 1998 – quando a política cambial do real entrou em colapso como resultado da fuga de capitais (uma maxi-desvalorização de mais de 60%).

29. Contrariamente ao discurso oficial, não se tratavam de crises externas que tinham reflexo no Brasil. Eram crises típicas de um país que adotou um modelo econômico subserviente ao capital financeiro internacional. E hoje o país vive estressado com a possibilidade de aumento dos juros nos EUA, o que implicaria em nova elevação dos brasileiros que já são dos maiores do mundo.

30. A cada conjuntura o governo respondeu aprofundando sua submissão ao capital internacional e aplicando novas medidas de arrocho sobre as condições de vida da população (duas caras da mesma moeda antinacional de FHC). Os acordos com o FMI consolidaram essa política: por um lado, veio o dinheiro para que o país cobrisse os pagamentos sobre seu passivo externo. Por outro, o Brasil ficou obrigado a aplicar um ajuste ainda mais profundo sobre as contas públicas e a dar ainda maior liberdade para os capitais internacionais.

31. A maxi-desvalorização logo após o início do segundo mandato de FHC, imposta pela crise, demonstrou a fragilidade do real sobrevalorizado. Ela significou algum alívio em relação ao déficit comercial externo. Inibe a substituição de produção nacional por importados (o que ocorrera freneticamente entre 1994 e 1998) e estimula as exportações. Mas é incapaz de resolver a crise estrutural em que o Plano Real jogou o país. O capital internacional continua retirando recursos nacionais em volumes que a economia é incapaz de repor internamente (os “ralos” por onde saem esses recursos são as dívidas externas, a remessa de lucros, os pagamentos de royalties, os gastos em serviços etc.).

32. Para sustentar essa política o governo continua estimulando a entrada de capitais estrangeiros (via empréstimos, investimentos diretos, venda de estatais ou de empresas privadas, especulação na bolsa de valores, juros altos, etc.) Como o saldo na balança comercial é a única “válvula de escape”, o país procura exportar mais do que importa para ter algum recurso “próprio” para pagar seus compromissos com o capital imperialista. Assim, o governo passa a ver qualquer recuperação do mercado interno como uma ameaça de aumento do consumo e das importações.

33. Por outro lado, o governo – como parte de sua política de dar garantias aos capitalistas – tinha indexado sua dívida interna ao dólar. Assim, a desvalorização do real levou a uma explosão da dívida pública e dos juros pagos ao que o governo vem respondendo com um gigantesco esforço fiscal (em detrimento dos serviços públicos). Ao mesmo tempo, gerou lucros históricos para bancos estrangeiros e nacionais.

6º CONFUP

34. Hoje a alternativa que parece estar em curso com Tápias à frente do Ministério do Desenvolvimento, é o “suposto fortalecimento de alguns setores internos”, capazes de gerar emprego, de forma que em tais setores consolidem grupos capazes de disputar mercados internacionais. Foi assim o apoio a criação da AMBEV, o estímulo a fusão de empresas de aviação, a “reestruturação da petroquímica”, a reestruturação do setor siderúrgico, e o estímulo a alguns outros setores como têxteis, calçadistas, moveleiro, cerâmico, agro-industriais,...”.

35. Esta política, no entanto, por um lado significa uma autocrítica da entrega de grandes estatais aos estrangeiros. Por outro, pode até levar a criação de empresas brasileiras com capacidade de competição externa, no entanto, no imediato, o que está prevalecendo é o agravamento do problema de emprego, em função das fusões.

36. Estamos em um momento chave da disputa nacional de projetos já que as classes dominantes perderam os argumentos do discurso com que pretendiam exercer a hegemonia política no país. Nesse marco, colocou-se em pauta a luta pelo fim do mandato de FHC.

37. Essa compreensão – de oposição programática e luta pelo fim do mandato – foi sintetizada pela palavra de ordem “Fora FHC e o FMI!”, aprovada pela CUT na sua 9ª Plenária Nacional e pela quase totalidade dos encontros de base do PT em 99, assim como em outros movimentos sociais (MST, CMP, UNE) e partidos de esquerda. Ela expressa com clareza a idéia de que com este governo e seu programa, não há saída para a crise nacional. Condensa a postura de oposição sem tréguas de um amplo leque de organizações políticas e sociais frente ao projeto neoliberal e ao governo FHC.

38. Mas o ritmo da crise do governo depende das iniciativas políticas da oposição e das ações que o movimento popular consegue desenvolver. O momento alto da crise em 99 foi a Marcha dos 100 mil em agosto de 1999 – quando as forças que compõem o Fórum Nacional de Lutas conseguiram unificar as mobilizações e centralizá-las em Brasília concomitante com o avanço da marcha do MST.

39. A resposta das classes dominantes deu-se em várias frentes. Nos dias que antecederam à Marcha tentaram amedrontar seus organizadores. Mesmo assim ela foi um sucesso. No entanto, no seu curso houve lideranças do campo popular que iniciaram um recuo político (pelo medo *mediático* de levar a pecha de “golpistas”). O PFL, com ACM à frente, lançou sua “pauta social”: primeiro, o “fundo de combate à pobreza”, depois o “salário mínimo de 100 dólares”. Foram manobras arriscadas porque envolviam contradições com a política econômica de FHC, mas que, permitiam recolher ganhos políticos junto à opinião pública e oxigenar setores que são pilares de sustentação do projeto neoliberal. Na hora das votações do salário mínimo, no entanto, diante das ameaças de perder cargos, o PFL votou mesmo foi com o governo.

40. Devemos apostar no desgaste do governo, a partir de uma intervenção política das forças de oposição ao neoliberalismo, tanto no campo da luta sindical, das mobilizações nacionais como das disputas eleitorais. Os acontecimentos de abril/maio podem ter sido este ponto de retomada, e já implicaram a queda de mais 2 pontos na popularidade de FHC. As campanhas salariais do segundo semestre e as eleições municipais, onde cabe às candidaturas de esquerda nacionalizar a discussão, pode ser o momento de um novo embate.

41. A campanha contra o governo FHC deve ser desenvolvida, tal como deliberou a 9ª Plenária Nacional da CUT de 1999, sob a bandeira de "Fora FHC e o FMI!" E deve se organizar em torno dos seguintes eixos prioritários (que prefiguram um programa alternativo de governo):

- a) Rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa e da dívida pública interna. Todo apoio ao plebiscito popular contra a dívida externa de 02/07 de setembro próximo;

6º CONFUP

- b) Contra os projetos de retirada de direitos constitucionais e da CLT ("flexibilização").
Combate à fraude trabalhista;
- c) Todo apoio à luta pela reforma agrária. Assentamento imediato das famílias sem terra e mais créditos à agricultura familiar;
- d) Redução da jornada de trabalho legal para 35 horas;
- e) Luta contra as privatizações e defesa dos serviços públicos;
- f) Por um reajuste geral dos salários;
- g) Ampliação do salário desemprego.

Tese 2

Movimento por uma Tendência Socialista

Análise de Conjuntura Internacional e Nacional

Conjuntura Internacional

UNIR A LUTA DOS TRABALHADORES EM TODO O MUNDO CONTRA O IMPERIALISMO E O NEOLIBERALISMO

1. Há uma crise mundial do neoliberalismo. Diante dessa crise, os países imperialistas - EUA á frente - têm intensificado um processo de superexploração dos seus trabalhadores e vêm buscando impor uma verdadeira recolonização dos países dependentes, como o Brasil e toda América Latina.
2. Via organismos internacionais, como o FMI, a OMC, a OTAN e a ONU, o imperialismo americano (e também o europeu e o japonês) tem desenvolvido uma política sem precedentes de rapina e de ataque à soberania dos demais países, uma verdadeira ofensiva recolonizadora no terreno econômico, político e militar.
3. mecanismo da dívida externa, a abertura comercial e financeira, as privatizações, a desnacionalização das economias, sangram como nunca continentes inteiros, em benefício de um punhado de oligopólios internacionais. Na esteira da recolonização econômica vem a recolonização política: o FMI hoje gerencia no cotidiano a condução das economias e os estados vão perdendo poder. Há também uma política de recolonização no terreno militar.
4. Há, na América Latina, por exemplo, a instalação de bases militares e presença de tropas americanas em inúmeros países. Em nome de um suposto "combate às drogas" ou "defesa humanitária", sob condução do Pentágono ou da DEA, os EUA intervêm diretamente nos países. A OTAN, se arvora a ser polícia do mundo e bombardeia países, como a Iugoslávia. Completando o serviço, a ONU dirige diretamente países, trazendo de volta os "protetorados", ou seja, verdadeiras colônias sem qualquer independência: como fez no Kosovo e agora no Timor Leste.
5. Esse processo voraz de rapina, agora se enfrenta com a crise do neoliberalismo e com a mobilização dos trabalhadores e do povo.
6. A América Latina, nosso continente, vive um processo de espoliação enorme, ao mesmo tempo em que entram em crise um a um os "planos de estabilização" e começa a entrar em cena num novo patamar a luta dos trabalhadores. Na esteira da crise econômica e social, começa um processo de lutas no continente, tendo na sua vanguarda o norte da América do Sul, com Colômbia, Equador e Venezuela protagonizando lutas maiores e causando crises institucionais. O Equador viveu uma verdadeira insurreição. Ainda que com desigualdades, há uma retomada das lutas dos trabalhadores em praticamente todos os países, e uma tendência à desestabilização dos governos pró FMI.
7. O apoio e a unificação das lutas dos trabalhadores da América Latina é fundamental.

Fora o FMI da América Latina!

6º CONFUP

Todo apoio à luta do povo Equatoriano contra a dolarização, o governo Noboa e o FMI. Liberdade para os presos, que estiveram no levante de janeiro.

Fora às tropas americanas da Colômbia!

Apoio aos estudantes mexicanos da UNAM que lutam pelo ensino público, contra o governo do P.R.I. e os planos do Banco Mundial. Liberdade para todos os estudantes presos!

Independência para o Kosovo e para Timor Leste! Fora a OTAN e a ONU do Kosovo.

Fora a ONU do Timor.

Apoio à luta dos trabalhadores de todo o mundo.

Conjuntura Nacional

FORA FHC E O FMI!

8. Brasil, desde a explosão do real no ano passado, entrou numa crise profunda. Há uma crise do modelo econômico que uniu a burguesia nestes anos todos. Essa crise traz no seu bojo uma polarização social e política crescente, levando a crise no governo e nas instituições, a divisões e impasses na classe dominante, abrindo brechas para a retomada das lutas e para a ofensiva dos trabalhadores.

9. O segundo mandato de FHC nasceu questionado. A maioria do povo está na oposição e - depois de anos de refluxo - se inicia uma retomada das lutas por parte dos trabalhadores urbanos.

10. FHC, depois de viver uma situação quase de moratória iminente, de descontrole geral da economia, de ver o país comocionado com uma greve como a dos caminhoneiros, de ver estilhaçar a base governista e enfrentar o escândalo da Telebrás, a CPI do Judiciário e a CPI dos Bancos e se ver cercado com a Marcha dos Cem Mil, que ocupou Brasília exigindo Fora FHC e o FMI, retomou um certo controle conjuntural da economia.

11. Esse “controle” temporário, está apoiado no empréstimo do FMI, nos bilhões de dólares que tem entrado no país para comprar empresas brasileiras (estatais e privadas, até fábrica de pão de queijo está virando multinacional) e num brutal arrocho salarial - que com o desemprego - tem “segurado” a inflação. E, infelizmente, foi decisivo também para o governo conseguir esse controle conjuntural, a negociação e o pagamento das dívidas dos estados governados pela oposição e o verdadeiro freio à continuidade da mobilização, que o setor majoritário da direção CUT implementou depois da Marcha dos Cem Mil.

12. Mas o relativo controle conjuntural da economia, não reverte e não supera a crise estrutural em que o Brasil entrou desde janeiro de 1999 e tampouco reverte a crise e o desgaste do governo FHC, que segue tendo a enorme maioria do povo contra si.

13. De outra parte, mesmo em crise o projeto econômico e o governo, a receita do FMI segue sendo mais doses do mesmo remédio. FHC, que é agente direto do FMI no país, leva adiante o “ajuste fiscal”. O governo segue garantindo o pagamento de R\$ 100 bilhões ao ano só de juros para os banqueiros, a dívida externa, as remessas de lucros das multinacionais, etc., seguem consumindo mais de US\$ 50 bilhões ao ano, que saem do Brasil para as metrópoles. Esse dinheiro é tirado dos trabalhadores e da maioria do povo, via o desmantelamento dos serviços públicos e sociais, via o arrocho salarial e o desemprego.

14. Para os banqueiros o governo garante bilhões, para as multinacionais (como a Ford) são dados isenções fiscais e empréstimos bilionários, já o salário mínimo segue inferior ao do Paraguai. O patrimônio público continua sendo entregue em verdadeiras negociatas. Querem atacar ainda mais os trabalhadores, com a Reforma Trabalhista e regulamentação da reforma da previdência.

15. Enquanto isso, o povo assiste a um processo escandaloso de corrupção que envolve praticamente todas as instituições do estado. O prefeito de São Paulo é só a ponta do iceberg da podridão que reina no país como um todo, especialmente na esfera federal, impunemente.

6º CONFUP

16. As eleições municipais deste ano serão momento importante do debate sobre a situação do país e sobre as saídas que se apresentam para a crise. Os trabalhadores devem participar a fundo desse processo, aproveitando o momento para apresentarmos nossas propostas, para organizar e mobilizar o povo para derrotar FHC e o modelo neoliberal. Nesse sentido é importante impulsionar frentes classistas, que unifiquem os partidos da classe trabalhadora na apresentação de candidaturas comuns e de programas eleitorais que apontem uma alternativa anticapitalista de saída para a crise do neoliberalismo.

17. No entanto a prioridade absoluta da nossa ação deve estar centrada em aproveitar a retomada das lutas dos trabalhadores e do povo, impulsioná-las e unificá-las, rumo à construção de uma greve geral, para botar abaixo esse governo. É necessário e possível botar abaixo esse governo e botar para Fora daqui o FMI. O papel das organizações dos trabalhadores, em particular da FUP, de impulsionar junto a CUT esta ação, será decisivo, priorizando a ação direta e levantando um programa que leve a esse objetivo.

Propomos:

- a) Fora FHC e o FMI
- b) Eleições Gerais, já!
- c) Aumento geral de salários, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, Reforma Agrária radical, defesa dos direitos sociais e trabalhistas (abaixo a Reforma Trabalhista), defesa dos serviços públicos.
- d) Unificar as lutas. Prioridade para a ação direta. É necessário Ter o objetivo de avançar na mobilização rumo à construção de uma greve geral - Não pagamento da dívida externa e da dívida interna aos grandes capitalistas. Ruptura com o FMI.
- e) Anulação das privatizações. Reestatização, sem indenização, das estatais privatizadas.
- f) Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores.
- g) Prisão e confisco dos bens dos corruptos e especuladores.
- h) Fim das isenções fiscais para as grandes empresas; imposto fortemente progressivo e taxação das grandes fortunas; expropriação e Estatização das grandes empresas que demitirem trabalhadores e sonegarem impostos.
- i) Pela construção de um governo dos trabalhadores.
- j) Por uma Frente dos Trabalhadores (dos partidos operários) nas eleições, que se apresente para estimular e chamar a luta para derrotar esse governo.

18. CONFUP deverá aprovar também um plano de ação que concretize esse objetivo, em torno a bandeiras e calendário de lutas. Conclamamos todos a construirmos unitária e coletivamente esse calendário de lutas.

UNIDADE E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

19. Os ataque às conquistas dos trabalhadores se intensificam em todo o mundo e com isso tende a crescer a reação e a mobilização dos setores explorados, contra o modelo neoliberal, em todas as regiões do planeta. A ofensiva recolonizadora do imperialismo esta gerando um incremento da resistência do movimento de massas.

20. Com isso ocorreram Greves Gerais na França, em 1995; na Coréia em 1996; as greve vitoriosa dos trabalhadores da UPS nos EUA em 1997; a greve dos portuários de Liverpool; as manifestações de desempregados na França e na Alemanha; a greve da GM norte-americana que paralisou mais de 200 mil trabalhadores; a atual greve dos trabalhadores da Volkswagem da África do Sul; resistência dos funcionários públicos na Colômbia; os levantes populares na Argentina; e a própria insurreição no Equador. Esta situação tem colocado objetivamente a possibilidade de irmos a grandes confrontos antiimperialistas.

21. Nestes processos de luta estão surgindo novas organizações de trabalhadores em oposição às velhas máquinas burocratizadas.

22. Com o objetivo de fortalecer a unidade internacional dos trabalhadores para combater a globalização capitalista e sua reestruturação produtiva, a FUP deverá apoiar a luta dos trabalhadores dos outros países. Além de incentivar o intercâmbio entre os trabalhadores, em

6º CONFUP

especial do setor petróleo, buscando relacionar-se com as entidades, grupos e oposições que rejeitem a parceria com o capital.

23. Um passo importante neste sentido é a constituição de uma coordenação internacional, envolvendo Centrais Sindicais, sindicatos e organizações de trabalhadores, que resgate o internacionalismo proletário na luta contra a flexibilização e o modelo neoliberal.

24. Será papel da FUP impulsionar junto a CUT a construção desta coordenação internacional. Que mantenha a defesa do sindicalismo classista antiimperialista e anticapitalista. Que aponte a perspectiva da destruição do sistema capitalista opressor, que lute por uma sociedade igualitária, fraterna, dirigida pelos trabalhadores através de seus organismos de poder, ou seja, que lute pelo socialismo.

Todo apoio a Greve da Volkswagen na África do Sul

Todo apoio à luta do povo equatoriano contra a dolarização, o governo Noboa e o FMI!

Liberdade para todos os presos políticos!

Solidariedade aos Estudantes Mexicanos da UNAM. Contra o PRI e os planos do

Banco Mundial. Libertação de todos os estudantes presos!

Fora às tropas norte-americanas da Colômbia, e de toda a América Latina!

O MERCOSUL AGONIZA. DEVEMOS CONSTRUIR A UNIDADE DOS TRABALHADORES LATINO-AMERICANOS

25. A própria burguesia e os governos dos países do cone sul são obrigados a admitir que o Mercosul passa por momentos críticos. Desde que começaram suas articulações em 1985 a situação não se complica tanto.

26. Mercosul representa um mercado de 210 milhões de pessoas, um PIB regional de mais de 1 Trilhão de dólares (Gazeta Mercantil de Brasil), e uma parcela pequena, mas importante do mercado mundial. No entanto está claro, desde o início desse processo de integração regional, que o objetivo era favorecer os planos comerciais das grandes multinacionais que atuam nesta área. É o caso da indústria automotiva, por exemplo. E, obviamente trouxe conseqüências drásticas para outros setores, como o da agricultura em nosso país.

27. Os governos dos países da região não estão nem um pouco interessados em criar uma integração que beneficie a maioria da população de seus países. Com a subserviência que caracteriza sua relação com o imperialismo, acabam cumprindo papel de negociadores dos interesses das grandes indústrias.

28. Quando vemos manifestações de trabalhadores argentinos ou paraguaios contra setores da sociedade brasileira, vemos que para os trabalhadores o Mercosul ao invés de significar integração, significa competição, disputa e aumento das desigualdades.

29. Neste sentido o movimento sindical deve rechaçar os acordos feitos entre os governos do Cone Sul para integração econômica - particularmente o Mercosul - e começar a desenvolver formas efetivas de integração entre os trabalhadores e os povos desta região. O intercâmbio sindical e das experiências das lutas de resistência de nossos países serão fundamentais para uma verdadeira integração.

Tese 3

Corrente Sindical Classista

Conjuntura Nacional e Internacional

1. Grande parte do mundo capitalista, incluindo o Brasil, sofre os efeitos de uma crise econômico-financeira que, em muitos países, vai se desdobrando em graves dilemas políticos e institucionais. A conjuntura continua marcada pela instabilidade do sistema financeiro internacional e a reversão do fluxo de capitais (cada dia mais voláteis) em detrimento dos países mais pobres que compõem a periferia do mundo capitalista

6º CONFUP

2. No decorrer dos últimos três anos, os terremotos cambiais que sacudiram os chamados “mercados emergentes” do sudeste asiático, no segundo semestre de 1997, depois a Rússia, em agosto de 1998, o Brasil, em janeiro de 1999 e, a partir de janeiro de 2000, a quebra geral das Bolsas de Valores com especial referência a NASDAC, a Bolsa que opera com ações de empresas de alta tecnologia na área de informática, revelaram o crescente divórcio entre as esferas financeira e produtiva do sistema capitalista e reforçaram a certeza de uma crise global do capitalismo. O pano de fundo da crise em todos esses casos foi o agigantamento das dívidas e outros passivos externos cujos custos tornaram-se incompatíveis com os lucros extraídos da produção.

3. Presenciamos a depressão das economias nacionais e dos mercados em várias regiões do planeta. As mudanças nas taxas de câmbio aliadas à necessidade de reprimir importações e aumentar as exportações, captar divisas em moedas fortes e contornar a carência de capitais para financiar o pagamento de dívidas externas, provocam o acirramento da concorrência no comércio internacional, especialmente entre os países mais pobres, levando a uma sensível depreciação dos produtos de exportação. O quadro é agravado pela política comercial das grandes potências marcada por fortes subsídios e um protecionismo cada dia mais agressivo.

4. Não vivemos uma crise trivial do capitalismo, mas uma crise que corre ao largo dos ciclos produtivos clássicos e tem raízes estruturais. Sua principal marca é o crescimento assustador dos níveis de desemprego, miséria e sofrimento das massas populares, bem como da espoliação e opressão dos monopólios e do imperialismo americano contra nações dependentes como as da América Latina, constringidas a seguir as amargas e ineficazes receitas de ajustamento de suas economias impostas pelo FMI, instituição de defesa dos interesses da banca financeira internacional e em especial dos EUA. Os trabalhadores são as principais vítimas desse processo. Além do desemprego em massa, enfrentam o arrocho dos salários, perda ou redução de direitos e precarização das condições e dos contratos de trabalho. É crescente o consenso entre as forças patrióticas e progressistas de que a crise reflete o fracasso da política neoliberal imposta a diferentes nações para satisfazer o apetite insaciável do capital estrangeiro. Traduz os efeitos de uma globalização que, anulada nos países ricos pelo protecionismo, serve tão somente para a espoliação dos chamados países periféricos, fazendo com que estes países abram seus mercados ao processo de rapinagem do capital monopolista internacional.

5. Uma das forças determinantes da crise financeira mundial, provavelmente a mais relevante, é o notável desequilíbrio das contas externas dos Estados Unidos, sinalizado pelo déficit comercial e em conta corrente. A necessidade e, presentemente, a dificuldade de financiar um rombo mensal nas transações correntes estimado em 30 bilhões de dólares (cerca de 15 vezes maior que o brasileiro) explica a forte tendência da elevação dos juros norte-americanos. Essa tendência é um óbvio fator de perturbação do fluxo internacional de capitais, influenciando poderosamente o movimento do dinheiro excedente no globo gerando crises cambiais nos países economicamente dependentes.

6. A experiência nos ensina que a elevação das taxas de juros nos EUA provoca a revoada dos capitais dos mercados emergentes, dificultam a captação encarecem o custo do dinheiro no mercado internacional além de ampliar a carga das dívidas externas e a instabilidade cambial na periferia do sistema. A possibilidade de retração das importações norte americanas também podem criar novos problemas num mercado mundial já marcado pela superprodução relativa e a redução da demanda e do qual os EUA são os maiores e mais perdulários consumidores.

7. Um outro foco de problemas, entrelaçado com a crise econômica financeira, é a agressiva ofensiva do imperialismo yanque em todo o globo nas esferas econômica política e militar. Fatos como a covarde guerra contra a Iugoslávia, os intermitentes ataques e provocações contra o Iraque, o bloqueio econômico desumano contra Cuba, entre outros, denunciam a escalada belicista dos EUA e a intenção mal disfarçada de consolidar sua hegemonia e estabelecer pela força, uma nova ordem mundial, tal como foi idealizada no início da década de noventa pelo então presidente George Bush, sustentada na unipolaridade e em conformidade com os interesses e a vontade da burguesia norte-americana.

8. Na América Latina são ostensivos os preparativos para uma intervenção militar na Colômbia. O império mantém o já histórico bloqueio econômico contra Cuba, reprime com bases em leis extraterritoriais, eleva as pressões para implantação da ALCA (Área de Livre

6º CONFUP

Comercio das Américas), reitera a proposta de constituição de uma força de intervenção multinacional “em defesa da democracia”, naturalmente liderada por “boinas verdes” e tende a ressuscitar a idéia de globalizar a Amazônia. Os trabalhadores conscientes e, em especial os sindicalistas classistas, devem ficar atentos a esses movimentos e se preparar para uma luta mais enérgica em defesa da autodeterminação dos povos e da soberania nacional.

9. A crise mundial do capitalismo atingiu com força a América Latina que já viveu uma década perdida nos anos oitenta e corre o risco de entrar no segundo milênio bem mais pobre do que antes da chamada crise da dívida externa, detonada com a moratória mexicana de 1982.

10. Aos poucos, as dificuldades no campo econômico desdobram-se em dilemas políticos e institucionais. Os trabalhadores resistem à ofensiva reacionária do capital e povos latino-americanos percebem que a política neoliberal não passa de um embuste, cujos efeitos são mais que indigestos. Intensificam-se as lutas populares em vários países ao mesmo tempo em que toma corpo uma forte tendência de oposição ao Neoliberalismo.

11. É sintomático dessa tendência de oposição ao neoliberalismo o enérgico caminho que esta sendo trilhado pela Venezuela, a partir da eleição do presidente Hugo Chaves, que, apesar de esbarrar numa ferrenha oposição das forças conservadoras e reacionárias, esta realizando uma verdadeira revolução democrática e pacífica, razão pela qual merece total solidariedade das organizações progressistas e do movimento sindical da América Latina.

12. Na Colômbia o mundo esta a presenciar uma titânica e, em certa medida, desigual luta dos trabalhadores do campo e da cidade organizados nas FARC (Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia) que merecem também total e restrita solidariedade, inclusive de ordem material, dos trabalhadores latino-americanos.

13. Em boa medida, a atual crise brasileira é o resultado dos cinco anos de governo FHC, que aqui aplicou com canina fidelidade os preceitos do neoliberalismo. Um governo de tristes recordes que, entregou estatais para pagar a dívida, abriu fronteiras para os grandes investidores estrangeiros, estimulou e continua estimulando um processo inédito de desnacionalização econômica, aboliu e reduziu direitos previdenciários e trabalhistas, promoveu o maior nível de desemprego da história brasileira. Diga-se de passagem, que também cometeu notáveis bandalheiras com episódio da reeleição e privatizações, especialmente das telecomunicações.

14. O passivo externo do País quase dobrou no reinado de FHC. A famigerada dívida externa de aproximadamente 120 bilhões de dólares em 1994 supera hoje a marca dos US\$ 230 bilhões. Os compromissos do País com o exterior expresso principalmente no pagamento de juros, amortização da dívida externa e remessa de lucros e dividendos, ronda a casa dos 60 bilhões de dólares anuais, uma sangria de riquezas insuportável para a nação e que, como temia o ex-presidente Tancredo Neves, vem sendo bancado com o sangue e suor do povo.

15. A necessidade de transferir um volume tão elevado de recursos ao exterior refletiu-se no crescimento do déficit das contas externas, agravou o desequilíbrio no balanço de pagamentos e acabou resultando, entre outras desgraças, no colapso da política cambial e na maxidesvalorização de amplos setores da economia para viabilizar o pagamento dos seus extraordinários lucros. Agora, através do FMI, eles cobram a transferência das últimas jóias da coroa: PETROBRÁS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

16. A fúria privatista e entreguista do presidente não tiveram os efeitos esperados e alardeados pelo governo. Constrangido, em função dos desequilíbrios das contas externas, a entregar o comando da economia nacional aos tecnocratas do FMI e aplicar uma política arcaica e recessiva, até agora ele só vem colhendo insucessos. A excessiva dependência econômica condena a nação a uma condição de permanente instabilidade. A perspectiva de novas elevações das taxas de juros nos EUA já está provocando tremores cambiais por aqui.

17. Por iniciativa do próprio governo, que elevou várias vezes os preços dos combustíveis e tarifas públicas, a inflação está em alta, colocando uma pá de cal na estabilidade monetária. A produção industrial continua em queda e o nível médio de desemprego chegou a 20% nas regiões metropolitanas, segundo os cálculos do DIEESE.

18. Responsável por feitos nada invejáveis, como o maior nível de desemprego da nossa história, crescimento de violência, avanço da miséria e degradação social (o que levou ao

6º CONFUP

declínio da posição brasileira no ranking social e econômico da ONU), não é de estranhar que FHC venha também batendo os recordes de impopularidade. Até mesmo entre os grandes executivos e empresários nacionais sua moral está em baixa, conforme revelam as pesquisas.

19. A crescente insatisfação popular foi expressa na memorável marcha dos 100 mil, dia 26 de agosto passado, em Brasília, orientada pela palavra-de-ordem **FORA FHC e FMI**. A greve dos caminhoneiros, que durante quatro dias ameaçou estrangular o sistema de abastecimento de mercadorias nos centros urbanos, também foi um forte sinal de uma situação social potencialmente explosiva. O povo brasileiro já está de saco cheio com as iniquidades patrocinadas por uma elite antipatriótica e subserviente ao capital estrangeiro.

20. Consciente de que a crise não tem solução nos marcos do neoliberalismo, que só pode agravá-la, os sindicalistas classistas têm a obrigação de ocupar a linha de frente da luta pelo fim imediato do governo FHC, por um novo modelo de desenvolvimento econômico nacional, que contemple as necessidades e os interesses dos trabalhadores e do povo e aponte para uma solução mais definitiva dos problemas econômicos e sociais. Chegou a hora de intensificar a propaganda e promover a consciência do socialismo.

Balanco da Campanha Salarial 1999/2000

21. A campanha salarial 1999/2000 foi marcada, a exemplo dos anos anteriores, pelo flagrante desrespeito por parte da PETROBRÁS com a pauta dos trabalhadores, diferenciando as discussões para a proposta empresarial. Outro aspecto negativo a salientar foi à ausência da cláusula histórica da garantia no emprego, que em nossa visão, mesmo com as dificuldades para conquistá-la, seria um fator a mais na mobilização.

22. A proposta empresarial continha no início armadilhas como o banco de horas, “compensação financeira” pela retirada da jornada de trabalho e hora extraturno, além da chantagem do abono.

23. Conseguimos superar com mobilizações e negociação a proposta empresarial do banco de horas e a retirada da sua proposta de venda da jornada de trabalho, além de discutir por fora do acordo coletivo a hora extraturno, que infelizmente não conseguimos manter, apesar da defesa de toda a direção e militância para não vender esse direito.

24. Uma lição deve ser tirada dessa campanha e dos anos anteriores: **NÃO PODEMOS DISCUTIR ACORDO COLETIVO DE TRABALHO EM CONJUNTO COM O ABONO** (Participação de Resultados, para a PETROBRÁS), pois fragiliza nossa mobilização propiciando a assinatura do acordo apenas para receber o abono.

25. Fato semelhante de pressão para receber o abono aconteceu nas subsidiárias da PETROBRÁS, que teve o mesmo desdobramento: pouca mobilização e pressão para assinatura do acordo.

26. A FUP também participou das Campanhas Salariais dos Marítimos, Manguinhos, SOTEP, Perbras e Ipiranga.

27. É necessário, pois, que avancemos as discussões para a construção de uma Convenção Coletiva Nacional envolvendo todo o setor petróleo.

Tese 4

Articulação Sindical

Conjuntura Internacional

1. O cenário internacional vem sendo caracterizado nos últimos anos por profundas mudanças nos campos econômicos e sociais, denotando uma grave crise no padrão de desenvolvimento fundado no modelo do Estado de Bem Estar Social (Welfare State) e a superação do modelo taylorista-fordista de produção nos países do centro do capitalismo.

2. Os principais aspectos que caracterizam tais mudanças na economia mundial são o crescente processo de financeirização da riqueza, a forte expansão dos fluxos de comércio e investimentos, a transformação da base técnica das estruturas produtivas, do comércio e dos serviços, liderados pelas grandes empresas transnacionais, resultando na permanente instabilidade do crescimento nos chamados países em desenvolvimento e numa maior concentração de renda e riquezas entre classes e nações.

3. Impulsionadas pelos ideários neoliberais vigentes, as empresas transnacionais aliadas às Instituições Financeiras Multilaterais (FMI, BIRD e BID) e aos Organismos Internacionais (OMC, UNCTAD) impõem, em ritmo cada vez mais acelerado, um conjunto de diretrizes e políticas para os países em desenvolvimento, sob o argumento da defesa da estabilidade econômica, trazendo profundos impactos econômicos e sociais.

4. Tais diretrizes e políticas estão em consonância com a nova estratégia capitalista de acumulação flexível, que aponta para maior desregulamentação dos mercados nacionais e para a total flexibilização dos direitos dos trabalhadores, com sérias ameaças à soberania dos Estados Nacionais e à Democracia nestes países.

5. Este processo de desregulamentação econômica em escala global vem forjando um gigantesco processo de concentração de capitais, por parte dos países desenvolvidos, impulsionado pela intensificação das aquisições e fusões nos diferentes setores econômicos e produtivos.

6. Segundo a Securities Data, somente em 1999, os processos de aquisições e fusões somaram, no mundo, mais de US\$ 2,3 trilhões (89% são empresas européias e norte-americanas), o equivalente a cerca de 25% do PIB dos EUA, enquanto nos anos 70, essa cifra foi inferior a 5%. As fusões e aquisições dos últimos anos, vinculadas à fantástica valorização na Bolsa de New York das empresas intensivas em tecnologia da informação e comunicação (TIC) formaram empresas (Microsoft, AOL, Vodafone, Pfizer, entre outras) com valor de mercado entre US\$ 250 bilhões à US\$ 350 bilhões. Tais valores são maiores que o PIB da maioria dos países do mundo, sendo superados apenas pelas dez maiores economias.

7. Nos anos setenta, a liderança deste processo foi exercida pelas empresas multinacionais do setor automotivo, química básica e petróleo. Já nos anos noventa, a liderança do processo de globalização econômica é exercida pelas empresas mais representativas dos setores intensivos em tecnologia da informação e comunicação (UNCTAD e Forbes - 99), que estão redefinindo não só a organização da produção e do trabalho, mas também o papel e a organização dos setores econômicos fundados na Segunda Revolução Industrial (complexos químicos e metalmeccânicos) e também o comércio e os serviços. No caso específico dos setores químico, farmacêutico e petrolífero, os principais indicadores de que este processo de fusões pode se intensificar internacionalmente no ramo segue no quadro abaixo:

6º CONFUP

Principais processos de fusões no mundo nos setores químico, farmacêutico e petrolífero em 1999.

Alvo	Comprador	Setor	Valor (em US\$ bilhões)
Warner-Lambert Co	Pfizer	Químico/farmacêutico	87,91**
Mobil Corp.	Exxon Corp.	Petrolífero	86,4
SmithKline Beecham	Glaxo Wellcome	Químico/farmacêutico	78,38*
Warner-Lambert Co.	AHP	Químico	76,06*

* Negócios ainda não efetivados ** Oferta hostil - contra a vontade da empresa e negócio não confirmado. Fonte: Thomson Financial Securities.

8. Em que pese todo este movimento que caracteriza esta nova fase de acumulação capitalista, a década de noventa revelou forte instabilidade das condições para o crescimento da economia mundial, em particular para os países em desenvolvimento. De 1994, com a crise do México, até o final do ano passado, os países em desenvolvimento mais importantes (tigres asiáticos e latino-americanos) foram arrasados por crises cambiais que exigiram mais de US\$ 260 bilhões dos órgãos multilaterais (UNCTAD) para estancar a repatriação de capitais para os países desenvolvidos.

9. A destacada liderança dos EUA no crescimento deve-se às maiores condições que detém na coordenação dos fluxos financeiros internacionais, à sua liderança nos setores intensivos em tecnologias da informação e comunicação (software, equipamentos de informática e telecomunicações, os serviços de telecomunicações, etc.), bem como em outros setores intensivos em tecnologia (química fina, biotecnologia, novos materiais), além do papel que exerceu em transformar o seu padrão de desenvolvimento em regras mundiais para a desregulamentação dos fluxos financeiros, comerciais de bens e serviços e de tecnologia, especialmente por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

10. Por outro lado, o predomínio do ideário neoliberal na condução do processo de globalização econômica aumentou a pobreza e o desemprego no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento e mais pobres. Segundo estudos do Banco Mundial (99) metade da população mundial (pouco mais de 3 bilhões de pessoas) vive com menos de US\$ 2,0 por dia e 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 1,0 por dia.

11. No caso dos países da América Latina, nos anos noventa, identifica-se um crescente processo de concentração de renda, o que, hoje, os coloca atrás dos países do Sudoeste Asiático, do Oriente Médio e do Leste Europeu. Constata-se que 1/4 da renda *per capita* fica com apenas 5% da população e 40% com os 10% mais ricos. Se em 1987 a renda *per capita* foi estimada em US\$ 3.500; em 1999 caiu para US\$ 3.100 (cerca de R\$ 5.5 mil), valor equivalente a 30% da renda dos países desenvolvidos (Relatório anual do BID).

12. Com a intensificação das políticas de cunho neoliberal nos países latino-americanos (abertura e desregulamentação desenfreada da economia, privatizações, flexibilização das relações de trabalho, estagnação econômica) amplia-se a instabilidade política, econômica e social na região. A recente crise política no Equador; a instabilidade democrática na Colômbia; os resultados das eleições na Argentina e no Chile, entre outros movimentos em curso, denotam o fracasso das diretrizes do "Consenso de Washington" no que tange a resolução das cíclicas crises do capitalismo e, por outro lado, as insatisfações populares, decorrentes das dramáticas conseqüências sociais que a implementação de tais políticas impõe para o conjunto das populações latino-americanas.

A Exclusão Social no Mercosul

13. O processo de integrações regional intensificou-se nos últimos anos, já que (nas análises governamentais) se coloca como única alternativa para muitos países em desenvolvimento, se colocarem numa situação de "igualdade" no processo de disputas por mercados no mundo globalizado.

14. No caso dos países do Cone Sul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - este processo tem se dado de forma extremamente conflitante. Se não bastassem as contradições políticas e econômicas existentes, estes países, nos anos noventa, viram aumentar: o desemprego, a informalidade, a flexibilização das relações de trabalho e a disparidade na distribuição de renda. As políticas suicidas adotadas pelos respectivos governos dos países do Cone Sul redundaram em crescente precarização dos seus mercados de trabalho, bem como em dificuldade para financiar políticas sociais com recursos públicos num contexto de baixo nível de crescimento econômico e de restrições externas significativas.

15. Tais aspectos denotam que os dramáticos indicadores sociais no Mercosul são conseqüências das opções nacionais de políticas econômicas e de inserção internacional, que reduziram o potencial de crescimento dos países, resultando na estagnação dos investimentos nos setores produtivos, da massa de salários e do nível de emprego.

16. Esta configuração econômica e social que se verifica nos países do Mercosul, decorre da abertura desenfreada da economia ao comércio internacional, sem políticas de incentivo às exportações e reciprocidade dos parceiros; da eliminação das restrições aos fluxos de capitais, principalmente para os capitais especulativos de curto prazo; da implementação de modelos de estabilização da inflação com valorização da moeda e elevação dos juros, especialmente na Argentina e Brasil; da desorganização das cadeias produtivas nacionais, favorecendo a política global de compras por parte dos oligopólios das multinacionais; da adoção de esquemas de integração sem perspectivas de políticas compensatórias e de reconversão produtiva; da privatização de empresas estatais sem a exigência de cláusulas sociais e sem controle público eficaz no caso das empresas do setor de serviços; da ausência e/ou desarticulação das políticas de emprego e renda; entre outras. O resultado destas políticas pode ser verificado nos quadros abaixo:

Distribuição da Renda Urbana nos países do Mercosul em 1997 (em%)

Países	40% + pobres	10% + ricos	R10% + ricos / R10% + pobres
Argentina	14,9	35,8	17,1 vezes
Brasil*	9,2	47,5	40,3 vezes
Paraguai**	16,7	33,4	14,7 vezes
Uruguai	22,0	25,8	7,0 vezes

Fonte: Cepal. * Refere-se ao ano de 1998. ** Refere-se ao ano de 1996.

Desempregados e Subempregados no Mercosul – 1998

Países	Desempregados	Subempregados	Total (em milhões)	Total (%)
Argentina	1,6	1,8	3,4	22,1

6º CONFUP

Brasil	6,9	4,2	11,1	72,0
Paraguai	0,25	0,39	0,64	4,1
Uruguai	0,13	0,16	0,29	1,8
Total	8,9	6,5	15,4	100,0

Fonte: Pnad/IBGE (Brasil); INDEC (Argentina); INE (Uruguai) e Banco Central (Paraguai).

17. Como se pode observar, com uma população economicamente ativa de 93,3 milhões de pessoas, os países do Mercosul apresentaram uma taxa de desemprego ampliada de 16,6% no ano de 1998. Isso representa cerca de 15,4 milhões de trabalhadores em situação de desemprego. Não por acaso, neste período, aumentaram os índices de pobreza e de exclusão social nos países do Mercosul (Boletim Mercosul do NT Globalização, Integração Regional e Sindicalismo da PNF/CUT).

Fortalecer os Sindicatos e a resistência dos trabalhadores internacionalmente

18. Os últimos cinco anos desta década têm se caracterizado por um crescimento da resistência sindical às políticas neoliberais. Assim, foi a vitoriosa greve dos trabalhadores franceses em 1995 contra o plano Juppé que cortaria fundo nos direitos sociais, passando pela greve geral igualmente vitoriosa na Coreia do Sul em 1997 contra a reforma da legislação trabalhista que visava eliminar direitos e chegando à greve da empresa UPS, nos EUA, que resultou na transformação de 10.000 empregos precários em formais, além de preservar direitos. Há inúmeros exemplos na própria Europa e mesmo na América Latina.

19. Há renovação igualmente importante no movimento sindical norte americano, particularmente na AFL-CIO. Com a mudança de direção nesta Central Sindical, em 1995, tem-se feito um grande esforço interno para retomar os índices de sindicalização e de defesa dos direitos dos trabalhadores. As recentes mobilizações contra o FMI e a OMC ocorridas em Seattle (dezembro/99) e Washington (abril/00), são reflexos do processo de retomada das lutas populares e sindicais impulsionadas pela estratégia de mobilizações definidas por esta Central.

20. A criação dos Comitês de Empresas Europeus é uma outra iniciativa importante para a organização sindical frente aos efeitos da União Européia. A reestruturação da ORIT aqui no nosso continente é também uma contribuição visando construir organizações mais democráticas e fortes para enfrentar o neoliberalismo, uma luta que não pode mais prescindir de sua dimensão internacional.

21. O movimento sindical do sul vem buscando fortalecer suas visões sobre a conjuntura no debate sindical internacional e para que sua voz seja ouvida, tem sido construídas várias redes de atuação e intercâmbio, envolvendo Centrais Sindicais da África, América Latina, Ásia, com uma decisiva participação da CUT que deverá ser fortalecida no próximo período. Tal estratégia é fundamental para o enfrentamento às empresas transnacionais, que são o motor da globalização neoliberal. Enfrentar tal política exige capacitação, informação e articulação internacional, também, por setor e/ou empresa.

22. É fundamental para o fortalecimento da luta dos petroleiros contra a privatização da PETROBRÁS e a precarização das relações de trabalho, estreitar as relações com o movimento sindical internacional. Seja, através da intensificação do intercâmbio com sindicalistas dos países de origem das empresas que estão investindo na política de parcerias com a Petrobrás, ou por uma estratégia de ação política mais orgânica as organizações sindicais internacionais do ramo na perspectiva de fortalecer a solidariedade entre os trabalhadores internacionalmente.

6º CONFUP

23. Por isso, devemos viabilizar a filiação da FUP a ICEM - Federação Internacional do Ramo Químico, bem como intensificar a participação da FUP nos fóruns de debates sobre os processos de integração regional no Continente, através de maior integração na ORIT, e fortalecendo as relações com a AFL-CIO - EUA, articulando tais ações com a estratégia de relações internacionais da CUT. Fortalecer a unidade dos trabalhadores no âmbito das ações sindicais internacionais deve ser nossa meta na luta contra a exclusão social e o processo de desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, em defesa da soberania dos povos e da democracia.

Conjuntura Nacional

24. A política econômica que vem sendo implementada no Brasil desde o início do governo FHC tem como característica principal a manutenção da estabilização monetária – que durante um bom tempo esteve associada ao câmbio sobrevalorizado - e à abertura comercial acelerada. Essa política vem gerando um permanente déficit na conta de transações correntes do país atingindo 4,85% do PIB em junho de 1999 (aproximadamente US\$ 32,5 bilhões). Este déficit acaba sendo financiado pela entrada de investimentos estrangeiros, o que aumentou a dependência financeira do Brasil em relação ao capital internacional.

25. Desde o início do Plano Real, a atração desses capitais estrangeiros - necessários para fechar as contas dentro dos marcos da política adotada - se deu através da oferta de remunerações atrativas, especialmente taxas de juros extremamente elevadas, além de um mercado de bolsa de valores que favorecem ganhos rápidos, ou ainda a oportunidade de comprar patrimônio valioso a preço baixo, como no caso das privatizações.

26. Neste marco, a oferta de taxas de juros elevadíssimas aos capitais internacionais acabou, de um lado, gerando uma dívida pública que quintuplicou ao longo dos últimos cinco anos, passando de aproximadamente US\$ 60 bilhões em julho de 1994 para cerca de US\$ 300 bilhões no primeiro trimestre de 1999.

27. Desde o segundo semestre de 1998, tornava-se evidente que os malabarismos da administração pública para tapar os buracos das contas do país no exterior haviam chegado a um limite. Entre julho e setembro de 1998, ocorreu uma grande fuga de capitais - aproximadamente US\$ 30 bilhões que migraram do país - o que provou de forma convincente que a fase dos milagres tinha esgotado-se. Em 1999, um novo ataque especulativo, sugou aproximadamente US\$ 60 bilhões. Os capitais estrangeiros vieram, valorizaram-se num curtíssimo prazo e se foram. Os economistas, guardiões das políticas ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, preferiram não impor barreiras a mobilidade dos capitais internacionais privados, mesmo sabendo dos efeitos danosos à economia nacional.

28. Neste processo, a dívida externa brasileira cresceu sistematicamente, ultrapassando a barreira dos US\$ 235 bilhões no final de 1998. Assim, ficou evidente que a política econômica do governo FHC é de difícil sustentação e tem para o país um custo social altíssimo, além de agravar a situação da dívida pública, seja no âmbito interno ou externo.

29. O desmonte do Estado, com a transferência das estatais para o grande capital, cada vez mais internacionalizado e financeirizado, a desorganização do serviço público, reduzindo investimentos públicos e sociais, tem resultado no enfraquecimento do poder de intervenção, regulação e dinamização do Estado e no aumento da exclusão social. A ação estatal, no governo FHC, se restringe a gerar superávites primários que assegurem o pagamento de juros elevadíssimos no financiamento das dívidas interna e externa.

6º CONFUP

30. Para viabilizar tal estratégia, cortam-se todos os tipos de gastos e investimentos, demite-se pessoal, vendem-se empresas, entrega-se às concessões de serviços, aumenta-se impostos, taxas e contribuições, extinguem-se os benefícios, enfim, cuida-se de garantir aos especuladores e credores rendimentos financeiros permanentes e crescentes. A Lei de Responsabilidade Fiscal recém aprovada é a materialização legal da opção de política econômica deste governo.

31. Como resultado, o crescimento econômico é zero a dois anos e o índice de desemprego e de pobreza no país é alarmante a cada ano que passa. A flexibilização e precarização das relações de trabalho crescem exponencialmente com a destruição do setor produtivo nacional. Segundo as análises do próprio governo a reforma tributária e a flexibilização do mercado de trabalho não têm outros objetivos e impactos, se não o de garantir competitividade às empresas que operam no país (Valor Econômico - 08/05/00). Assim, o capital externo predomina em amplos setores da economia, seja por se ter apropriado de estatais, seja pelas fusões e aquisições de indústrias, lojas e bancos nacionais. Tal processo, não gera nenhuma divisa, por não ocorrer em setores exportadores; ao contrário passa-se a exportar juros e lucros para as matrizes internacionais, aumentando nosso déficit externo.

32. No espectro do jogo político, a aliança conservadora que sustenta o governo FHC, monopolizou os meios de comunicação, as instituições e as decisões políticas, marginalizando e criminalizando os setores críticos e que oferecem resistência à sua estratégia política e econômica. As reformas administrativas (flexibilização do emprego público), previdenciária (arrocho nos benefícios), econômicas (concessões e privatizações, etc.) e política (reeleição) se deram por meio de processos legislativos em que a maioria, governista, vetou qualquer possibilidade de debate. A garantia de cargos, de recursos e de poder foi à contrapartida que essa maioria obteve do Executivo desde o início deste processo. A oposição teve seu espaço institucional cerceado, enquanto aumentava a repressão às manifestações sociais.

33. O quadro de insegurança econômica e de deteriorização social, que perdurará enquanto durar este governo exige unidade das forças de esquerda no sentido de que venham forjar propostas concretas para questões específicas e gerais, além de terem que aumentar a sua base de representação, conquistando maior legitimidade e ampliando a capacidade de elaboração e de convencimento no enfrentamento com as elites conservadoras. Neste aspecto, fortalecer as alianças para o processo eleitoral que se avizinha, torna-se de fundamental importância para a consolidação de uma força contra-hegemônica na sociedade brasileira, a fim de se avançar na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, pautado na humanização das relações sociais e de trabalho, o que interessa ao conjunto dos trabalhadores.

34. Neste sentido, os movimentos sociais, cujas demandas devem crescer nos próximos períodos, têm um importante papel no processo de resistência, e como fonte de elaboração de propostas alternativas e de combate às políticas neoliberais em curso. Por outro lado, com o desemprego e a precarização das relações de trabalho crescentes, o movimento sindical terá suas demandas aumentadas e verá reforçado o desafio de responder com maior eficácia a esses problemas.

35. É fundamental fortalecer os laços de solidariedade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o qual tem se colocado como força tensionadora permanentemente das políticas excludentes de FHC. Ampliar a luta em defesa da Reforma Agrária é lutar pela democracia, por mais justiça social e por melhor distribuição de renda e riquezas em nosso país.

36. Nos últimos períodos, cresceram as mobilizações das categorias nos diversos setores econômicos, como resultado do crescente descontentamento dos trabalhadores com a política econômica em curso. Tais mobilizações evidenciam-se: no Grito da Terra Brasil, movimento liderado pela CONTAG e pela CUT em defesa do trabalho, da terra, e de políticas de crédito para os pequenos produtores rurais; na greve dos caminhoneiros contra os abusos decorrentes

6º CONFUP

do processo de privatizações das estradas federais, dos servidores públicos federais e estaduais que sofrem as consequências diretas das políticas de enxugamento do Estado e da precarização das políticas sociais e no processo de mobilização em defesa de um salário mínimo digno.

37. No que tange a política de sucateamento do Estado e precarização das políticas sociais, o caso das demissões (aproximadamente 10.000) de servidores públicos no Estado de Rondônia, é visto como um "balão de ensaio" para se testar o grau de resistência que a sociedade, e em particular o movimento sindical, pode esboçar contra as políticas neoliberais, expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal que centraliza a arrecadação na União, onerando ainda mais os Estados e Municípios.

38. Ampliar a solidariedade e fortalecer os laços de unidade do movimento sindical na luta contra o desemprego, a estagnação dos salários, a precarização, as privatizações, o desmonte das políticas públicas, devem se constituir em pontos de uma agenda imediata do movimento sindical que se organiza na CUT.

39. Nosso objetivo mais amplo deve ser o da ocupação crescente de espaços na disputa de poder que se trava na sociedade brasileira para influenciar as decisões políticas gerais, buscando consolidar uma força contra-hegemônica. A capacidade de formular estratégias, de condicionar as políticas públicas e de influenciar as instituições fortalecerá ainda mais a CUT e a FUP como atores de destaque na viabilização de um projeto de crescimento econômico com distribuição de renda e justiça social.

RESOLUÇÕES

Sindicalismo: Estrutura e Organização Sindical

A Organização sindical no setor do petróleo no contexto das mudanças em curso no Sindicalismo Brasileiro

1. O projeto de construção da FUP nasceu da vontade política dos petroleiros em fortalecer, cada vez mais, os momentos de mobilização e espaços de articulação das lutas em defesa dos direitos dos petroleiros e da PETROBRÁS como empresa pública e de extrema importância econômica e social na construção e consolidação da soberania do país. Tal processo deu-se no bojo das mobilizações e lutas mais gerais do conjunto dos trabalhadores brasileiros por democracia e justiça social, consubstanciados nos princípios de organização sindical da Central Única dos Trabalhadores.

2. O projeto cutista nasce da necessidade de unificação das lutas dos trabalhadores, da cidade e do campo, visando possibilitar um salto de qualidade em sua organização sindical. Com uma concepção Classista a CUT vê a necessidade de articular as lutas imediatas com os objetivos históricos da classe trabalhadora. Desta forma, a ação de nossos sindicatos tem como horizonte à conquista de uma sociedade mais justa, democrática e socialista.

3. A esta concepção soma-se uma prática Democrática e de Massas, onde a diversidade de opiniões é vista como elemento positivo e a construção de instâncias com ampla participação dos trabalhadores e regidas por regras claras e democráticas são fundamentais para permitir a tomada de decisões e a viabilização de ações unitárias.

6º CONFUP

4. Para que esta concepção e prática sindical possam se realizar plenamente é fundamental garantir a Independência e a Autonomia das organizações e mobilizações sindicais frente ao Estado, patrões e partidos políticos. A participação dos trabalhadores na vida política nacional é fundamental, e a construção de organizações partidárias da classe é parte central dessa participação. A força da CUT, enquanto central sindical, está na sua capacidade de conseguir a participação das massas trabalhadoras e na sua capacidade de imprimir às lutas um caráter classista e de massas na conquista dos interesses imediatos e históricos.

5. Estes princípios fizeram com que a CUT, já no seu congresso de fundação (agosto de 1983), adotasse a luta contra a estrutura sindical, corporativa e atrelada ao Estado, como uma questão estratégica na construção do seu projeto sindical. Desde aquele momento, no seu plano de lutas, destacou-se a luta pela Liberdade e Autonomia Sindicais, pelo fim do imposto e unicidade sindicais, do poder normativo da Justiça do Trabalho, das intervenções do Ministério do Trabalho e a revogação da Lei "antigreve".

6. As convenções da OIT sobre Liberdade e Autonomia Sindicais (Convenção 87); Direito de Sindicalização (Convenção 98); Representação nos Locais de Trabalho (Convenção 135); Organização dos Trabalhadores Rurais (Convenção 141); Organização dos Trabalhadores da Administração Pública (Convenção 151); traduzem as bases fundamentais do projeto cutista para a reforma da atual legislação.

7. Em que pese às mudanças introduzidas na legislação trabalhista e na Constituição de 1988, estabelecendo a liberdade para a criação de entidades sem prévia autorização do Estado e proibindo a interferência e intervenção do Poder Público nas organizações sindicais, os pilares da velha estrutura sindical corporativa mativeram-se vigentes.

8. A manutenção da unicidade obrigatória, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho incentivou um processo de proliferação de sindicatos, sem representar necessariamente sua organização. Segundo dados do Ministério do Trabalho, existem hoje mais de 16.000 sindicatos registrados e se considerarmos as entidades sob disputa judicial este número sobe para mais de 20.000, denotando uma profunda fragmentação da organização sindical.

9. Este quadro é extremamente desfavorável para o fortalecimento da organização sindical, frente à generalização do processo de desregulamentação da contratação, representado pela terceirização, pelo retorno ao trabalho doméstico e pelo surgimento de cooperativas de mão-de-obra que potencializam a precarização das relações de trabalho. Tal processo ainda torna-se mais ameaçador para o fortalecimento da luta e da identidade de classe dos trabalhadores se considerarmos que a ação governamental tem incentivado a flexibilização de direitos. É nesta lógica que são editadas medidas para retirar direitos trabalhistas, como no caso do Contrato por Tempo Determinado, e que apontam para a redução do papel fiscalizador do Estado (sucateamento da estrutura do Ministério do Trabalho).

10. Neste sentido, a FUP deve encampar, com o conjunto das instâncias da CUT, a realização de uma ampla campanha pela ratificação e/ou plena vigência das Convenções da OIT: 87 (Liberdade Sindical); 111 (contra discriminação no mercado de trabalho); 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública); 158 (contra demissão imotivada); 103 (direito à amamentação) e pela regulamentação da 135 (representação no local de trabalho), e em defesa da organização e da liberdade sindical como legítimo instrumento de defesa dos interesses da classe trabalhadora.

11. Deve, também, se inserir na campanha a ser deflagrada pela CUT, pela revogação das punições de sindicalistas e a revogação do conjunto dos artigos da CLT representativo do entulho autoritário, inclusive o art. 522 da CLT. Ao mesmo tempo, deve intensificar,

6º CONFUP

juntamente com outras categorias, os esforços no sentido de conquistar avanços na legislação sindical e trabalhista, tendo em vista a necessidade de se implantar e consolidar um novo marco regulatório das relações de trabalho no Brasil. Para conter a revolta dos trabalhadores da cidade e do campo, o governo cerceia ainda mais as liberdades políticas, confirmando que o Neoliberalismo não combina com a Democracia. FHC governa por MP's, ressuscita o entulho autoritário do regime militar (Lei de Segurança Nacional) para reprimir manifestações populares, insiste em desqualificar a oposição rebaixa o papel do legislativo e judiciário, restringi a atuação dos partidos políticos de oposição e de sua participação institucional através da introdução da cláusula de barreira, do voto distrital misto, do fim das coligações partidárias, etc. Com o mesmo objetivo, ataca a organização sindical dos trabalhadores. Após a truculenta agressão à greve dos petroleiros em 95, o governo adotou inúmeras medidas para inibir a ação dos sindicatos. A última delas, a PEC-623, visa fragmentar a organização sindical, que só representaria os sócios, estrangulando financeiramente as entidades.

As mudanças econômicas e tecnológicas no Setor e impactos sobre as relações de trabalho

12. Desde a aprovação da nova Lei do Petróleo, que aboliu o monopólio estatal da PETROBRÁS em atividades de exploração e produção de óleo e gás, o setor petrolífero brasileiro, vem passando por uma nova configuração, caracterizada pelo aumento da participação do setor privado, com empresas nacionais e multinacionais. Apenas no segmento "chamado *upstream* (fases de exploração e produção), a previsão de investimentos de companhias privadas conjuntamente com a PETROBRÁS para os próximos dez anos, é de US\$ 40 bilhões (Gazeta Mercantil/ Out-99)".

13. Tais investimentos denotam a estratégia em curso na PETROBRÁS, em consonância com as orientações políticas e econômicas mais gerais do governo FHC, de se estabelecer parcerias com empresas multinacionais através de concessões ou do processo de licitações desencadeadas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Somente em junho de 1999, a ANP leiloou, na primeira rodada, 27 blocos, permitindo a entrada no setor de dez novos agentes, que se comprometeram a investir, pelo programa exploratório mínimo definido pela agência, pelo menos R\$ 5 milhões por bloco arrematado. Nos primeiros blocos leiloados pela ANP, os bônus ofertados chegaram a registrar ágio de até 53.565% sobre o preço mínimo estabelecido, o que denota uma vergonhosa sub-valorização dos blocos em questão, caracterizando uma verdadeira entrega de um dos principais patrimônios econômicos do país a mesma situação se repetiu no dia 7 de junho quando o governo Fernando Henrique através da ANP leiloou 23 áreas de exploração de petróleo no Hotel Sheraton Rio, quando a FUP organizou um ato de protesto que paralisou a avenida Oscar Niemeyer.

14. Neste processo de leilões promovidos pela ANP, estão envolvidas as principais regiões produtoras do País como a Bacia de Campos; a Bacia de Santos, onde a PETROBRÁS descobriu no final do ano passado um campo gigante de 700 milhões de barris; Sergipe, Alagoas, Recôncavo e Bacia Camamu-Almada - BA, Potiguar - RN; Paraná; Amazonas e Bacia Pará-Maranhão. As principais empresas envolvidas neste processo de disputas pelos blocos, além da própria PETROBRÁS, são as petroleiras Texaco, Agip, Amerada Hess, Esso, BP-Amoco e Unocal, entre outras. Além disso, a PETROBRÁS anuncia a venda de diversos campos produtores para empresas de pequeno porte numa grave ameaça aos trabalhadores e ao meio ambiente, por isso a FUP deve lutar contra esta política. Acrescentar EP-ES

15. Outro aspecto que vem chamando a atenção das empresas multinacionais, é um potencial aumento do consumo de gás natural no Brasil, visto como principal motivação para investimentos, por parte das empresas estrangeiras. Segundo análises recentes, tal interesse deve aumentar em função da disposição do governo de aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira, pois avalia que há carência de alternativas de geração de eletricidade além das hidrelétricas. Algumas empresas já revelam interesse em atuar verticalmente integrada na cadeia do gás natural, operando desde a produção do combustível

6º CONFUP

até sua chegada ao consumidor final, seja sob forma de energia elétrica, seja como combustível para automóveis.

16. A construção do gasoduto Brasil-Bolívia está dentro da estratégia do governo de preparar a infra-estrutura para uso de fontes alternativas de energia para exploração pelas multinacionais com o custo de instalação reduzido para as mesmas entre outras iniciativas para definir uma política para o setor. Outra iniciativa que coloca o gás natural no campo da matriz energética é o gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre que colocará gás na região metropolitana de Porto Alegre, desde a fronteira do Brasil com a Argentina, em Uruguaiana, por um traçado de 615 km e custo de US\$ 265 milhões. Este processo dar-se-á via a Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSG) um consórcio liderado pela Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, que conta com a participação das empresas brasileiras Ipiranga (23%) e Gaspetro (10%), as empresas hispano-argentina Repsol-YPF (15,5%) e a argentina Compañia General de Combustibles (12%), a ítalo-argentina Tecgás NV-Techint (12%), a francesa Total Gas Ventures (15,5%) e a canadense Nova Gás Internacional (12%). Tais processos são exemplos da diversificação de investimentos das empresas multinacionais petrolíferas no mercado brasileiro, caracterizando uma profunda mudança no setor nos últimos anos.

17. No bojo do aumento da competitividade no mercado nacional, crescem também os investimentos em novas tecnologias, prevendo-se uma verdadeira revolução no desenvolvimento da atividade de exploração e produção em águas brasileiras. Tecnologias que são utilizadas em águas profundas na Indonésia, no Golfo do México e no Mar de Adaman, na Tailândia, as quais proporcionam redução de prazos e custos na perfuração de poços começam a ser introduzidas no Brasil. Exemplo disso é a tecnologia denominada *Saturation Exploration* (SX), que vem sendo utilizada pela norte-americana Unocal, operadora de um bloco em Campos e outro no Espírito Santo, há três anos e meio.

18. A PETROBRÁS, com sua capacidade de produção de 1,1 milhão de barris por dia, constitui-se na 14ª maior empresa de petróleo do mundo e a 7ª maior entre as empresas de petróleo de capital aberto. Possui a melhor tecnologia para o processo de extração de petróleo em águas profundas, o que a faz uma das empresas melhores credenciadas e reconhecidas no mercado internacional. Segundo dados recentes, a PETROBRÁS proporcionou ao Brasil uma economia em 1999 de US\$ 9 bilhões, ao produzir 77,1% do petróleo que o mercado nacional consome (Boletim da Comissão Nacional Contra as Privatizações - Mar/00).

19. Por estes dados, percebe-se os motivos pelos quais as empresas multinacionais intensificam sua participação no mercado nacional, através das parcerias. Por outro, fica difícil entender a política de entreguismo praticada pelo governo de FHC que, para evitar uma forte resistência da sociedade brasileira, vem promovendo uma estratégia de privatização "branca" da empresa, impondo cada vez mais, através da ANP, exigências de flexibilização na estratégia de exploração e produção de óleo e gás, intensificando as pressões para que, também, se ampliem as participações das empresas privadas no setor de refino.

20. Para tanto, coloca-se como ponto fundamental neste processo, a precarização das relações de trabalho na empresa (redução de custos e aumento da produtividade). Neste aspecto, destaca-se o processo de terceirização que avança cada vez mais em todas as áreas da empresa. Avança-se na flexibilização dos direitos (jornada de trabalho e benefícios, principalmente), e busca-se disputar a representação nos locais de trabalho com os sindicatos. Assim, aposta-se na individualização das relações com os trabalhadores petroleiros como meio de ofuscar sua identidade coletiva e fragilizar a ação sindical, relegando a um plano secundário o processo de negociação coletiva no setor.

21. Com a ascensão da terceira geração de petroleiros na empresa, o crescente número de trabalhadores indiretos, a ampliação do quadro de petroleiros aposentados, e trabalhadores que se desligaram da empresa por meio de programas de incentivo num contexto de profundas mudanças no setor, no qual apontam-se novos investimentos em tecnologias e a diversificação

6º CONFUP

da atuação da empresa para o setor das termelétricas, surgem novas demandas para a ação sindical petroleira nesta nova década.

Fortalecer a FUP e avançar na construção do ramo no setor

22. Para o enfrentamento dos novos desafios que se colocam para a ação sindical no setor petrolífero, devemos avançar no fortalecimento da FUP como efetiva direção do processo mobilizatório da categoria e legítima representante nos processos de negociações da categoria no âmbito nacional. Para tanto, devemos investir na filiação dos Sindipetros de Cubatão e do Rio Grande únicos sindicatos de petroleiros no País que ainda não estão filiados à CUT.

23. Devemos investir na organização nacional dos aposentados do setor, apoiando incondicionalmente a iniciativa da CUT que criará o seu sindicato nacional de aposentados, para além dos que já estão organizados. Fortalecer tal estratégia é condição para se garantir uma vida digna e a defesa da previdência social pública como direito de cidadania, agora e no futuro.

24. Em consonância com as resoluções da CUT, devemos intensificar e fortalecer a participação da FUP na Confederação Nacional dos Químicos - CNQ/CUT- meio pelo qual devemos investir no debate e formulações sobre a construção do Ramo, desde os locais de trabalho. A intensificação do processo de formulações e ações concretas neste aspecto coloca-se como um imperativo premente, no sentido de tornar nossa ação sindical mais eficaz no enfrentamento dos desafios decorrentes das mudanças em curso no setor. Na mesma medida, afirmamos a necessidade de proceder a um amplo debate, através de assembléia de base convocadas pela FUP, sobre a importância da filiação da federação a ICEM numa perspectiva de estabelecermos um processo de intercâmbio com trabalhadores do setor de outros países, tendo em vista a necessidade de uma estratégia de enfrentamento às empresas multinacionais que atuam no mercado nacional, especificamente no mercado petrolífero. Para tanto, avançarmos na materialização das experiências de unificação dos nossos sindicatos no âmbito dos estados, é um pressuposto para a consolidação de uma estratégia eficaz de organização nacional. A FUP deve estimular e incentivar tais iniciativas em todo o País, estabelecendo regras claras e democráticas para a condução de processos que garantam a participação de todos os trabalhadores do setor, conforme orientações da CUT. Na mesma medida reafirmamos a necessidade de garantir a nossa participação em eventos promovidos pelas mais diversas organizações internacionais de trabalhadores.

25. Entendemos que, para enfrentar os processos de reorganização capitalista nos setores produtivos, em particular nos setores químico/farmacêutico/petrolífero e de energia, onde se ampliam as mega-fusões no âmbito internacional, temos que intensificar o processo de internacionalização das lutas e mobilizações, construindo efetivamente a unidade dos trabalhadores na luta contra a globalização excludente imposta pelo Imperialismo. A solidariedade internacional dos trabalhadores sempre foi, e sempre será, um dos principais pilares da luta de classe contra a exploração capitalista.

26. As eleições Municipais deste ano serão momento importante do debate sobre a situação do País e sobre as saídas que se apresentam para a crise. Os trabalhadores devem participar a fundo desse processo, aproveitando o momento para apresentarmos nossas propostas para organizar e mobilizar o povo para derrotar FHC e o modelo neoliberal. Nesse sentido é importante impulsionar frentes classistas, que unifiquem os partidos da classe trabalhadora na apresentação de candidaturas comuns e de propostas eleitorais que apontem uma alternativa anticapitalista de saída para a crise do Neoliberalismo por uma frente de trabalhadores (dos partidos operários) nas eleições, que se apresente para estimular e chamar a luta para derrubar esse governo.

6º CONFUP

27. Diante da diversificação da atuação da PETROBRÁS, do ramo petrolífero para o ramo das termelétricas, no mercado brasileiro e internacional, coloca-se como uma nova exigência no debate sobre estratégia de organização e ação sindical no setor.

Adendo

- a) Denunciar que o governo Brasileiro não cumpriu a Resolução da OIT DE 1977;
- b) Transformar a reintegração dos demitidos como eixo da campanha salarial;
- c) Debater com os demitidos a construção do acampamento dos demitidos sob coordenação da FUP durante as negociações.
- d) No sentido de avançarmos no processo de organização e fortalecimento das lutas no setor, propomos que este congresso delibere que:
- e) A FUP deve através da discussão política com as direções das suas entidades filiadas, incentivar ações concretas das mesmas nas eleições 2000, em defesa de candidaturas comprometidas com os trabalhadores;
- f) A FUP deve intensificar sua participação nas campanhas unificadas e articuladas nacionalmente pelos diversos setores econômicos que se organizam na CUT;
- g) Estimule e intensifique junto aos Sindicatos, ações permanentes de sindicalização dos trabalhadores do ramo químico, ativos aposentados diretos e indiretos;
- h) Amplie e intensifique a luta pela reintegração dos demitidos, propondo e criando uma frente de mobilização com entidades representativas da sociedade civil (OAB, CNBB, CUT, ABI, entre outras) para enfrentar com maior força e poder a truculência do Poder Executivo na resolução deste problema;
- i) Avançar na elaboração de uma estratégia de ação contra a privatização da PETROBRÁS, que possibilite a sensibilização da sociedade, enfatizando a importância da empresa como um dos elementos na garantia da soberania nacional, construindo assim condições efetivas para uma resistência nacional;
- j) A FUP deve articular um processo de debates e formulações nacionais sobre OLT, no sentido de estimular os sindicatos a intensificarem o processo de organização sindical na base;
- k) A FUP deve elaborar um Plano Nacional de Formação Política e Sindical de acordo com as diretrizes definidas no relatório do Encontro de Formação da FUP (Anexo 14.1). Tal processo deve dar-se de forma articulada a Política Nacional de Formação da CUT.

Na busca da unidade dos trabalhadores de todos os países contra o imperialismo a FUP deve encaminhar e impulsionar as seguintes campanhas:

- a) A contribuição para plebiscito contra o pagamento da dívida externa a se realizar no Brasil entre 2 e 7 de setembro de 2000 pela CNBB;
- b) A defesa da redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais sem redução de salário;
- c) Todo apoio à luta pela reforma agrária em conjunto com a CONTAG e o MST;
- d) A FUP buscará em conjunto com as direções dos sindicatos filiados incentivar ações concretas para as eleições 2000 em defesa de candidaturas comprometidas com os trabalhadores.

Campanhas Contra as Privatizações e Calendário de Mobilização

Campanhas contra as Privatizações

Setor petróleo e defesa da PETROBRÁS

1. Ao longo de 99 e início de 2000, a OPEP demonstrou que ainda tem força, reduzindo a produção de petróleo e fazendo os preços darem um salto espetacular de cerca de U\$10,00 para cerca de U\$ 30,00 o barril.

2. A enorme pressão americana e de outros países importadores fez com que alguns membros mais “sensíveis” da OPEP cedessem e, em março fosse tomada a decisão de “flexibilizar a contenção”. A situação, no entanto, ainda é preocupante para os importadores. Os preços caíram, mas voltaram para quase U\$30,00 por barril no início de maio. O custo do petróleo nacional no mar é de US\$ 10,00 e em terra de US\$ 8,00.

3. A direção da PETROBRÁS, em 99, elaborou e divulgou um plano estratégico grandioso, digno de admiração por qualquer brasileiro, se não vejamos alguns elementos previsto para até 2005:

- a) Realizar um investimento global da ordem de U\$ 32,9 bi, sendo 61% nas atividades de E&P, U\$ 664 milhões em petroquímica, elevar para U\$ 160 milhões os gastos anuais em tecnologia e investir cerca de U\$ 130 milhões anuais em proteção ambiental;
- b) Passar a produzir cerca de 2 milhões de barris de óleo e LGN por dia;
- c) Produzir cerca de 300 milhões de barris equivalentes de óleo e gás no exterior;
- d) Ampliar as reservas provadas para cerca de 13 bilhões de barris de óleo-equivalente, sendo 10 % no exterior;
- e) Refinar cerca de 2,1 milhões de bbd sendo cerca de 300 mil no exterior;
- f) Manter a liderança no mercado de distribuição de combustíveis no país, vendendo cerca de 70 milhões de m3 de gás por dia;
- g) Saltar o faturamento de U\$ 25 em 98 para U\$ 35 bi, sendo que destes cerca de U\$ 4,4 bi obtidos em atividades no exterior;
- h) Passar a obter um lucro líquido da ordem de U\$ 4 bi anuais.
- i) Todos esses dados são prevendo o petróleo ao preço internacional de U\$ 15 o barril, 10 a menos que o atual.

4. O problema todo é que sabemos até hoje que nem os investimentos anuais aprovados pelo Congresso Nacional são cumpridos pela PETROBRÁS (em função de cortes do governo). Por outro lado, os objetivos estratégicos de uma empresa com uma gestão profissional podem servir a qualquer dono, seja estatal ou privado. E os objetivos sociais do crescimento da PETROBRÁS previsto no plano estratégico começam a diminuir quando se olha para o item pessoal: reduzir de cerca de 38,2 mil para 32,6 mil em 2005. Além disso, é prevista uma redução de custo com pessoal dos cerca de U\$1.886 milhões para U\$ 1.612 milhões. Ou seja, a intenção é continuar o arrocho.

5. Diante desse quadro, já hoje o governo mantém uma posição dúbia em relação a PETROBRÁS. Por um lado impõe uma série de medidas que vão no sentido de enfraquecê-la, fragmentando-a, objetivamente, preparando sua destruição e/ou privatização. Por outro lado, tem tomado medidas que vão no sentido de seu fortalecimento.

6º CONFUP

6. Dentre as medidas que enfraquecem a empresa podemos destacar:

- a) A preparação da venda de 31 % das ações, hoje em poder da União;
- b) A criação da TRANSPETRO com transferência para ela do controle operacional dos dutos, terminais e da FRONAPE; e a cessão de trabalhadores;
- c) A disponibilização para a venda de campos em produção ditos marginais;
- d) Os crescentes PIDVs que levam ao enfraquecimento da empresa e a liberação de técnicos experientes para viabilizar e fortalecer as novas empresas;
- e) A manutenção de uma política de arrocho salarial;
- f) A criação de empresas privadas de telecomunicação e a cessão de trabalhadores para assumir as atividades que hoje não são mais realizadas pelos SERINF;
- g) A tentativa de destruir o SEGEN e outros órgãos como o SERMAT;
- h) A possível associação com a REPSOL na REFAP atinge trabalhadores de uma refinaria;
- i) Uma política de pessoal que visa a fragmentar a unidade da categoria e esvaziar os sindicatos (maior autonomia para os chefes na concessão de promoções, bônus por desempenho individual, criação da figura dos consultores, etc);
- j) A decisão de construir termelétricas a gás o que significa ampliar a área de atuação da empresa no setor energético e viabilizar o consumo de um produto que foi imposto ao país por forças internacionais e que terá que ser pago com ou sem uso.

7. Dentre as medidas que, contraditoriamente fortalecem a empresa em si, bem como seu papel no desenvolvimento nacional, podemos destacar:

- a) Antes mesmo da abertura das importações, decidiu remunerar sua produção pelo preço do mercado internacional, o que propiciou o enorme lucro de quase R\$ 7 bi nos últimos 6 meses;
- b) A decisão de adiar por dois anos a abertura da importação de petróleo;
- c) A aquisição de refinarias no exterior (ainda que pequenas unidades na Bolívia);
- d) O anunciado interesse na aquisição da Ipiranga;
- e) O anúncio da disposição em voltar a atuar com mais força na Petroquímica;
- f) A decisão de absorver para a Holding as atividades que estão em subsidiárias (GASPETRO, PETROQUISA, e BRASPETRO);
- g) A decisão de realização de concurso para renovar o quadro de pessoal, ainda que muitas funções não tenham sido contempladas;
- h) A anunciada disposição em voltar a encomendar navios no Brasil

8. As medidas que implicam enfraquecimento de qualquer maneira prevalecem, sobretudo quando se observa que elas têm uma enorme repercussão no meio sindical. A Empresa adotou uma série de medidas simultâneas que estão levando a uma enorme fragmentação da categoria, dificultando aos trabalhadores e aos Sindicatos discutirem-nas como um todo, para que possam formular uma avaliação e atuar, organizando a defesa dos direitos dos trabalhadores e da própria PETROBRÁS. Os quadros de medidas acima estão sendo adotados simultaneamente a outras que envolvem de forma diferente, trabalhadores de diversos órgãos, quais sejam:

- a) A cessão de pessoal para a TRANSPETRO, atingindo muitos colegas da PETROBRÁS, coloca-lhes dúvidas sobre seu futuro profissional;
- b) A anunciada venda de campos, com respectivo PIDV e outras medidas, atinge de forma diferenciada principalmente trabalhadores do Nordeste;
- c) A decisão de incorporar as atividades de algumas subsidiárias na Holding coloca a dúvida sobre o futuro contrato de trabalho para os colegas dessas empresas;
- d) As anunciadas reestruturações no CENPES, SEGEM, SERMAT, **SERINF**, **SERTEL** e da sede coloca preocupações para vários outros colegas;
- e) A anunciada implantação do SAP leva a angústia para inúmeros trabalhadores em órgãos administrativos que poderão perder suas funções;
- f) A discussão sobre os bônus e títulos de consultores divide a categoria em cada unidade, alimentando “as boas relações com os chefes”;
- g) A própria discussão sobre linearidade e extensão da PLR aos aposentados mexe com os princípios e com a consciência da categoria.

6º CONFUP

9. Diante deste quadro, os Sindicatos e a FUP devem enfrentar o desafio de organizar a discussão, globalizando-a, e mobilizando o conjunto dos trabalhadores para defender os interesses de todos, e não cada um por si, ou cada um pelos problemas de sua unidade.

10. Alguns desafios se colocam, particularmente a venda de campos e ações são mais graves porque significam privatização direta. Com a venda das ações o governo diz que quer abater dívida pública. Na realidade tal venda implica abrir mão das receitas futuras que são crescentes em função do crescimento da empresa e passar à iniciativa privada um maior poder sobre a política da empresa. As vendas dos campos por certo que levará a uma exploração predatória com enormes repercussões sociais para inúmeros municípios em curto prazo.

11. Diante desse quadro algumas tarefas estão postas:

- a) É necessário que os petroleiros mantenham uma política de constante articulação com a sociedade e o Congresso Nacional em defesa da integridade da PETROBRÁS e contra a sua privatização. De imediato, é necessário se reforçar a atuação junto aos senadores em apoio ao projeto do Sen. Álvaro Dias que proíbe a venda das ações;
- b) É necessário também buscar apoio político contra a venda dos campos em produção e venda ou troca de ativos, o que significa de fato o início da privatização da PETROBRÁS;
- c) Os trabalhadores petroleiros reafirmam sua posição contrária a venda dos seus ativos e dos campos de produção. Denunciam também vícios do processo com a participação da empresa marítima vencedora de licitação da ANP.

12. Há um desafio fundamental a ser vencido: Como envolver a população nesta luta? Há algumas alternativas, vejamos:

- a) A exemplo do que estão fazendo os companheiros da Receita Federal, podemos denunciar as manobras do governo que mantém elevado os preços dos combustíveis para fazer caixa, em cumprimento as metas do FMI;
- b) Podemos tentar organizar algum esquema de recebimento e encaminhamento para órgãos competentes, de denúncias sobre adulterações de qualidade de combustíveis bem como abusos de preços. Os sindicatos oferecerão para a sociedade o modelo de comitê de qualidade dos combustíveis do estado do Ceará, devidamente adequado a sua realidade;
- c) Devemos manter a edição do boletim nacional Em Defesa do Brasil, ampliando sua distribuição para Câmaras Municipais, Assembléias Estaduais e Congresso Nacional, além de outros setores da opinião pública;
- d) Reforçar a campanha em defesa da PETROBRÁS e da PETROS (Campanha do R\$ 1,00) e fazer discussão com a base;
- e) As publicações da FUP e dos sindicatos devem evitar atacar a instituição PETROBRÁS, devendo direcionar suas manchetes para a direção, superintendência, gerência, etc.

13. Esta medida é fundamental para o fortalecimento da luta dos petroleiros contra a privatização da PETROBRÁS e a precarização das relações de trabalho, estreitar as relações com o movimento sindical internacional. Seja, através da intensificação do intercâmbio com sindicalistas dos países de origem das empresas que estão investindo na política de parcerias com a PETROBRÁS, ou por uma estratégia de ação política mais orgânica as organizações sindicais internacionais do ramo na perspectiva de fortalecer a solidariedade entre os trabalhadores internacionalmente.

14. Em “A Mega-Mega Sena do petróleo. Roubada (O Brasil virou trilionário, mas o povo não sabe, o Congresso não sabe, e FHC vai entregar tudo)”, Aloysio Biondi expressa sua opinião sobre o imobilismo político da FUP e a luta contra a privatização da PETROBRÁS, aonde diz:

15. “A esperança, hoje, está no Congresso, pois os sindicatos, como o dos petroleiros, e entidades como a AEPET (Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS), que tradicionalmente tomavam posição diante dos desmandos do governo, estão estranhamente silenciosos. Muito, muito estranhamente. Mesmo”. ALOÍSIO BIONDI.

6º CONFUP

16. O convite a um representante da ANP para a abertura do último Congresso Nacional da Categoria não foi apenas um acidente de percurso, um vacilo, uma questão de ter sido ou não unanimidade na direção da FUP, é a postura coerente com a CARTA DE BOAS VINDAS ÀS MULTINACIONAIS distribuída pela FUP nos leilões das áreas de exploração e de não enfrentamento com os interesses do imperialismo em defesa dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população.

17. Nenhuma alternativa tem sido apresentada pela FUP aos ataques feitos a categoria. Entre eles: o novo leilão das áreas de produção de terra e mar, o novo plano de demissão voluntária no E&P terrestre, a preparação de troca de ativos tendo a REFAP à frente, o descumprimento do Acordo Coletivo.

18. A FUP, que viveu a intervenção de FHC a organização da categoria, assiste hoje imóvel este mesmo tio de ataques ao MST, aos Funcionários Públicos e aos Caminhoneiros.

19. Por outro lado, não expressa nenhuma iniciativa de enfrentamento ao projeto neoliberal, como o chamado a unidade e apoio aos trabalhadores dos correios, os bancários do Banespa e aos trabalhadores da CEDAE que hoje lutam e resistem as privatizações.

20. O 6º CONFUP deve votar um calendário de mobilizações que possibilite a unificação das lutas contra as privatizações, pela re-estatização das empresas privatizadas e pelo Fora FHC & FMI.

Calendário de Mobilização

1. Campanha reivindicatória:

Este Congresso tem que incluir na Pauta da Categoria a Campanha Reivindicatória que deve ter os seguintes eixos de mobilização:

- a) Redução da jornada de trabalho (turno - 28 horas, Administrativo – 35 horas, off-shore – 28 horas, equipe sísmica – 28 horas / confinamento 50%, asa: 100%, turno: 100%), associado à exigência de concurso público para cobrir as vagas criadas;
- b) Estabilidade no emprego;
- c) Reposição das perdas salariais (incluem os passivos onde couber para mobilizar);
- d) Fim da discriminação ativo/aposentado e novos/antigos;
- e) Reintegração dos demitidos.

2. Calendário geral de luta:

- a) Participação dos petroleiros no Congresso Continental dos Movimentos Sociais em Quito, no final de agosto;
- b) Participação na campanha contra a dívida, tribunal da dívida, em setembro;
- c) Participação na semana de 12 de outubro – Redescobrimto da América (contra o pagamento da dívida, as privatizações e o desemprego);
- d) Construir a unificação das categorias que tem campanha salarial em setembro ou estão em luta;

6º CONFUP

- e) Unificar os terceirizados, com uma campanha de unificação da data-base, onde poderíamos começar com um abaixo-assinado pela unificação das datas bases, trabalhando as desigualdades;
- f) Estes eixos gerais do calendário devem estar associados à construção da GREVE GERAL, para o segundo semestre.

3. Campanha de Organização dos Petroleiros Terceirizados

- a) Realizar até o final de agosto, uma plenária nacional dos trabalhadores terceirizados para deliberar sobre: Pauta de Reivindicações, calendário e formas de mobilização/Campanha;
- b) Chamando a realização de assembléias conjuntas com os sindicatos que reivindicam a representatividade dos trabalhadores na base (Construção Civil, Metalúrgicos, etc.), onde for identificado pelas diretorias sindicais locais como necessário para a abertura do trabalho, de forma a construir a Plenária e a Pauta de reivindicação;
- c) Lutar pela manutenção da comissão de acompanhamento das empreiteiras.

4. Calendário específico de luta

- a) **Dia 27/06** – entrega da pauta à Empresa, com realização de concentração com atrasos na porta das unidades, com o caráter de deflagração da campanha reivindicatória e de apoio aos trabalhadores dos Correios que realizam greve de 24 horas contra as privatizações. Na entrega da pauta colocaremos para a Empresa que queremos a resposta imediata das reivindicações salariais e da reposição das perdas da categoria e, nas concentrações afirmar a deflagração imediata da campanha reivindicatória, se deram 100% para os gerentes, queremos nossa reposição já! Junto definir o calendário de negociação com a Empresa dos outros pontos da pauta.
- b) **Em torno do dia 04/06** – Reunião do comando unificado, junto com Correio, Funcionários Públicos Federais e Estaduais e outras categorias. A CUT/CNQ deve construir esta reunião.
- c) **Em torno do dia 20/07** – Assembléia Nacional para discutir a resposta da empresa em relação à reivindicação salarial de reposição já! E aprovação do comando unificado dos trabalhadores de estatais em luta. (Caso seja aprovada com outras categorias).

5. Mobilizações

A FUP deve construir um calendário de mobilizações, com atos, passeatas, setoriais, concentrações, assembléias, todos nacionais, para intensificar a mobilização da categoria que esteja combinado com o processo de negociação, preparando a greve por tempo indeterminado da categoria.

6. Limites do período de negociação

Começamos a campanha na entrega da pauta, com a exigência de reposição das perdas salariais e mobilização da categoria, construindo a greve por tempo indeterminado a qualquer momento no caso da empresa enrolar a resposta à pauta.

7. Datas da Greve

Realizar uma ampla discussão na base frente à necessidade de garantir a greve por tempo indeterminado da categoria para arrancar as nossas reivindicações, trabalhando com ações parciais e crescentes no conjunto da categoria, que construa para setembro a data da greve por tempo indeterminado.

Saúde, segurança, meio ambiente e novas tecnologias

A saúde e a segurança de quem trabalha e dos “sem trabalho”

1. A relação entre o trabalho e a saúde dos trabalhadores no Brasil, vem ganhando nos últimos anos, uma dimensão dramática com a inserção do país no processo neoliberal de globalização dependente. Algumas evidências sinalizam profundas mudanças sobre o mundo do trabalho, onde a introdução de novos processos de produção e gestão tem gerado novos riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores.

2. A possibilidade da libertação da fadiga e da penosidade do trabalho, desejo antigo e persistente na história do trabalho humano, a um contingente crescente de trabalhadores pelo progresso científico e pelas conquistas tecnológicas, entretanto, tem se mostrado uma ilusão.

3. Diante da privação dos meios de subsistência, que chega a ameaçar a sobrevivência, decorrente do desemprego, das perdas para a identidade pessoal e o sofrimento psicológico, a conquista de um tempo livre para o desenvolvimento de outras atividades sócio-culturais e a liberação das tarefas penosas e arriscadas se tornam sem efeito.

4. Na realidade, o que já se pode observar, constituindo uma preocupação crescente, é a implantação de uma sociedade de trabalhadores “sem trabalho”, geradora de múltiplos problemas decorrentes da alteração da fonte básica da identidade psicológica, da inserção social e da socialização, as quais viabilizam o exercício da plena cidadania. Este quadro tem produzido, entre outras conseqüências, novas formas de adoecimento individual e coletivo, e profundas repercussões na vida social.

5. Assim, entre os problemas de saúde-doença dos trabalhadores, relacionados às condições de trabalho, merecem destaque a persistência de altos índices de doenças e de acidentes, socialmente distribuídos de modo desigual, em função das “novas” formas de relação do trabalho.

6. Entre as “novas” formas de relação de trabalho destaca-se a “terceirização” que, em todas as categorias, mas, particularmente no setor petróleo tem servido para a precarização das condições de trabalho, expondo os “terceirizados” a “novos” e “velhos” riscos e ao mesmo tempo os privando do acesso aos direitos mais elementares. São estes trabalhadores que adoecem e morrem em muito maior grau que os “efetivos”.

7. Outra questão importante é o da qualidade e das condições de trabalho no relegado “setor informal”, para onde acabam indo os trabalhadores “sem trabalho” que traz ainda uma dificuldade adicional para qualquer tipo de intervenção, seja dos ambientes e condições de trabalho, seja sobre os trabalhadores descobertos de qualquer registro ou garantias trabalhistas e previdenciárias e que os serviços públicos de saúde encontram-se despreparados e/ou inacessíveis.

8. Além desses, o poder de negociação dos trabalhadores das pequenas empresas e do setor informal é geralmente muito mais fraco do que nas grandes corporações, não apenas pela dificuldade de mobilização e pela vulnerabilidade, mas também agravada pela situação de clandestinidade.

6º CONFUP

9. Como conclusão, pode-se dizer que as conseqüências para a saúde dos trabalhadores configuram uma questão extremamente complexa. Representam uma combinação de problemas prevaletentes – desde a organização da economia industrial de base – aos quais se agregam os outros, emergentes, decorrentes do processo de globalização, conformando uma realidade em mosaico.

Os danos à saúde e à segurança dos trabalhadores

10. As profundas mudanças observadas nos processos de trabalho e, os impactos provocados à saúde e segurança dos trabalhadores ainda não têm sido bem avaliadas na sua integralidade. Em alguns setores produtivos, já são melhor conhecidas ou têm sido mais estudadas, como na informática, no trabalho com vídeo-terminais, processos automatizados e robótica, onde danos têm se expressado em verdadeiras epidemias das doenças ocupacionais, decorrentes de fatores organizacionais e condições ergonômicas inadequadas, como movimentos repetitivos, ritmo de trabalho abusivo ou posições viciosas. Estas doenças estão incluídas no grupo das LER (Lesões por Esforços Repetitivos)/*DORT*.

11. Outras doenças, pouco específicas e mal conhecidas, têm aparecido sob a forma discreta ou grave de manifestações de estresse ou de sofrimento mental, decorrentes das novas exigências impostas aos trabalhadores e solicitação de mais atenção, disponibilidade e responsabilidade por toda uma linha de produção.

12. Enquanto os antigos processos possuíam seus fatores de estresse na forma da monotonia, tarefas repetitivas, eliminando a capacidade de inovação e criação dos trabalhadores, os novos sistemas de produção trazem outros incentivos, porém introduzem outros fatores de estresse, particularmente a insegurança e a competição.

13. No que se refere à saúde dos trabalhadores é importante considerar, particularmente nos países do chamado “terceiro mundo”, a persistência de antigas formas de produção, com baixa capacitação tecnológica, processos artesanais e ou mecanizados inspirados, no setor industrial, nos princípios fordistas e tayloristas, sob diversas relações de trabalho como: trabalho escravo, distintas formas de parcerias, trabalho informal e alta rotatividade de mão-de-obra. Estas tradicionais formas de exploração do trabalho continuam levando trabalhadores a padecerem de doenças seculares, como as pneumoconioses, perda auditiva, benzenismo, dermatoses, etc.) e os expondo também aos novos riscos, inerentes às formas “modernas” de produção.

O que é Assédio Moral?

14. No ano passado, no congresso dos petroleiros, realizado no Paraná, foi apresentado o texto da revista “Isto é”, sobre a pesquisa da psiquiatra francesa Marie France, sobre o sofrimento nos locais de trabalho devido o assédio moral. Mas o que é assédio moral? Segundo a pesquisadora é o sofrimento psíquico que os trabalhadores sofrem no trabalho por chefes ou até mesmo por colegas, devido fatores de seu comportamento ou competência, que assusta aqueles inseguros, invejosos ou perversos, e sentem o prazer em ver o subordinado ou colegas sofrendo. Vale ressaltar que a constituição federal e o próprio direito infraconstitucional protegem, todo e qualquer tipo de restrição a liberdade: liberdade de expressão de locomoção e também de pensamento sendo essa liberdade psíquica a qual se refere o assédio moral.

15. Mais existe remédio para o sofrimento? Sim, segundo a própria pesquisadora, pois o primeiro passo é a vítima perceber o sofrimento e lutar para sair desse estado psicológico, seja denunciando o até mesmo procurando na justiça seus direitos à saúde e reconhecimento pela sua capacidade como ser humano. E paralelamente procurando tratamento psicológico.

16. Importante citar que já houve dois casos no Brasil de indenizações por perdas devido ao assédio moral, uma no estado de Santa Catarina e outra no Rio de Janeiro.

17. O art. 461 da CLT trata de promoções. A PETROBRÁS, no entanto, não respeita os critérios lá previstos, adota promoções por critério subjetivo e, agora instituiu o “bônus” por

6º CONFUP

desempenho, que vem elevar o nível de estresse causado aos trabalhadores. Por isso esta discussão sobre assédio moral é necessária e atual: CONTRA ASSÉDIO MORAL NAS EMPRESAS.

Aposentadoria especial

18. Nos últimos anos, o governo neoliberal tem investido, ostensivamente contra os direitos previdenciários dos trabalhadores. Dentre eles, destaca-se o direito à aposentadoria especial aos trabalhadores que durante anos exerceram suas atividades laborais em condições insalubres. Inicialmente garantida a diversas categorias e a trabalhadores expostos a diversos riscos, paulatinamente, o direito foi sendo retirado.

19. A legislação confere o direito à aposentadoria especial apenas ao trabalhador que esteve ou está exposto de maneira “habitual e permanente” a determinados agentes. Esta exposição deve ser comprovada através de laudo técnico e, mesmo quando é comprovado, o órgão governamental procuram estabelecer os “fatores atenuantes” exercidos pelos EPs. Automaticamente estão excluídos do benefício, trabalhadores que, segundo as empresas e o governo, cuja exposição não seja “habitual e permanente” e todos aqueles que se submetem a condições penosas e extenuantes de trabalho, que deveriam ser merecedores do benefício, como os trabalhadores em turno ininterrupto de revezamento em qualquer regime. É bom lembrar que na Volksvagem do Brasil os trabalhadores foram beneficiados quando o INSS desconsiderou o EPI como atenuante aos agentes agressivos à saúde sendo depois obrigado o INSS a estender este benefício para todos os trabalhadores do Brasil

20. Outra diz respeito ao fato do INSS, retroagir o laudo expedido em situações atuais para situações anteriores, quanto não existiam ainda fatores que hoje mitigam a exposição dos trabalhadores aos ambientes nocivos a saúde.

21. Essa legislação possibilita que as empresas do setor petróleo, e com bastante ênfase a PETROBRÁS, elaborem documentos para fim de aposentadoria especial (DSS-8030, antigo SB-40), baseados em laudos técnicos que não levam em conta a história real da exposição do trabalhador aos riscos dentro das empresas e, além disso, superestimam a proteção decorrente do uso dos EPs e dos EPCs. Com esses documentos, juntamente com a postura da previdência de dificultar o acesso ao benefício, o trabalhador vê postergado o seu direito à aposentadoria e, a não complementação financeira relativa a este direito.

22. Frente a isso, as ações sindicais devem ser dirigidas para uma discussão nacional sobre o assunto com vistas a pressionar o Legislativo, a Previdência e as empresas, para uma mudança de legislação, das normas previdenciárias, e da postura das empresas frente ao assunto. Como hoje é delegado pela legislação às empresas fazerem os laudos, é de suma importância que os sindicatos cobrem os certificados de aferições dos equipamentos de medições dos ambientes, utilizados pelas empresas na elaboração dos laudos dos locais insalubres e se necessário contratar empresas para fazer essas avaliações e questionamentos quanto à metodologia utilizada. Para confrontar-mos os laudos apresentados pela empresa.

23. Paralelamente, ações junto à Justiça (civil e trabalhista) devem ser impetradas tanto para garantir documentos das empresas que expressem as reais condições a que os trabalhadores estão expostos, quanto para garantir o seu direito junto à Previdência que tenta legislar através das Ordens de Serviços, muitas vezes contrariando às próprias leis específicas.

Afastamentos

24. Nos últimos anos, temos verificado que especialmente a PETROBRÁS tem adotado uma política deliberada de não afastar o trabalhador adoecido e acidentado a procura de recordes com acidentes sem afastamento mantendo-o dentro da empresa a qualquer custo. Essa política, além de visar diminuir o índice de absenteísmo, acima de tudo, visa um maior controle da empresa sobre o trabalhador importando modelos estrangeiros, discriminando, e destratando o trabalhador perante aos seus colegas, manipulando, sob a denominação de “apto,

6º CONFUP

com restrições”, o trabalhador é constrangido a ficar dentro das empresas, mesmo que suas condições de saúde não estejam adequadas. Atende-se assim, a política gerencial de “metas”, tais como o “zero acidente”.

25. As repercussões desta política são danosas ao trabalhador, que pode ter seu período de recuperação prolongada, se expor a fatores de agravamento de suas doenças, ficar exposto a maiores riscos de acidentes, ou ainda, em caso de emergências, prejudicar a atuação coletiva e ficar impossibilitado de buscar segurança. Vale ressaltar que esta exposição e o agravamento de doenças pondo em risco a integridade física e a própria vida do trabalhador constitui-se em crime. Regulado por convenção da OIT fruto tratado internacional e pelo próprio Código Penal Brasileiro.

26. Assim, as ações sindicais quanto ao tema devem ser no sentido de informar o trabalhador quanto aos seus direitos, incentivá-lo para que procure e denuncie aos sindicatos quando se sentir pressionado pelas gerências.

CATs

27. Em geral, a emissão de CATs (comunicação de acidentes de trabalho) é dificultada pelas empresas e às vezes não emitida. Isso se dá principalmente nos casos “suspeitos”, naqueles onde o afastamento ocorre após adoecimento, ou quando o acidente de trabalho é sem afastamento. A CAT, além de ser um documento importante para a preservação de direitos previdenciários e trabalhistas dos que são acometidos de doenças relacionadas ao trabalho ou vítimas de acidentes de trabalho, é também um valioso instrumento de vigilância epidemiológica por parte das instituições públicas de saúde e da Previdência Social.

28. A não emissão da CAT é crime, que atenta contra os direitos individuais e coletivos do trabalhador, além de dificultar a ação dos órgãos de saúde pública.

29. As ações sindicais nessa área devem ser no sentido de conscientizar e estimular o trabalhador sobre seus direitos e fiscalizar as empresas quanto à emissão, cobrando a via destinada às entidades sindicais e montando um banco de dados.

Prontuários médicos

30. As informações médicas (periódicos e outros), inclusive o resultado dos exames que constam do prontuário médico do trabalhador junto às empresas e que estão sob a responsabilidade e guarda do médico responsável pelo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), não podem ser negadas ao trabalhador sob nenhum pretexto. Portanto, logo após a conclusão desses exames as cópias dos mesmos devem ser entregues imediatamente ao trabalhador.

31. Uma campanha sobre o tema deve ser desencadeada, visando esclarecer o trabalhador sobre seus direitos e exigir das empresas uma postura de transparência sobre o tema.

Garantias ao acidentado

32. Atualmente o trabalhador do setor petróleo que tem seqüelas de acidente de trabalho ou é portador de doença ocupacional conta apenas com a estabilidade previdenciária de um ano após a alta previdenciária. Considerando-se que este trabalhador passa a ter limites laborais e funcionais, pode diminuir sua produtividade e não mais satisfazer os objetivos de produção na empresa, o que o coloca em uma situação delicada, tanto do ponto de vista de ascensão profissional, quanto de manutenção de seu emprego e, caso seja demitido, estará em desvantagem em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e, na maioria das vezes é preterido em exames admissionais.

6º CONFUP

33. O movimento sindical deve buscar formas de ampliar a sua estabilidade, ampliando a proteção de trabalhadores que se enquadrem nesses casos, garantindo o vínculo com a empresa até a sua aposentadoria. Devem recorrer das sentenças de alguns juízes que, ao invés de mandar reintegrar o trabalhador demitido em benefício da estabilidade por afastamento de doença ocupacional, determina a indenização do período relativo à estabilidade.

Reabilitação profissional

34. Cada vez mais ocorre o desmanche da Previdência e, com ela, dos C.R.P.s (Centros de Reabilitação Profissional). Com isso, cada vez mais as empresas têm ficado com a incumbência de indicar os locais de trabalho e funções a serem desenvolvidas pelo trabalhador “reabilitado” e em alguns casos com prejuízo a sua remuneração. Além de cobrar uma maior responsabilidade da Previdência sobre a reabilitação, os sindicatos devem se tornar elementos ativos no processo de retorno ao trabalho, buscando garantir condições de trabalho e saúde adequadas.

Meio Ambiente “por inteiro” só com envolvimento dos trabalhadores

35. As crescentes dificuldades com água em regiões populosas e tão distantes como China e São Paulo; as crescentes manifestações de mudanças climáticas, as possibilidades de transmissões de doenças contagiosas consideradas controladas, são fatores que estão levando a humanidade a acordar para a necessidade de preservar o Planeta.

36. No Brasil todo um arsenal legal já existe para apoiar a defesa do meio ambiente. No Brasil, além de instrumentos como a Lei das Águas, a Lei dos Crimes Ambientais e inúmeras resoluções do CONAMA, após o acidente da Baía da Guanabara, foi acelerada a votação de uma Lei específica sobre descarte de efluentes da indústria do petróleo e química em águas do mar. Na contra mão deste movimento está a iniciativa de latifundiários/madeireiros, em tramitação do Congresso Nacional, que reduz as reservas de matas em propriedades rurais. Tal iniciativa é tão escandalosa que é possível derrotá-la. Aparentemente, pelo menos, a mobilização já conseguiu ganhar até o Ministro do Meio Ambiente para combatê-la.

37. A indústria do petróleo sem dúvidas é uma das que mais polui. Polui na perfuração dos poços de prospecção, polui da produção, gera riscos de derramamento no transporte e polui com efluentes sólidos, líquidos e gasosos no refino. Por fim, o uso dos derivados de petróleo resulta em poluição seja na queima dos combustíveis gerando CO₂ e outros gases, seja na petroquímica produzindo plásticos.

38. Por isso, os petroleiros têm a obrigação de se debruçar sobre as questões ambientais contribuindo para a sociedade ajudar a preservar e ou conservação do planeta. Em nossos sindicatos e nas CIPAs e programas afins, devemos lutar para garantir espaço para discussão destes temas e organizar ações em defesa do meio ambiente.

O Acidente na Baía da Guanabara

39. A PETROBRÁS, nos últimos anos, através de investimentos vultuosos em propaganda, tem vendido à população uma imagem de incentivo à cultura, às atividades esportivas e à proteção ao meio ambiente. O acidente na Baía de Guanabara expôs a verdade para a população: todo este investimento acaba sendo de fachada, visando preservar a imagem da Empresa. De fato, acima de qualquer preocupação ambiental estão a competitividade e o lucro a qualquer custo, que diariamente causam danos, não só ao meio ambiente e às comunidades, como à saúde e segurança dos trabalhadores em primeiro lugar.

6º CONFUP

40. Com sua política de redução de efetivos, terceirização, manutenção por vezes inadequada e automação ineficiente, a direção e as gerências da PETROBRÁS são as principais responsáveis pelos danos ambientais que a Empresa tem provocado. Apesar de todo o discurso de transparência, o movimento sindical continua sendo alijado pela empresa da discussão destas questões. Por outro lado, existe o “questionamento consentido” exercido por algumas ONG’s em busca de espaço junto à sociedade, mas sem nenhuma postura crítica quanto ao modo de produção e aos processos de trabalho adotados pela PETROBRÁS.

41. O caso da Baía de Guanabara é exemplar: a PETROBRÁS tentou jogar toda a responsabilidade nas costas dos trabalhadores - que na realidade são vítimas deste processo -, quando a direção da PETROBRÁS puniu, como bode expiatório o operador envolvido no acidente. De forma mais velada, esta postura aparece quando a empresa adota um discurso de que é necessário “uma mudança cultural do trabalhador para o alcance da excelência em preservação ambiental e segurança operacional”.

42. Quem precisa de uma “mudança cultural” é a cúpula da PETROBRÁS, que tem de investir em manutenção preventiva, recompor o efetivo de trabalhadores e deixar de ver o processo de automação apenas como uma forma de reduzir custos com a mão-de-obra, além, é claro, de reconhecer que são os trabalhadores e suas organizações que poderão contribuir decisivamente para que o meio ambiente e a segurança deixem de ser mais do que boas intenções.

43. A PETROBRÁS pretende acrescentar 1,8 bilhões de reais nos programas de meio ambiente, que devem ser questionados quanto à contabilidade ambiental usado neste valor total, pois, estão sendo computados neste total, itens como: melhoria operacional, novas tecnologias e outros, fiscalizando ainda a sua utilização em conjunto com outras instituições da sociedade (públicas, governamentais e não governamentais) que atuem de forma séria na defesa do Meio Ambiente.

Defender a PETROBRÁS é defender o Meio Ambiente

“Alguns técnicos da PETROBRÁS já vinham alertando para os perigos de se antecipar à produção de petróleo, na busca de metas astronômicas que colocam em risco vidas humanas, instalações de plataformas e o próprio período de vida dos reservatórios que produzem para um determinado campo” Folha de São Paulo, 17 de agosto de 1984.

44. No seriado Sandy & Junior, da TV Globo, em 13/02/2000, a maior empresa de comunicações do país vestiu a camisa de defesa do meio ambiente. Nós que, há muito tempo defendemos o crescimento da produção sem destruição da natureza, encontramos um aliado de peso. Assim como os moradores do Palace II conseguiram levar o ex – Dep. Sérgio Naya a justiça, esperamos que os poluidores criminosos tenham uma fiscalização rigorosa deste canal de televisão, como também os demais órgãos da imprensa, independente se é empresa estatal ou privada, afinal de contas os danos para população são os mesmos independentes que tipo de organização seja. Mas o que o que surpreende, foi o silêncio em acidentes graves como, por exemplo:

1. Os 18 jornalistas que morreram em junho de 1984 durante a cobertura dos 500 mil barris de petróleo por dia;
2. Os 37 trabalhadores que morreram em Enchova em agosto de 84;
3. Centenas de pessoas que morreram em Vila Socó em fevereiro deste mesmo ano de 1984;
4. Acidente de março de 1997 neste mesmo duto que rompeu agora em 18/01/2000 na Baía de Guanabara;
5. Mais de 50 trabalhadores que morreram na PETROBRÁS nos últimos dois anos.

6º CONFUP

45. Estes acidentes vinham sendo alertados pelos trabalhadores, mas infelizmente, não teve a mesma divulgação que este último da Baía de Guanabara está tendo, que em parte é correto devido o debate que foi criado, mas por outro lado cobramos publicamente a reparação dos danos ambientais e a indenização das famílias que perderam seus parentes nestes acidentes, que em alguns casos lutam há mais de 15 anos na justiça.

46. Isto faz levantar algumas dúvidas sobre o verdadeiro interesse de levantar este tema agora, pois os acidentes acima além de danificarem o meio ambiente, atingiram aquele que é o elemento central do equilíbrio do ecológico, que é o ser humano e isto representa um crime para a humanidade.

47. Será que se há 15 anos durante a ditadura militar de Figueiredo, quando aconteceram estas tragédias em que morreram mais de 150 trabalhadores a imprensa não tivesse ficado calada, será que hoje estaríamos amargando este acidente na Baía de Guanabara?

48. Não é por acaso que os trabalhadores da PETROBRÁS defendem em primeiro lugar uma empresa Pública como Patrimônio dos Brasileiros e que por isto não pode se calar perante a opinião pública diante de direções de empresa nomeadas por governos que não se comprometem com o Patrimônio Público nem com as vidas das pessoas e nem com meio ambiente, que vem desde a ditadura militar até o governo Fernando Henrique Cardoso.

49. Por isto que algumas perguntas não foram respondidas até o momento nem pela PETROBRÁS nem pelo governo federal e nem também pela imprensa:

- a) Porque a direção da PETROBRÁS nega a participação dos sindicatos na comissão de sindicância?
- b) Porque a empresa persegue aqueles que contribuem com sugestões para evitar acidentes, como por exemplo: Cipeiros, técnicos, sindicalistas e trabalhadores de forma geral?
- c) Porque chamar técnicos (as) estrangeiros (as), se nós temos capacidade para combater o desastre ecológico? É bom lembrar que durante o incêndio de Enchova em 1984 e 1988, chamaram “especialistas” pagos em dólar diário, mas quem apagou o incêndio foi a tecnologia brasileira usada no combate do acidente.
- d) Porque a Agência Nacional de Petróleo - ANP, tendo como uma de suas atribuições à preservação do meio ambiente não tomou as devidas providências para evitar a tragédia? E os demais órgãos ligados ao Meio Ambiente?

50. Estas indagações custam muito caro, mas, a dor daqueles familiares que perderam seus parentes em Enchova, na queda do avião Bandeirantes para cobrir os 500 mil barris por dia de petróleo, na tragédia de Vila Socó em 1984 ou os pescadores e cidadãos que podem ficar sem emprego ou a natureza que perdeu seus animais é muito maior e não pode ficar impune neste país.

51. Será que é necessária uma tragédia maior do que esta da Baía da Guanabara para que a sociedade se manifeste sobre o assunto?

Pela anulação da punição ao operador José Hermes

"Mania de segredo não é compatível com o manuseio seguro de tecnologias complexas e perigosas, pois engenheiros necessitam de informações se quiserem aprender com os próprios erros" (Semanário "Economist " sobre o acidente de CHERNOBYL).

52. As causas deste acidente estão sendo apuradas por uma comissão criada especialmente para este fim pelo CREA – RJ, da qual fazem parte o Sindicato dos Petroleiros de Caxias, Rio

6º CONFUP

de Janeiro e a Federação Única dos Petroleiros que representa os Petroleiros de todo Brasil, além é claro dos conselheiros do CREA-RJ de diversas especializações.

53. Feito estes esclarecimentos, indo diretamente nas causas do acidente, foi necessário ouvir os principais envolvidos, que são os trabalhadores que operam o sistema de controle do DTSE – Ilha D' água e REDUC. Por isto que é importante ouvir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do DTSE – Ilha d' Água e a CIPA da REDUC e principalmente o operador do turno na hora do acidente e que inclusive depôs na Polícia Federal e no CREA - RJ, para se chegar as verdadeiras informações sobre a real situação das condições de trabalho e de operação no momento do acidente. Nesta análise é importante verificar quantos operadores trabalhavam na sala de controle. Portanto, qualquer conclusão do tipo “falha humana” é precipitada, como qualquer punição de 29 dias imposta pela direção da PETROBRÁS ao operador do DTSE-Ilhas.

54. Após ouvir estes que operam o sistema 24 horas por dia, em revezamento de turno ininterrupto, ouvir os diretores da PETROBRÁS das áreas envolvidas e os engenheiros das diversas etapas desde o projeto até a operação, é importante as empresas ou universidades que prestaram ou prestam serviços ou fornecem material à PETROBRÁS, desde o projeto até a operação, inclusive o relatório da COPPE sobre as causas do acidente, até o momento não enviado ao CREA - RJ ajude na apuração do acidente.

55. Uma das técnicas de análise de riscos para evitar acidentes é ouvir os principais atores, que são os trabalhadores, mas, parece que a Empresa com sua "modernidade",prefere, não usar esta técnica: Por que?

56. Porque os alertas dos sindicatos de Caxias não foram considerados? E os alertas dos Sindipetros e FUP também não foram suficientes para a empresa rever sua Política de Engenharia de Segurança no trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente?

57. Porque a Agência Nacional de Petróleo - ANP tendo como uma de suas atribuições a preservação do meio ambiente não tomou as devidas providências para evitar a tragédia? E os demais órgãos ligados ao Meio Ambiente?

58. Em função destas questões não esclarecidas, lançamos a campanha nacional pela anulação da punição no operador José Hermes da PETROBRÁS de suspensão de 29 dias, como desdobramento da direção da PETROBRÁS que apurou as responsabilidades do acidente.

O efetivo mínimo no contexto da segurança e meio ambiente

59. A recente vitória dos companheiros da REPLAN, na Justiça – que determinou a obrigatoriedade da direção da refinaria em recompor o efetivo mínimo de trabalhadores para poder continuar operando, abriu um precedente para que outras bases e categorias possam desenvolver ações no sentido de garantir um número mínimo de trabalhadores para que as empresas funcionem de forma segura, sem sobrecarregar nem expor a riscos demasiados os trabalhadores, as comunidades e o meio ambiente.

60. Na sentença, a Juíza afirma que *“É cediço que os trabalhadores de uma refinaria de petróleo, qualquer que seja a dimensão de sua planta industrial, convivem diuturnamente com os riscos que ela própria oferece, sendo a periculosidade inerente ao processo produtivo da REPLAN. É cediço, ainda, que este fato, por si só, aumenta o desgaste do trabalhador pela constante vigilância, além da possibilidade mais concreta da ocorrência de acidente. Não é menos certo que os riscos inerentes à atividade de refino do petróleo e produção de seus derivados se projetam para além dos portões da indústria, considerando-se a possibilidade real de ocorrências de acidentes de grandes dimensões, passíveis de afetar o meio ambiente e a população circunvizinha. Destarte, o objeto da lide posta sob exame (segurança do*

6º CONFUP

processo produtivo da Refinaria de Paulínia –SP) é de interesse não somente dos empregados diretamente vinculados aos processos produtivos, como também de toda a população da cidade de Paulínia e cidades vizinhas”.

61. E continua: *“Afirma a requerida (PETROBRÁS) que a redução do quadro de pessoal próprio não pode ser considerada prejudicial aos trabalhadores, uma vez que tendo em vista os riscos inerentes à própria atividade de refino de petróleo e produção de seus derivados, deve-se tentar ao máximo restringir a presença do homem, utilizando o menor número de pessoas e reduzindo o tempo de exposição aos agentes nocivos. Razão lhe assiste. No entanto, necessário atentar-se para o fato de que a redução no tempo de exposição, enquanto medida correta pela proteção individual dos trabalhadores, pode não se revelar como medida adequada no âmbito coletivo, diga-se de passagem mais amplo afeto a toda a comunidade circunvizinha, se como consequência resultar falta de segurança do processo produtivo. Ademais, as afirmações da requerida são contraditórias com os fatos revelados na presente demanda, sendo certo que restou provado o aumento do trabalho em sobre-jornada, ou seja, o aumento da exposição a ambiente perigoso”.*

62. Sobre a automação, ela afirma: *“Ressalte-se que o elemento humano é necessário ao desenvolvimento, operatividade e segurança do processo de produção na refinaria. Ora, é factível que os computadores possam substituir o homem no desempenho de certas tarefas ou facilitar as operações de controle de um processo produtivo de grande complexidade, entretanto, não é apenas factível, mas de fato real, que a máquina é operada pelo homem e que eventuais problemas detectados pela tela do computador somente serão solucionados por aquele. Ademais, o homem no exercício de suas atividades, ao contrário da máquina, não obedece a simples comandos de teclas e botões, o que torna imprescindível a análise das condições físicas e psicológicas e que o trabalho vem sendo executado pelo elemento humano, operador da máquina e fator indispensável à segurança do processo industrial. Assim, as políticas de modernização do processo produtivo e de redução do quadro de pessoal próprio deveriam ter sido precedidas do questionamento aos empregados diretamente envolvidos no processo, o que foi realizado durante as inspeções do Sr. Expert (Perito)...”.*

63. Com relação à percepção dos trabalhadores: *“... Não se pode separar a força de trabalho da pessoa do empregado, pressuposto intrínseco da própria relação empregatícia. Logo, aquele que contrata o trabalho tem o dever de preservar a integridade do trabalhador no mais amplo sentido, ou seja, o seu completo bem estar físico, mental e social. Conforme as informações do laudo pericial, os empregados da refinaria sentem-se inseguros no ambiente do trabalho, em virtude de causas diversas relatadas. Ora, o homem inseguro no desempenho de suas atividades laborativas está mais sujeito a falhas e erros, revelando-se a insegurança como um dos fatores de estresse, determinante da redução na qualidade da prestação dos serviços e na diligência com que os mesmos são executados, o que em última análise reduz a segurança de todo o processo industrial. Os empregados da refinaria revelaram como causa da insegurança no ambiente de trabalho, a automação do controle do processo produtivo, a maciça terceirização da prestação de serviços e a redução do quadro de pessoal próprio, baseada principalmente na saída de empregados mais experiente”.*

64. E prossegue: *“O trabalhador não é uma máquina formada de músculos e nervos ou um amontoado de células mas um ser dotado de inteligência, aptidões, sentimento e aspirações. O desejo de progredir e de aprender cada dia um pouco mais, a impressão de não realizar uma tarefa automática, sem exercitar sua iniciativa e participar de sua realização, e a possibilidade de manter contatos humanos são também necessidades fundamentais do homem. Ressalte-se, ainda, que a Convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, ampliou o conceito de saúde, que deixou de ser apenas a ausência de doenças para representar o completo bem estar físico, mental e social. Ora, a saúde do trabalhador, elemento central do processo industrial, está diretamente associada à segurança deste mesmo processo industrial, está diretamente associada à segurança deste mesmo processo. O trabalhador saudável, física, mental e socialmente, desempenhará com êxito suas atividades diárias, garantindo a segurança de todo o processo de produção na refinaria”.*

65. Como bem demonstra a sentença, a manutenção de um efetivo mínimo deve estar voltada para garantir a segurança e condições de trabalho adequadas aos trabalhadores, bem como à proteção das comunidades e do meio ambiente.

6º CONFUP

66. Cabe aos sindicatos intensificar e/ou iniciar a luta política e jurídica para garantir um número mínimo de trabalhadores por empresa/setor, de forma a adequar o seu funcionamento às necessidades físicas e mentais dos trabalhadores e às normas de segurança e saúde, além de considerar os aspectos quanto à segurança das comunidades circunvizinhas e à proteção ao meio ambiente. Além do Sindipetro Campinas-Paulínia, que já tem sentença favorável, outros sindicatos de petroleiros, como Cubatão, São José dos Campos e Minas Gerais aguardam um posicionamento da Justiça.

O Projeto das Termelétricas

67. Que a FUP se posicione contra o projeto prioritário de implantação de termelétricas imposto pelo Governo Federal. Com relação à instalação de usinas termelétricas, os sindicatos devem ter uma participação ativa junto a entidades ambientais e sindicais das diversas regiões onde os projetos de construção já estão andamento. É preciso avaliar as reais necessidades do empreendimento, seus impactos sócio-ambientais, à luz de uma discussão sobre política energética para o País, avaliando se existe necessidade de buscarmos outras matrizes e quais se adaptam mais às regiões em questão. No estado de São Paulo os Sindipetros, junto com a Sinergia e entidades ambientais se posicionaram contra esses “monstros termoelétricos” que o Governo Federal quer impor para toda a sociedade, isto após a participação em debates, avaliações e audiências públicas do EIA/RIMA.

Ampliar nossa agenda de trabalho em direção às mudanças

68. Considerando que o processo de inserção dependente no mercado globalizado tem trazido mudanças radicais em todas as esferas da vida social, particularmente sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores, é importante o engajamento de toda a sociedade, e dos trabalhadores em particular, no processo de definição de estratégias de enfrentamento de suas conseqüências adversas.

69. Entre as ações que já vêm sendo adotadas e que devem ser reforçadas, constituindo uma “agenda de trabalho” estão:

- a) A ampliação da circulação de informações e ampliação de debates sobre o tema, com envolvimento social crescente que se transforme em atuação efetiva. Nesse processo deverão ser utilizados os modernos recursos disponíveis de comunicação e o envolvimento da mídia;
- b) O intercâmbio, em nível nacional e internacional, de instrumentos de intervenção e negociação, para proteção e melhoria das condições de trabalho, bem como a proteção do emprego;
- c) A atuação dos sindicatos junto as CIPAs, auxiliando-as na sua estruturação e no desempenho de suas funções, priorizando as ações de formação, tornando-as um verdadeiro instrumento de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho;
- d) O investimento na preparação de dirigentes, militantes e assessores, visando uma capacitação capaz de lidar com as “novas questões”, nos diferentes campos do conhecimento, com uma ênfase nas abordagens inter e transdisciplinares;
- e) A construção de mecanismos e estratégias de ação conjunta entre grupos sociais e os trabalhadores em particular;
- f) O direito universalizado à atenção, promoção e proteção daqueles que trabalham, independente de sua forma de inserção no processo produtivo;
- g) O direito à formação, informação e ao conhecimento, ágil e decodificada, voltado aos trabalhadores;
- h) O direito à participação efetiva em processos democráticos nos locais de trabalho;
- i) O aumento da pressão política para que o setor público, via SUS, se consolide como um instrumento de ações em saúde do trabalhador, tanto no que tange aos aspectos de assistência, quanto à vigilância aos ambientes de trabalho;
- j) A luta por uma única CIPA intramuros nas plataformas;

6º CONFUP

- k) Intervenção dos sindicatos, visando melhorias para os trabalhadores, através do SMS (Saúde/Segurança/Meio Ambiente), cobrando o PCMSO e PPRA com participação dos sindicatos e CIPAs;
- l) A priorização, nos processos de discussão das convenções coletivas das várias categorias, das questões relativas à saúde, segurança e meio ambiente;
- m) A ênfase na participação nos Coletivos de SSMA da FUP, da CNQ e da CUT, trocando experiências e articulando ações conjuntas;
- n) A luta pela redução da jornada de trabalho, como forma de aumentar a proteção à saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores;
- o) A luta pelo efetivo mínimo, organizando as ações em nível local/regional/nacional;
- p) A manutenção e a ampliação da luta pela ratificação imediata da Convenção 174 da OIT, sobre acidentes industriais ampliados;
- q) A garantia do respeito à NR-24, e o contido no anexo 14.4; para que a empresa contratante cuide que os empregados da contratada tenham as mesmas condições de higiene e conforto que os seus empregados diretos;
- r) A garantia do respeito à NR-7, para que os petroleiros terceirizados tenham *direito* e acesso a um exame de saúde de fato de acordo com o PPRA da área (segundo a NR-9);
- s) O envolvimento dos petroleiros terceirizados nas CIPAs;
- t) O fim da manipulação dos índices de apuração dos acidentes;
- u) O incentivo dos sindicatos na criação de comissões de estudos das novas tecnologias de automação que estão sendo introduzidas nas empresas, com intuito de prevenir acidentes de trabalho e do meio ambiente;
- v) A proposição, nos contratos dos petroleiros terceirizados, que haja equiparação de direitos aos trabalhadores efetivos;
- w) A rejeição da NR-4 conforme a proposta do governo e se melhorar a NR-4 propondo autonomia técnica, a exemplo da imunidade e que o dimensionamento dos serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho leve em conta o total dos trabalhadores (diretos e indiretos) no local de trabalho.
- x) A garantia do dimensionamento das CIPAs conforme previsto na NR-5;
- y) encaminhamento de ações jurídicas e políticas (mobilizações, denúncias, audiências públicas, etc.) de forma a responsabilizar a direção da PETROBRÁS por todos os acidentes ocorridos em sua área de atuação envolvendo companheiros concursados e petroleiros terceirizados, já que os acidentes são causados por:
 - Falta de investimento em manutenção;
 - Falta de fiscalização efetiva dos contratos terceirizados, onde as firmas terceiras não cumprem itens mínimos como EPI adequados, formação de CIPAs, não pagamentos de salários, não recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, etc.);
 - Tratamento diferenciado ou falta de treinamento;
 - Condições diferenciadas de tratamento – ambientes mais agressivos, salários reduzidos, alta rotatividade, etc;
 - São todos oriundos da necessidade de produção da PETROBRÁS, neste caso, nos domínios da PETROBRÁS;
 - Estes e outros itens aqui não explicitados, que servem para desestabilizar o quadro emocional dos trabalhadores levando-os a sofrerem acidentes.

Campanhas

- a) Jornada de trabalho única para os trabalhadores (diretos e indiretos) envolvidos com a produção e refino de petróleo nas áreas do setor petróleo;
- b)** Fortalecimentos e conformação de CIPAs de petroleiros diretos e indiretos em todas as bases do setor petróleo;
- c) Reunião unificada das CIPAs, intramuros;
- d) Denúncia contra as argumentações para a liberação do DSS-8030;
- e) Denúncia contra a política de não registrar acidentes na do setor petróleo e contratadas;
- f) Garantia do prontuário médico para os trabalhadores diretos e indiretos do setor petróleo;
- g)** Garantia da participação dos trabalhadores(as) diretos e indiretos nos programas institucionais (PPEOB/PCMSO/PPRA, etc.), realizados pelo setor petróleo.

6º CONFUP

- h) Pelo retorno no contrato (como já realizado nos contratos de 1992) das empresas terceirizadas *no* setor petróleo, da obrigatoriedade do cumprimento de todos os programas normativos, incluindo:
- Saúde e segurança dos trabalhadores;
 - Equipe de técnicos de segurança;
 - Enfermaria;
 - Transporte;
 - Plano de saúde.
- i) Elaboração de um boletim Nacional de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, pela FUP, para todas as campanhas;
- j) Indicativo ao VI CONFUP de divulgação periódica de um boletim da FUP para encaminhar as campanhas.

Obs: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

SMS – Saúde, Meio-Ambiente e Segurança.

PPRA – Programa de Prevenção a Riscos Ambientais.

PPEOB – Programa de Prevenção a Exposição Ocupacional ao Benzeno.

70. Muitas outras atividades poderiam ser aqui listadas e, deverão ser agregadas no exercício criativo e comprometido de construção de uma estratégia sindical que resgate as dimensões humana, política e social do trabalho.

71. Após as discussões da tese, com as propostas debatidas e aprovadas pelo grupo foram lidos e aprovados os documentos, resultado das discussões dos coletivos:

- . Coletivo Nacional de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente da FUP (Anexo 14.2)
- . Coletivo de Trabalhadores de Empreiteiras (Anexo 14.4)
- . Coletivo de Imprensa (Anexo 14.3)

Campanhas reivindicatórias, balanço/ estratégias, pauta de reivindicações e Petros

Balanço das Campanhas Reivindicatórias

Resistência dos Trabalhadores

1. A partir do início do projeto neoliberal em nosso país com a eleição de Collor em 1990, e o avanço deste projeto, com eleição de FHC em 1994 e uma ampla maioria no Congresso Nacional, apoiado pela grande imprensa e pelo capital financeiro nacional e internacional, e posteriormente a sua reeleição, a nossa tarefa tem sido a de resistir aos ataques à nossa organização sindical e aos nossos direitos. Portanto, o balanço que fazemos não difere muito dos últimos anos e pode ser traduzido pela palavra RESISTÊNCIA.
2. Resistimos desde o início de outubro/94, com FHC virtualmente eleito e Itamar cumprindo tabela, quando houve a tentativa de desqualificação da nossa organização sindical, onde governo e PETROBRÁS não cumpriram acordos formalizados pela Federação recém criada, em nome da categoria petroleira.
3. Resistimos, ao peso de uma intervenção do Judiciário Trabalhista (apêndice do Poder Executivo) que asfixiou temporariamente as finanças de Sindicatos e da Federação, e que graças à capacidade de luta da categoria e o seu comprometimento com o sindicalismo combativo e democrático, aliado à legitimidade das direções sindicais, manteve nossa estrutura sindical e a permanente vigília contra o chamado “consenso conservador neoliberal”.

6º CONFUP

4. Apesar desses ataques após a greve de 95, nossa resistência levou a assinatura de acordos com a PETROBRÁS em que preservamos praticamente todos os direitos da categoria (a questão da perda do extra-turno é um caso que trataremos à parte).

A última Campanha Reivindicatória na PETROBRÁS

5. A campanha reivindicatória dos trabalhadores da PETROBRÁS 1999/2000 foi caracterizada pela retomada das mobilizações da categoria, à partir das paralisações de 24 horas, em algumas bases, pelo pagamento do extra-turno, a insistência da direção da empresa em querer aumentar a jornada de trabalho, principalmente na Bacia de Campos e a proposta chantagista de querer vincular à assinatura do Acordo Coletivo a sua proposta de indenização do extra-turno.
6. A aprovação pela categoria de indicativos de greves pôr tempo determinado (48 horas em 27 e 28/out. e 72 horas em 15, 16 e 17/nov.) foi desmontando a estratégia da direção da empresa, fazendo-a recuar na questão do aumento da jornada de trabalho e a imposição do banco de horas, além de propiciar pequenos avanços em sua proposta final como o aumento do abono de 1 para 1,3 salário, o aumento da representação dos trabalhadores na PETROS, a unificação das datas de pagamentos no dia 25, incluindo os aposentados/pensionistas e as Comissões para tratar das questões referentes a Periculosidade, AMS, CIPA e Terceirizados

Acordo do Extra-turno

7. A partir da supressão pela direção da PETROBRÁS, em outubro/98, do pagamento em dobro em dias de feriado, duas linhas de ação foram definidas pela Federação/Sindicatos: mobilização e ação jurídica. Infelizmente, vários sindicatos não implementaram nem uma coisa nem outra. Não encaminharam a deliberação unânime dos delegados da Plenária Nacional de março/99 que aprovou mobilizações de 24 horas nos dias de feriados e nem implementaram a campanha para recolher procurações dos trabalhadores para sustentar uma ação jurídica.
8. Esse vacilo de algumas direções permitiu que a empresa retomasse sua posição de cortar o pagamento do extra-turno, depois de um momentâneo recuo em face da paralisação marcada para o dia 21 de abril de 1999, quando viu que a grande maioria das bases iriam aderir ao movimento, pagou os extra-turno do carnaval daquele ano e a presidência da empresa se comprometeu em receber a direção da FUP para tratar da questão.
9. A direção da PETROBRÁS depois de apostar no esvaziamento das paralisações de 24 horas deflagradas a partir do feriado de *Corpus Christi* em junho/99, recuou da sua posição intransigente de não reconhecimento do direito ao cabo de várias mobilizações em feriados nacional, estaduais e municipais e apresentou uma proposta de indenização do direito.
10. Essa proposta econômica em uma conjuntura de compressão dos salários, aliada à perspectiva da perda de parcela das férias nas bases que realizavam as paralisações de 24 horas levou a divisão entre os trabalhadores. Nas bases onde a empresa já havia consolidado o não pagamento e os sindicatos não implementaram a resistência, a proposta caiu como um bom negócio.
11. Apesar da Plenária Nacional convocada pela Federação em dezembro/99 aprovar a deliberação pela não assinatura dos acordos do extra-turno (algumas bases já haviam deliberação em contrário) não conseguimos resistir a pressão pela assinatura da quase totalidade das bases (hoje somente a base do Sindipetro Campinas não assinou o acordo).
12. Coerente com a deliberação da Plenária Nacional e a convicção de que o acordo era lesivo aos trabalhadores a Federação não assinou o referido acordo. Às direções sindicais, apesar de sua oposição ao mesmo, restou cumprir as deliberações soberanas de suas assembleias de base.

6º CONFUP

13. Hoje, em face da posição assumida, a Federação está credenciada, política e juridicamente, a cobrar do Ministério Público a anulação do acordo.

A campanha reivindicatória 2000/2001 na Refinaria de Manguinhos

14. A campanha reivindicatória 2000/2001 dos companheiros de Manguinhos iniciou-se com a discussão da mudança de data-base, conforme havia sido aprovado no V CONFUP. Apesar dos trabalhadores terem aprovado em pautas de reivindicação anteriores a proposta de mudança de 1º de janeiro para 1º de setembro – nunca aceita pela empresa, que concordou apenas com a mudança para 1º de março – na assembléia convocada para tratar do assunto surgiu outra proposta, a de alteração para 1º de maio.
15. Foi realizado um plebiscito na base, que definiu a mudança para 1º de maio, motivada principalmente pela preocupação com eventuais dificuldades nos encaminhamentos de campanhas conjuntas PETROBRÁS/subsidiárias/Manguinhos, no âmbito do Sindipetro-RJ.
16. Paralelamente à esta discussão, a categoria aprovou sua pauta de reivindicação salarial, deixando a negociação das cláusulas sociais para depois de 1º de maio. Até a data de apresentação desta tese, a campanha salarial ainda não havia terminado, devido à resistência e mobilização dos companheiros da Refinaria, que rejeitaram pôr duas vezes a segunda contraproposta da empresa, que ela dava como “final”.
17. É importante ressaltar a crescente participação da FUP nas campanhas reivindicatórias em Manguinhos, notadamente desde 98, inclusive assinando os Acordos Coletivos. Certamente muito mais pode e deve ser feito, dentro das ações de ampliação e consolidação da política de representação da FUP junto a todos os trabalhadores do setor petróleo.

As campanhas das empresas terceirizadas

18. Quanto as campanhas das empresas terceirizadas, infelizmente não podemos fazer um balanço, haja vista que não dispomos de dados que minimamente fundamentem uma avaliação.
19. O que podemos dizer é que apesar da criação de uma Secretaria de Empreiteiras para o mandato da atual direção não conseguimos criar uma política de acompanhamento dessas campanhas.

É Hora de Avançar

20. A conjuntura aponta para mobilizações crescentes de vários segmentos da sociedade contra a política de FHC. A partir da Marcha dos 100 mil realizada pela CUT em agosto passado os movimentos sociais tem demonstrado novo ânimo.
21. As recentes greves dos caminhoneiros e dos servidores públicos, a impopularidade de FHC, os indicadores sociais do país, divulgados tanto pelo IBGE, quanto por entidades internacionais apontam a fragilização do governo, a crescente insatisfação da sociedade com as privatizações e questionamentos quanto ao modelo sócio-econômico vigente.
22. As mobilizações ocorridas durante a última campanha da PETROBRÁS, diferentemente das anteriores, apontam a possibilidade concreta de construirmos campanhas reivindicatórias que avancem em nossas propostas e impeçam o projeto de desmonte do setor estatal, em especial PETROBRÁS.

6º CONFUP

23. Um desafio que se coloca para a FUP e Sindicatos é, avançarmos na construção do contrato coletivo de trabalho do setor petróleo e sua inserção definitiva no ramo químico.
24. Especificamente quanto ao Acordo Coletivo dos trabalhadores da PETROBRÁS é vital acabarmos com a discriminação entre empregados novos e antigos, principalmente nesse momento em que a empresa volta a contratar. Outra discriminação que precisamos eliminar do Acordo é a entre os companheiros da ativa e aposentados.
25. É preciso também, buscarmos uma real recomposição dos salários.

Estratégia

Campanha de Solidariedade e luta pela reintegração dos demitidos precisa ser fortalecida

26. Os companheiros que estão com o contrato suspenso, não são o primeiro caso de discussão de solidariedade sobre o qual a categoria se posicionou. A nível nacional, lutamos pela anistia aos perseguidos do regime militar, pela reintegração dos demitidos em sucessivas mobilizações e greves, pela anulação das demissões do insano Plano Collor.
27. Fomos vitoriosos na maioria dessas batalhas, reintegrando todos os companheiros (as). O fundamental para estas vitórias foi a solidariedade da categoria, a vontade política das direções e das bases para fazer valer a justiça a estes perseguidos políticos.
28. Nos anos 90, quando o capital internacional implantava seu plano real, encontrou uma parede pela frente e esta parede se chama categoria petroleira. Era, e é necessário, para o projeto neoliberal, fazer calar aqueles que se levantam contra os seus propósitos, aqueles que se apresentam como referência para o conjunto da classe trabalhadora.
29. Então, o golpe foi dado com violência, foram 80 trabalhadores com contrato suspenso a nível nacional. Destes, 32 são dirigentes sindicais, 3 são militantes e integrantes de CIPA e 45 lutadores e lideranças da base.
30. O quadro político que se desenhou foi extremamente pesado para o conjunto da classe e é nesta conjuntura que se desenvolve os processos e os recursos jurídicos relativos a estas suspensões de contrato, que se prolongam há 5 anos, sendo a “justiça” do trabalho um tribunal desta política.
31. O sentimento e a vontade do conjunto da categoria é a reintegração de todos, colocada na mesa de negociação com a PETROBRÁS.
32. Sobre a “anistia” devemos lutar, sem prejuízo das ações implementadas pela FUP e Sindicatos, batalharmos pela anistia, com a reintegração plena e retroativa em todos os seus direitos, para estes companheiros(as).
33. Cartas de advertência, perseguições gratuitas, disponibilidade, não receber promoções, etc. Milhares de companheiros(as), a nível nacional, arcam pesadamente com as perseguições dentro da empresa.
34. Este não é um “caso encerrado”, a política do fazer calar a resistência dos trabalhadores persiste a nível nacional, com uma ação cotidiana da empresa/governo.
35. Persiste, quando abertamente, a direção das refinarias ameaça o conjunto dos trabalhadores, nos aumentos salariais diferenciados entre chefetes e trabalhadores, nos sigilosos “bônus” de desempenho, na intenção da PLR diferenciada, ou na política de sucateamento, na falta de segurança, nos acidentes e nas mortes.
36. Cabe ao VI CONFUP colocar a FUP no rumo do resgate da unidade da categoria na defesa de todos os trabalhadores. É necessário resgatar uma campanha nacional, para valer, pela reintegração dos demitidos.

6º CONFUP

37. A premissa em que se basearam os companheiros da Articulação Sindical, para defender, e aprovar, no Congresso da CUT passado, a estratégia de parceria, de negociação, foi a de que era preciso reconhecer as mudanças inevitáveis que tem ocorrido na economia e no mundo do trabalho. De que era preciso uma atitude propositiva para não nos isolar, para não ficarmos fora da disputa política real. Esta estratégia é a que ordenou a condução da última campanha salarial e o acordo do extra-turno.
38. Três anos de implementação dessa estratégia demonstram claramente que ela nos levou ao isolamento da CUT em relação às Lutas reais que questionam o modelo neoliberal. Afastou-a da vida cotidiana dos sindicatos e de suas demandas e levou cada vez mais a assumir as bandeiras e demandas do neoliberalismo. A dimensão que tomou na CUT e em alguns sindicatos cutistas as políticas de formação profissional (tanto na sua dimensão política como na financeira), e a rendição frente à reforma trabalhista de FHC são expressões graves dessa realidade.
39. Na FUP, a direção majoritária incorporou esta nova estratégia, que levou a uma campanha salarial com conquistas aquém das potencialidades de luta dos petroleiros e ao acordo desastroso do extra-turno, que além de vender direitos, no afã de negociar de qualquer jeito, deixou várias lacunas abertas que beneficiou a empresa. Vale lembrar, que no último CONFUP, a direção majoritária votou contra a reivindicar a garantia plena no emprego e as perdas históricas da categoria, tínhamos que ser realista e propor itens possíveis de negociar. Soma-se o desprazer de convidar o ANP discutir o setor petróleo, tudo em nome da parceria e da negociação.
40. Isso significa retomar a idéia da resistência e, apoiados na crise vivida pelo governo e na retomada das lutas, preparar a virada na relação de forças para derrotar o modelo neoliberal, derrubar o governo que o sustenta e afirmar uma alternativa dos trabalhadores.
41. Para isso é essencial:
- Retomar uma plataforma sindical e política que efetivamente questione o modelo que está sendo aplicado no nosso país, e aponte uma alternativa dos trabalhadores;
 - Aumento geral de salários, e Salário Mínimo do DIEESE;
 - Proibição da demissão imotivada;
 - Proteção ao direito de organização nos locais de trabalho;
 - Contra a Reforma Trabalhista e a Flexibilização. Manutenção dos direitos sociais e trabalhistas;
 - Redução da jornada para 35,5 horas, sem redução salarial;
 - Reforma agrária radical, com desapropriação, sem indenização, dos latifúndios;
 - Revogação da reforma da previdência e administrativa;
 - Contra as Privatizações, Re-estatização das estatais que foram privatizadas;
 - Por um governo dos trabalhadores.
42. Em segundo lugar significa dar real prioridade à organização e ao impulsionamento da luta dos trabalhadores em relação às ações institucionais, como motor da realização dessas transformações preconizadas na plataforma acima. Isso significa retomar a idéia da unificação das lutas rumo à construção das condições para uma Greve Geral que possa efetivamente derrotar o modelo que aí está. O Plano de Ação, a ser votado no CONFUP deve já obedecer a estas diretrizes.
43. Em terceiro lugar significa assumir uma plataforma política e sindical alternativa, que possibilite desde as necessidades da categoria o enfrentamento com o modelo que está sendo aplicado pela ANP e a direção da PETROBRÁS, que contenha:
- Reposição das perdas salariais dos planos econômicos;
 - Garantia no emprego;
 - Pela reintegração dos demitidos;
 - Redução da jornada para 35 horas, sem redução salarial;
 - Garantia ao direito de organização nos locais de trabalho;

6º CONFUP

- f) Data única para eleição de Cipistas;
- g) Todos os cipistas devem ser eleitos na base;
- h) Cipistas titulares e Suplentes com direitos e deveres iguais;
- i) Manutenção dos direitos sociais e trabalhistas;
- j) Contra o banco de horas;
- k) Equiparação entre novos e antigos, ativos – diretos e indiretos - e aposentados;
- l) Pela garantia as aposentadorias;
- m) Contra as Privatizações e o Desmonte da PETROBRÁS;
- n) Pela extinção da ANP e pelo retorno do monopólio estatal do petróleo exercido pela PETROBRÁS;
- o) Eleição direta para todos os Representantes do Conselho de Administração da PETROBRÁS;
- p) Eleição direta para o Presidente da PETROBRÁS;
- q) Em defesa da PETROS;
- r) Pela paridade na PETROS;
- s) Eleição direta para Presidente da PETROS;
- t) Pela abertura das contas da PETROS para os trabalhadores;
- u) Garantia de direitos iguais para todos os trabalhadores terceirizados;
- v) Garantia de salário, assistência médica, PPRA, treinamento em segurança, EPI's, transporte, jornada de trabalho, conformação de Cipa, participação no PPEOB;
- w) Concurso público para aumento dos efetivos;
- x) Por um governo dos trabalhadores;
- y) Reforma agrária radical, com desapropriação, sem indenização, dos latifúndios.

PETROS e AMS

Formatado

Formatado

44. A FUP deverá realizar uma plenária específica sobre Fundos de Pensão, Petros e AMS com a duração de dois dias. As datas indicativas são 08 09 de julho de 2000. Nesta Plenária serão definidas as cláusulas da pauta de reivindicações 2000 sobre estes assuntos.

PAUTAS E CAMPANHAS REIVINDICATÓRIAS

Temática de “Petroleiros Indiretos”

45. Aprovadas as resoluções do encontro dos trabalhadores de empreiteiras descritas no Anexo 14.4.

Temática dos Aposentados:

46. Discutida a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES INDICATIVA do Encontro Nacional dos Aposentados, foram aprovados os seguintes itens:
- a) Reposição salarial das perdas inflacionárias conforme ICV-DIEESE;
 - b) Gatilho salarial quando a inflação acumulada atingir 2%;
 - c) Retornar as diferenças dos internáveis restabelecendo a diferença de 5%;
 - d) Adiantamento do 13º salário na mesma data e nos mesmos valores (40% do Benefício PETROS/INSS) dos companheiros da ativa, garantindo o aporte financeiro da PETROBRÁS;
 - e) Redução da margem consignável de desconto na AMS dos aposentados/ pensionistas, para o mesmo percentual praticado para o pessoal da ativa 13%.

6º CONFUP

- f) Incluir o filho, filha, o enteado e o tutelado, de qualquer idade, se caracterizado ser inválido para o trabalho;
- g) Inclusão na AMS de novos dependentes, esposo (a), companheiro (a), e filhos;
- h) Incluir na AMS filho (a) solteiro (a), maior de 21 anos e menos de 24 anos se, matriculado pelo menos em estabelecimento de 2º grau (nível médio) sem solução de continuidade, desde que mantida a dependência econômica;
- i) Retornar a cobertura para procedimentos obstétricos (pré-natal, parto, exames, e consulta) para dependente filha;
- j) Exame médico periódico anual sem descontos da AMS para aposentados;
- k) Manutenção do Demonstrativo dos Atendimentos (extrato) da AMS enviado pelo SEREC aos usuários do sistema;
- l) Incluir os companheiros anistiados no sistema de empréstimo da PETROS alterando o estatuto da PETROS (desde que haja condições de viabilizar o desconto em folha);
- m) Fazer aporte financeiro, calculado atuarialmente à PETROS, referente a todos os demitidos das greves e que foram reintegrados à empresa;
- n) A Companhia, desde que comprovado pelo seu departamento médico, e ou, médico credenciado junto à AMS, custeará (totalmente) as despesas (clínicas, laboratoriais e medicamentosas) para doenças adquiridas provenientes de ambientes insalubres de trabalho e/ou regimes de trabalhos especiais para os trabalhadores ativos e aposentados;
- o) Que a FUP, através da Secretaria de Assuntos institucionais, crie um Comitê Permanente para a defesa da PETROBRÁS;
- p) 16 Para cumprimento da decisão congressual do V CONFUP, tornar obrigatório o pagamento da Campanha em Defesa da PETROBRÁS e PETROS, R\$ 1,00 por associado, impedindo a participação dos sindicatos no próximo congresso salvo decisão contrária das assembleias de base.
- q) Ação política para participação no CMN.

Outras propostas:

- r) Recomendar a FUP que, a eleição do 3º membro do Conselho Curador, seja implementada imediatamente. Ter como parâmetro o lançamento de um consenso objetivando mantermos um representante da área sindical;
- s) Recomendar a FUP que as ações judiciais seja implementadas visando garantir aos MB's os benefícios conforme o RPB atual. Para isso é necessária a contratação imediata do advogado previdenciário;
- t) Cobrar da FUP o estudo atuarial sobre a inclusão de novos dependentes na PETROS (Proposta apresentada no 5º CONFUP);
- u) Manter as ações judiciais pleiteando o abono pago aos ativos e arrolar a Empresa para que haja o competente aporte financeiro;
- v) Reabrir o prazo para a adesão dos retardatários da PETROS (cláusula 33 do ACT-85 e Clausula 45 do ACT-86);
- w) Que seja passado o indicativo a cada sindicato regional para que decida sobre a linha de ajuizar ação pedindo a duodecimação e a incorporação concedida aos salários do pessoal da ativa, da gratificação contingencial concedida pela PETROBRÁS em 1996 e das

6º CONFUP

participações de resultados (PR) em 1997, 1998 e 1999. Sugere contatos com o jurídico do Sindipetro/RJ sobre a orientação dos processos face aquele Sindipetro já estar com o processo para entrar em juízo;

- x) Recuperar as perdas inflacionárias ocorridas nos benefícios dos aposentados/pensionistas desde setembro de 1996, através de ações previdenciárias, com base na Lei 6435/77;
- y) Implementar ação jurídica, para obtenção de liminar impedindo que a PETROS mude o logotipo da Fundação e realizar outras com ampla discussão e transparência de objetivos;
- z) Eleição do Conselho de Curadores;
- aa) Os seguintes itens serão objeto de discussão e deliberação durante a Plenária específica sobre PETROS e AMS:
 - bb) Igualdade na tabela da AMS com os companheiros da ativa unificando as tabelas de pequeno e Grande Risco;
 - cc) Comissão ou grupo de trabalho para implementar a redução de custos da AMS, melhorando a fiscalização e implementar uma campanha de conscientização sobre a correta utilização;
 - dd) Criação de um Conselho de gestão da AMS com participação dos trabalhadores pelo menos proporcional às contribuições (ativos e aposentados/pensionistas), ou seja, 30%;
 - ee) Criação de um plano de assistência à saúde para os agregados do empregado ou aposentado/pensionista, sem a participação financeira da empresa no custeio;
 - ff) Gestão da PETROS (Direção e Conselhos);
 - gg) Que seja aumentado o volume destinado a empréstimo aos MB'S dos atuais 3% para 7%;
 - hh) Manutenção dos contratos de adesão dos MB's com a PETROS garantindo os benefícios
 - ii) em 90%, do salário no momento da aposentadoria;
 - jj) Abrir a discussão sobre a viabilidade se utilizar um indexador para os salários dos aposentados sem quebrar o vínculo com a empresa;
 - kk) Definir e respaldar na Plenária de Petros/AMS os nomes do movimento sindical para a eleição dos curadores. Ficam os nomes indicativos dos companheiros Henyo, Cotia e Paulo César;
 - ll) Também para a mesma Plenária a discussão sobre cirurgia de mama conforme o DIP-SEREC/ASBEN – 40284/94.
 - mm) Representantes dos aposentados na FUP escolhidos no Encontro Nacional dos Aposentados.
 - nn) Titular: Wilson Santarosa e Almir Botelho Bonfim.
 - oo) Suplentes: José Eray Martins e Silva e Newton Carneiro da Cunha

Participação na Gestão das Empresas e a PLR

- 47. O movimento sindical brasileiro, sempre se negou a debater a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, no entanto por pressão das bases, devido ao arrocho salarial, os sindicatos foram obrigados a discutir a participação nos lucros e/ou resultados. Nada mais contraditório, pois as decisões na gestão das empresas influenciam diretamente

6º CONFUP

na geração do lucro ou nos resultados atingidos, ou seja, não queremos participar dessas decisões, mas apenas do lucro gerado pelas mesmas.

48. Portanto não podemos mais discutir PLR sem ter representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas. Mesmos que a nossa participação seja minoritária, e imprescindível que tenhamos companheiros participando desses fóruns para acompanhar, fiscalizar e denunciar as decisões que iram causar impacto na PLR, mas principalmente, na vida dos trabalhadores.
49. Todas essas propostas necessitam de amplo debate e de que as direções sindicais se capacitem cada vez mais para essas discussões. Não podemos mais continuar somente com as mesmas estratégias convencionais, precisamos avançar para derrotar o projeto neoliberal liderando trabalhadores com propostas novas que realmente mobilizem a nossa base.

50. Calendário Específico de Luta

- 16 a 18/06 – Congresso CONFUP
- 08, 09/07 – Plenária sobre PETROS/AMS
- 14/07 – Entrega da Pauta (manifestações com atraso)
- 30/07 – Limite para entrega da proposta da empresa.
- Julho – Setoriais, construção de comando unificado das categorias em negociação/luta.
- 1ª Semana agosto – Manifestação com atraso exigindo início das negociações.
- Agosto – Realização de Seminários Regionais/Nacional sem greve qualificada.
- 01/09/200 – Indicativo de greve de 24 horas assembleias para discussão de greve por tempo indeterminado.

MOÇÕES

1. O 6º CONFUP (Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros) referenda e apóia a greve dos trabalhadores dos serviços públicos federais, estadual e municipal entendendo que, essa greve é a única maneira de cobrar reajuste salarial que há mais de 5 anos não é dado. Até porque a intenção do FHC é sucatear o serviço público para amanhã privatizar e entregar aos empresários. Apoiamos essa greve, inquestionavelmente.

2. Moção de apoio e solidariedade à greve dos professores do estado de Minas Gerais.

3. Moção de repúdio ao governados de Minas Gerais, Itamar Franco, por querer demitir os professores em luta.

4. Moções de apoio e solidariedade: a) ao MST e seus métodos de luta; b) a luta do povo equatoriano contra a dolarização da economia e o neoliberalismo e pelo fim das perseguições a dirigentes do levante popular de 21 de janeiro.

5. Moção de repúdio:

Nós do 6 CONFUP denunciemos a direção do grupo Odebrecht nas pessoas do Sr. Manuel Canaúba, superintendente regional de AL/BA e os senhores Álvaro Cesar e Figueiredo por terem feito Campanha de desfiliação de companheiros filiados ao Sindipetro - AL/SE, em flagrante desrespeito a Constituição Federal.

Anexos

Relatório do Encontro de Formação

1- Definir uma Política Nacional de Formação para a FUP;

- Apontar para a criação do coletivo nacional de formação:

Ter como objetivos estratégicos do coletivo:

- a) formação de dirigentes;
- b) formação de militantes;
- c) formação de base (sindicatos);
- d) formação de formadores.

2 - Princípios e tarefas do Coletivo:

- a) Levar em conta a integridade humana;
- b) Integração e potencialização da rede de formação existente da CUT;
- c) Ter um veículo de comunicação formativo;
- d) Apontar para a realização de pesquisa do perfil do Petroleiro, (todas as empresas);
- e) Realização de um seminário nacional de formação com os movimentos sociais;
- f) Buscar a profissionalização na área de formação.

Relatório do Coletivo Nacional de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente

15/06/2000.

1. Pauta:

1. Informes gerais FUP e sindicatos
2. Comissão NR-5 (PETROBRÁS x FUP/ sindicatos).
3. Vazamento de óleo na Baía de Guanabara.
4. Termelétricas.
5. NR 13/ certificação de spie
6. Convenção OIT 174.
7. Benzeno.
8. Aposentadoria especial.
9. Balanço das atividades da secretaria e do coletivo, 1999/2000.
10. Plano de trabalho da secretaria e do coletivo 2000/2001

1. Informes gerais FUP e sindicatos

Propostas:

- a) Discussão mais articulada entre SAT/INSS com a participação dos trabalhadores;
- b) Realização de 3 boletins específico de saúde para o estado;
- c) Acompanhamento da sentença favorável sobre efetivo mínimo em Cubatão;
- d) Visita à Raquel Takahashi, viúva de petroleiro falecido no acidente de Enchova;

6º CONFUP

- e) Encontro das assessorias de saúde no próximo CONFUP.

2. NR-5 (PETROBRÁS X FUP/ Sindicatos)

Propostas:

- a) Integração com terceirizados;
- b) Tempo livre para os cipistas;
- c) Unificação das CIPA's;
- d) Pagamento das horas extras;
- e) Criação de jornal dos eleitos da Cipa padronizado;
- f) Propor à PETROBRÁS unificação dos eventos da SIPAT com a semana de meio ambiente;
- g) Formação de “chapa” para participar da eleição da CIPA (orientação para que a base vote no trabalhador indicado pelo sindicato);
- h) Estabelecer calendário para reuniões da comissão com a empresa (julho, agosto e setembro);
- i) Indicação de três representantes dos sindicatos, para participarem dessa comissão: Campinas (Itamar), RJ (Laerte), Cubatão (Miro) e NF (Luizinho);
- j) Encaminhar pendências para a empresa, caso não sejam resolvidas, passar para o jurídico e denúncias aos conselhos profissionais.

3. Vazamento de Óleo na Baía de Guanabara

Que o CONFUP apoie o relatório da FUP:

- a) Após as conclusões das Comissões do Senado e CREA, que seja editada a segunda edição do Primeira Mão sobre acidente ambiental;
- b) Que a FUP e sindicatos iniciem campanha em favor do petroleiro Hermes que foi punido;
- c) Acompanhamento por parte dos Sindicatos dos TAC – Termo de Ajuste e Conduta – em conjunto com as promotorias de meio ambiente e enviar a FUP;
- d) Encaminhar ofícios questionando as empresas as licenças ambientais;
- e) A FUP deve definir proposta metodológica para apuração de acidentes;
- f) Disponibilizar relatório do CREA para outros sindicatos.

4. Termelétrica

Propostas:

- a) Coletivo de saúde, em sua maioria indica aos delegados do 6º CONFUP se posicionarem contra a construção de termelétricas;
- b) Realização de seminário nacional em conjunto com FNU e ICEM;
- c) Indicação para que Sindicatos e FUP estejam presentes em São Paulo, na reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, que irá decidir aprovação do EIA (estudo de impacto ambiental), RIMA (relatório de impacto ao meio ambiente) da CCBS;
- d) Comissão para auxiliar a FUP na sistematização de informações: Satoshi, Gilberto, Itamar, Marcelo;
- e) Reunião entre FUP e Sindicatos para discutir a questão.

6º CONFUP

5. NR-13

- a) Revisão da norma aconteceu em 94 com a participação da FUP;
- b) Informes sobre o serviço próprio de inspeção, para vasos de pressão e caldeiras e quais as unidades da PETROBRÁS já certificadas.

6. Convenção 174 da OIT

Encaminhar cópia da OIT 174 para o grupo de saúde do CONFUP.

7. Benzeno

- a) Indicação de novo nome para Comissão Tripartite do Benzeno: Itamar/Campinas em substituindo Odilon na suplência;
- b) Solicitar reunião na ANP para discutir o assunto benzeno com os representantes sindicais;
- c) Criação de metodologia para a análise de acidentes e também para a área química.

8. Balanço das atividades da secretaria e do coletivo 1999/2000 - Plano de trabalho 2000/2001

Propostas aprovadas:

- a) O coletivo nacional de STMA, constituído pela secretaria de STMA da FUP, mais um representante de cada sindicato, no mínimo, deverá se reunir em novembro, março e no próximo congresso.
- b) Realização de um encontro nacional, que coincidirá com uma das reuniões do coletivo, com atividades diversificadas de organização e formação (painéis, dinâmicas de grupo, etc). Indicativo para novembro de 2000.
- c) Realização de, pelo menos um, seminário anual sobre temas de interesse e/ou cursos de temas básicos sobre intervenção sindical em saúde e meio ambiente.
- d) Dar continuidade aos seminários de formação em saúde e meio ambiente em convênio com a CNQ/ICEM/DIESAT.
- e) Obs. Para continuidade no ano 2000, desses seminários, pendente aprovação de financiamento.
- f) Benzeno: a FUP sistematizará e divulgará material contendo os principais aspectos para discussões com GTB's. Oficina de benzeno, com data a ser marcada, entre outubro e novembro. Divulgar cartilha do benzeno e editar novamente.
- g) A FUP deve indicar à CUT – Nacional, representantes nas comissões tripartites sobre as NR-13 (caldeiras e vasos de pressão) e NR-16 (atividades e operações perigosas); da comissão nacional do benzeno e convenção 174-OIT (acidentes ampliados);
- h) Manter as matérias sobre saúde, segurança e meio ambiente no boletim Primeira Mão, após o coletivo de novembro. Buscar melhorar os canais de informação entre as secretarias de STMA e de imprensa da FUP e dos sindicatos, definindo condições para retomada do boletim específico de saúde (“saúde em primeira mão”).
- i) A FUP deve garantir a contratação de assessoria técnica para a secretaria de STMA e para atuar nas atividades junto ao coletivo nacional, cumprindo decisão do 5º CONFUP.

6º CONFUP

- j) Formação de banco de dados, organizando principalmente (a FUP utilizará formulário, com diversos itens para obter informações dos sindicatos):
- Comunicações de acidentes de trabalho – CAT's;
 - Dados sobre as doenças mais frequentes, incluindo trabalhadores de empreiteiras, relacionando com os riscos químicos, ergonômicos, físicos e biológicos existentes no local de trabalho;
 - Cadastro dos petroleiros que participam de conselhos de controle social em todos os níveis;
 - Sistema de vigilância à saúde do trabalhador do setor petróleo, com registro das CAT's, laudos periciais, pareceres relacionados as doenças ocupacionais ou outras doenças que levem a um afastamento de trabalho, registrando os resultados de exames de saúde dos trabalhadores expostos a determinados riscos, incluindo exame admissional;
 - Projetos a nível nacional ou regional utilizando como marco uma mesma base de dados, a exemplo do programa EPINFO da Organização Mundial de Saúde (OMS) para agrupamento dos dados e intercâmbios de informações (como sugestão pode-se iniciar com os seguintes pontos: lesões por esforços repetitivos (LER); benzenismo; condições de trabalho dos trabalhadores das empreiteiras);
 - Registrar os quase-acidentes, acidentes e doenças causados pela multifuncionalidade;
 - Dados/situações referentes à relação entre as empresas e as CIPA's (reações da política empresarial mediante organização e reivindicação dos trabalhadores);
 - Levantamento sobre situação atual das CIPA's do setor petróleo;
 - Levantamento sobre a situação dos casos de leucopenia/benzenismo em todas as bases.

8. SAT- Seguro Acidente do Trabalho

- a) Distribuída cópia do Projeto de Lei do governo sobre o SAT;
- b) Jandira informou sobre a reforma da previdência e a forma como o SAT está sendo discutido;
- c) Esta última versão do projeto já abre a possibilidade para empresas privadas administrarem o SAT;
- d) Jorge (Sindipetro-RJ) propõe que a NR-4 atual sirva como mínimo para iniciar mudança. Rejeitar esta proposta do SAT;
- e) Itamar (Sind. Campinas) informou que o Remígio (CUT-Nacional) acompanha a discussão;
- f) A pauta da próxima reunião dos coletivos de saúde contemplará este ponto e os sindicatos deverão participar das discussões, colocando no boletim;
- g) Jandira coloca que os petroleiros deverão se posicionar junto a FUP, coordenando fórum interno para tirar propostas a serem divulgadas para todos os sindicatos petroleiros, outros sindicatos, CUT-Nacional e deputados federais.

9. Ações sindicais prioritárias - implementação das seguintes campanhas:

- a) **Pela redução da jornada de trabalho** sem redução de salário e em defesa da consolidação da quinta turma em busca da sexta turma;
- b) **Para garantir aposentadoria especial aos trabalhadores de turno** ininterrupto de revezamento, junto ao congresso/ministério previdência. Este ponto será remetido ao seminário nacional sobre aposentadoria especial;
- c) **Contra o retorno ao trabalho com restrição** de função após afastamento médico, ou seja, sem total restabelecimento físico e mental do trabalhador;
- d) **Para motivar o registro das ocorrências** - acidentes de trabalho envolvendo vítimas, em comunicações de acidente de trabalho (CAT's), e emergências ou ocorrências anormais, qualquer fonte de informação;
- e) **Pela manutenção do efetivo mínimo** nas unidades operacionais e contra a multifunção;

6º CONFUP

- f) **Para combater a política das empresas que mascaram os dados sobre acidentes** de trabalho, por exclusão das ocorrências que envolvem os trabalhadores terceirizados e pela “falsa” diminuição de afastamentos do trabalho, devido aos retornos às atividades laborais com restrição.
- g) **Pela eliminação da exposição ao benzeno:** divulgação do acordo benzeno e ações de prevenção; discussões de iniciativa sindical nas reuniões da CIPA's e em atividades sindicais. Reedição da publicação, Benzenismo: o que é? E utilização de adesivos “praguinhas” (slogan: isso não é flor que se cheire, e ilustrado).

10. NR 5 – CIPA

- a) Aumento no número de membros da CIPA no setor petróleo, destacando a paridade entre membros titulares e suplentes, visando garantir maior representação dos trabalhadores;
- b) Definição de período de tempo livre mínimo da jornada de trabalho para as atividades dos cipistas;
- c) Eleição de todos os membros das CIPA's;
- d) Impossibilidade de transferência dos componentes da CIPA do seu regime e do seu local de trabalho, de onde foi eleito, sem a prévia anuência do mesmo, homologado pelo sindicato;
- e) Garantir que o secretário da CIPA seja indicado pelos trabalhadores.
- f) Acompanhamento do trabalho das CIPA's (mapeamento de riscos, análise de acidentes, etc), por parte das diretorias dos sindicatos, participando efetivamente das reuniões das CIPA's, cobrando o envio das respectivas atas de reuniões ao sindicato.
- g) Os sindicatos devem orientar/realizar fóruns unificados dos cipistas, promovendo a realização de encontros regionais dos cipistas (sul/sudeste/norte/nordeste) discutindo no coletivo nacional a realização de um encontro nacional das CIPA's do setor petróleo.
- h) Intervir para que as SIPAT's sejam efetivamente um fórum de discussão da saúde do trabalhador.
- i) Motivar e subsidiar as CIPA's para que elaborem os mapas de risco pelo modelo proposto pela CUT, para os fatores de riscos.

11. NR - 13

- a) Criação de uma rede de informações (rede sindical NR-13) com objetivo de ampliar divulgar o conteúdo da aplicação desta NR, em conjunto com a CNQ-CUT.
- b) A FUP deve promover a realização de um curso, de conteúdo técnico, em conjunto com a Comissão Tripartite da NR-13 e o instituto brasileiro do petróleo (IBP), organizado regionalmente, direcionado para dirigentes, assessores e cipeiros, posteriormente realizando outro curso, de conteúdo para enfrentamento político e ações sindicais.
- c) Exigir o envio dos memoriais descritivos dos equipamentos considerados críticos na avaliação das direções sindicais.
- d) Confeccionar uma publicação sobre NR-13, a exemplo da que foi feita para o benzeno.
- e) A FUP fará proposta de criação de anexo, ou nova NR específica para dutos.

12. Legislação e programas normativos

6º CONFUP

- a) Exigir das empresas ações específicas para diminuir a exposição ao ruído (fiscalizar programa de prevenção a riscos ambientais - PPRA); inclusive obtendo o mapeamento do ruído das plantas e acompanhar a implementação do programa de controle auditivo.
- b) Exigir o programa de controle médico - PCMSO das empresas, incluindo uma análise das audiometrias para identificar os setores de maior exposição ao ruído; fiscalizar PCMSO.
- c) PPRA, PCMSO e PPEOB (Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno): incorporação dos trabalhadores terceirizados nos GTBs das empresas do setor petróleo, substituindo a dinâmica destas empresas que é de permitir que a contratada “faça” seu PPRA/ PCMSO /PPEOB a partir das diretrizes destas empresas; exigência de constar nos exames periódicos exames médicos baseados no mapeamento do benzeno nas unidades.
- d) Exigir das empresas do setor petróleo e empresas contratadas o envio dos laudos técnicos referentes ao cumprimento da NR-9 e legislação previdenciária.

13. Terceirização

Exigir que as condições de trabalho dos companheiros terceirizados sejam as mesmas dos trabalhadores das empresas contratantes.

14. Outras ações sindicais

- a) Exigir da direção das empresas do setor petróleo que as avaliações médicas não sofram interferências dos gerentes e cobrar atuação dos Conselhos Regionais de Medicina - CRM/Conselho Federal de Medicina -CFM e Secretaria Estadual de Saúde –SES;
- b) Criar comissões Empresa/CIPA/Sindicato para discutir efetivo mínimo nas unidades. Acionar seguradoras para avaliar riscos patrimoniais, que estão também ameaçados pela falta de segurança nas unidades operacionais, denunciando a estas empresas o alto risco em que se encontram as instalações industriais;
- c) Com as informações sobre doenças dos petroleiros, disponíveis no banco de dados, especificar quais os exames médicos que devem constar nos exames periódicos e a periodicidade dos mesmos, obrigando ainda as empresas do setor a realizar estes exames. Garantir acesso dos sindicatos a esses exames;
- d) Divulgar material sindical sobre doenças ocupacionais e dados epidemiológicos, promovendo debates. Assegurar a divulgação de todo o material produzido pelos sindicatos;
- e) Levantar junto às empresas do setor petróleo sobre o nível de mercúrio e radioatividade em todas as unidades operacionais destas empresas, incluindo campos de produção terra e mar, publicando e divulgando os resultados. Promover orientações em relação ao tratamento adequado ao descarte de resíduos com mercúrio e radioatividade;
- f) Orientar os trabalhadores para o preenchimento do DAE – Descrição das Atividades do Empregado – e RAE – Relatório das Atividades do Empregado. Padronizar o preenchimento a partir das condições de trabalho do ambiente e não por indivíduo (incluindo trabalhadores contratados indiretamente);
- g) A FUP deve divulgar para todos os sindicatos, a relação de doenças que são reconhecidas como acidente de trabalho pelo INSS;
- h) Fazer uso de projetos de lei de iniciativa popular nas localidades (Câmaras Municipais) que podem rejeitar projetos e empreendimentos que possam ter impactos negativos, ou prejuízos para a sociedade;
- i) Implementar os aspectos de saúde do trabalhador previstos na Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal 8080).

6º CONFUP

15. Meio ambiente

- a) Responsabilizar civil e criminalmente as empresas e os gerentes pelos acidentes, doenças ocupacionais e danos ambientais.
- b) Convênio entre FUP e órgãos ambientais para mapear áreas ambientais de situação das empresas do setor petróleo.
- c) Procurar junto às secretarias de saúde, universidades, fundações e outras organizações o desenvolvimento de protocolos para monitoramento de saúde com participação da FUP/Sindicatos.
- d) A FUP e os sindicatos devem formular e discutir propostas concretas para negociar com a direção das empresas do setor petróleo a questão da educação ambiental.

16. Controle social

Ocupar os espaços de controle social das ações do estado (saúde/meio ambiente/educação/etc.).

17. Campanhas reivindicatórias

- a) Manter as negociações das cláusulas de saúde, tecnologia e meio ambiente em separado, conforme resolução do 1º CONFUP.
- b) Exigir das empresas do setor petróleo o cancelamento dos serviços geradores de silicose.
- c) exigir das empresas fichas técnicas dos produtos químicos e os riscos à saúde.
- d) Exigir das empresas a ampliação dos prazos dos certificados de qualificação de soldadores terceirizados, de seis meses para um ano, e quando passar deste prazo, que a empresa contratante assuma o teste de qualificação dos soldadores.
- e) Exigir que sejam incluídas nos protocolos de avaliação dos exames médicos questões relacionadas à saúde mental.
- f) Exigir que a implantação de novas tecnologias, reestruturação e remanejamento de pessoal sejam acompanhadas de estudos ergonômicos, realizados por instituições públicas de ensino e pesquisa com experiência comprovada no assunto, bem como, o acompanhamento e acordo com os sindicatos em todas as fases.
- g) Cobrar da direção das empresas do setor petróleo o poder de embargo para os profissionais da área de segurança e inspeção de equipamentos, que hoje são tratados como meros assessores.

Relatório do Encontro Nacional de Imprensa

Propostas e encaminhamentos

SOBRE O PRIMEIRA MÃO

- 1. A FUP deve enviar o boletim mais cedo, no início da tarde de quarta-feira, já que a maioria dos sindicatos fecha às 18h. No entanto, quando estivermos em fase de campanhas nacionais – ou em qualquer outra circunstância em que precisarmos levar a informação à

6º CONFUP

base com agilidade e urgência, na disputa de informação com a empresa ou a mídia – os sindicatos devem se estruturar para deixar sua imprensa aguardando o Primeira Mão.

2. Novo layout do boletim foi aprovado, com exceção do logotipo. Ou se mantém o mesmo logo, ou se cria um que mantenha parte de suas características, pois sua imagem já está marcada junto à categoria.
3. Todos os sindicatos devem ter o programa Page Maker 6.5.
4. Quando a FUP passar a usar o novo layout do Primeira Mão, deverá enviar as novas fontes de letras usadas no boletim para todos os sindicatos via Internet.
5. Sempre que o Primeira Mão tiver imagens (foto ou ilustração), elas deverão ser enviadas em anexo ao boletim, para não haver dificuldade de abrir o arquivo.
6. Os sindicatos filiados devem, manter o seu compromisso de distribuir todos os boletins Primeira Mão. É essencial que a base esteja informada sobre as ações e encaminhamentos da direção nacional do movimento sindical petroleiro. A categoria tem essa expectativa de receber o boletim, principalmente em épocas de mobilização e negociação.
7. O Primeira Mão deve ser um veículo informativo e sério, trazendo dados precisos, mas também capaz de mobilizar a base. Sem fazer sermões, deve deixar clara sua linha política de esquerda, antineoliberal e agitadora.
8. É preciso dar mais espaço no boletim para empreiteiras e outras empresas do petróleo, bem como para a situação dos petroleiros de outros países.

Sugestões para tornar a comunicação mais eficiente entre FUP, Sindicatos e base e também com a sociedade

9. Os sindicatos devem criar o hábito de alimentar a FUP de informações constantemente. Hoje, a maioria demora ou sequer responde a solicitações de informações feitas pela Federação. Até mesmo nos quadros de assembleias e mobilizações isso ocorre. Muitas vezes notícias importantes, que teriam interesse nacional, acontecem numa base e não são repassadas à assessoria de imprensa da FUP.
10. A FUP e os sindicatos devem fazer uma pesquisa qualitativa em todo o país para conhecer melhor o petroleiro: seus gostos, seus hábitos, seu perfil sócio-econômico e cultural. As empresas já fazem isso, o que nós estamos esperando? Sabendo com quem estamos falando, vamos nos comunicar melhor com a base.
11. Nossos veículos de informação não podem ficar falando apenas sobre o ambiente de trabalho. O petroleiro, além de trabalhador, é um cidadão comum que gosta de esporte, novela, sexo. Podemos nos utilizar desses temas de interesse para levar nossas mensagens políticas. Por exemplo, uma entrevista com um ator que, em um certo momento, pode estar falando mal de FHC; ou uma matéria comentando uma cena da novela das oito, mostrada de uma forma crítica.
12. Investir na memória da FUP e da luta sindical petroleira. Editar um livro sobre a greve de maio de 95, para que não seja esquecido o movimento urbano mais forte contra o Governo FHC até hoje.
13. A FUP poderia investir em outros veículos, como uma revista; a FUP e os sindicatos também devem se inserir em meios como o rádio, TV comunitária.
14. A FUP, devido à sua baixa arrecadação, não tem condições financeiras para bancar anúncios nacionais. É preciso estabelecer um mecanismo em que os sindicatos contribuam para essas campanhas – foi muito difícil, por exemplo, conseguir um número mínimo de sindicatos para pagar o anúncio contra o último leilão da ANP.

6º CONFUP

Página da FUP na internet

15. Foi apresentada durante o Encontro a página que a FUP lançará em breve na Internet. O projeto, que inclui uma seção de Últimas Notícias, e funcionará também como um importante acervo de informações sobre as lutas da categoria, acordos coletivos etc, foi aprovado pelos participantes. A sugestão do grupo é para incluir uma seção de *clipping* de notícias da grande imprensa, com matérias de interesse para a categoria.
16. A imprensa dos sindicatos deve alimentar a FUP com informações constantemente, para atualizar a seção de Últimas Notícias.

Agência CUT de notícias

17. A FUP apresentou a Agência de Notícias da CUT na Internet. Os sindicatos podem ter suas matérias veiculadas na agência, e para isso devem enviá-las via e-mail para a Assessoria de Imprensa da FUP, que é habilitada a escrever matérias na Agência CUT.

Resoluções do Encontro dos Trabalhadores de Empreiteiras

Tarefas jurídicas:

1. Redigir documento sobre a obrigatoriedade da aplicação do PPEOB, PPRA, PCMSO e a NR5;
2. Seminário sobre legislação trabalhista e representatividade Sindical;
3. Padronização de procedimentos jurídicos para questionar acidentes do trabalho (ações civil e trabalhista);
4. Impugnar estatuto social da empresas em atividade não condizentes;
5. Acompanhamento dos processos de licitação.

Organizativas:

6. Criação do coletivo nacional de empreiteiras, composto por um representante de cada sindicato e com reuniões periódicas, anteriores as reuniões da FUP (tais reuniões serão rateadas pelos sindicatos e FUP);
7. Aprofundar organização das Cipas;
8. Boletim Periódico;
9. Indicar aos sindicatos a mudança dos estatutos de forma a abranger aos trabalhadores terceirizados;
10. Cadastro nacional das empresas.

Campanha e organização

11. Realizar, até o final de agosto, uma Plenária Nacional dos Trabalhadores Terceirizados para deliberar sobre: Pauta de reivindicações, calendário e formas de mobilização / Campanha;
12. Chamado a realização de assembléias conjuntas com os sindicatos que reivindicam a representatividade dos trabalhadores na base (Construção Civil, Metalúrgicos, etc.), aonde for identificado pelas diretorias sindicais locais como necessário para a abertura do trabalho, de forma a construir a Plenária e a pauta de reivindicação;
13. Lutar pela manutenção da comissão de acompanhamento das empreiteiras.

6º CONFUP

Objetivos a serem atingidos pela Secretaria da FUP e o coletivo

14. Assinar acordos nacionais das empresas de atividades fim (áreas de E&P), como forma de avançarmos no reconhecimento por estas empresas da representatividade de nossos sindicatos;
15. Assinar acordos nas empresas empreiteiras que terceirizam serviços permanentes, como forma de unificar as condições de trabalho nas unidades petrolíferas a um patamar que busque evitar um rebaixamento das conquistas existentes no setor.

Relatório da Reunião das Assessorias Jurídicas

Participantes

1. Participaram do evento os seguintes assessores jurídicos, além de vários dirigentes sindicais:
 - a) FUP – Dr. Mário Sérgio Pinheiro, Dr. Normando Rodrigues, Dr. Alexandre Barenco – (correio@pr.adv)
 - b) Norte Fluminense – Dra. Andrea Mancebo, Dra. Janaína Amarante, Dra. Dayse Maiques Alves – (correio@pr.adv ou macae@pr.adv)
 - c) Rio de Janeiro – Dr. Luiz Fernando Cordeiro, Dra. Salette Conceição da Cruz, Dra. Adilza Nunes (juridico@sindipetro.org.br)
 - d) São Paulo, São José, Mauá, Campinas – Dr. João Antonio Faccioli (faccioli@dglnet.com.br);
 - e) Minas Gerais – Dra. Ana Lourdes Rocha Porto (spetro@cz-bh.com.br);
 - f) Rio Grande do Sul – Dr. Antonio Carlos Porto (portox@yahoo.com);
 - g) Bahia – Dr. Ney Viana Costa Pinto (costapinto@e-net.com.br);
 - h) Sergipe/Alagoas – Dra. Maria da Conceição Bezerra, Dr. José Eduardo Correia (jebc@uol.com.br) e Dr. Nilton Ramos Inhaquite (velejador@infonet.com.br);
 - i) Caxias – Dra. Regina Coeli (coeli@provide.psi.br) e Dr. Upiraci Ferreira

Recomendações

2. Reunidos os assessores jurídicos, e os dirigentes sindicais então presentes, foram objeto de atenção aos delegados do VI CONFUP, e à futura Direção da FUP, as seguintes recomendações:

Greves – Demitidos, Punidos, Repercussões Trabalhistas, Anistia, Cláusula 50 do Acordo

3. Repercussões da Greve nas Férias – Que a FUP alerte os sindicatos sobre a possibilidade de ação trabalhista reivindicando o pagamento das primeiras férias posteriores à Greve de 1995, nas quais tenham sido descontados os dias da greve como falta injustificada. A tese é a da suspensão do contrato de trabalho durante a Greve.
4. Demitidos – Recomenda-se, no caso das ações transitadas em julgado sem reintegração, a propositura de Ações Rescisórias individuais. Em favor destas, a FUP providenciará Ação Rescisória contra a declaração de abusividade da Greve de 1995. Solicita-se com a maior

6º CONFUP

brevidade possível o retorno das informações faltantes no quadro de demitidos enviados aos delegados do Congresso.

5. Além disso, há a possibilidade de duas novas ações individuais:
 - a) Nova ação individual com fundamento na Lei de Anistia dos Sindicatos (prescreve no próximo dia 13 de Julho de 2000);
 - b) Ações Cíveis de Indenização por Danos Morais e Patrimoniais.

6. Cláusula de Garantia de Emprego – O conjunto dos assessores jurídicos reitera, de forma unânime, as recomendações anteriores, no sentido de que a manutenção, e se possível o aperfeiçoamento, da atual cláusula de “comissão de despedida” é preferível à anterior cláusula de garantia de emprego, vigente no acordo 93/94.

PLR

7. É entendimento unânime das assessorias a impossibilidade de extensão da PLR/99 (recentemente acordada e paga) aos aposentados em data anterior a 1999.

Questões relativas ao Imposto de Renda

8. Sobre as IHT's; PIDV's; Atualização da Tabela de limite das isenções; Incidência sobre complementação de aposentadorias

9. IHT – Foram reiteradas as orientações anteriores, todas a partir da constatação de que as IHT's na verdade são horas extras, e como tais são passíveis de tributação, não sendo devidas restituições.

10. PIDV – Ressalva-se o questionamento ético do procedimento de restituição de quem efetivamente teve a inclusão da restituição do equivalente ao imposto de renda no cálculo do PIDV.

11. ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE DESCONTOS – Restou patente a necessidade de aprofundamento e uniformização da discussão.

12. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUPLEMENTAÇÃO DA PETROS – Recomenda-se a consulta a um profissional de Direito do ramo tributário, para que se aprofundem os estudos a respeito, ressalvadas as iniciativas legítimas já tomadas.

Comissões de conciliação prévia

13. Houve divergências no corpo dos assessores e estes recomendam que a categoria aprofunde a discussão a respeito das CCP's, definindo-se urgentemente os eventos de divulgação e formação a respeito.

14. Os dirigentes presentes no encontro jurídico recomendam ao CONFUP que o Congresso delegue a uma Plenária Nacional, específica sobre as CCP's, a deliberação sobre a realização ou não de negociações coletivas visando, a instituição e regulamentação das CCP's na categoria petroleira e para os trabalhadores terceirizados.

Desistência de Ações

15. Recomenda-se insistentemente que a estrutura sindical da categoria divulgue amplamente a liminar obtida na 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (ACPU 2294/99), e oriente os trabalhadores de base a fiscalizarem o descumprimento das obrigações impostas à PETROBRÁS.

6º CONFUP

Acordos do Extra-turno

16. Quanto às prováveis Ações Anulatórias, a serem propostas pelo Ministério Público do Trabalho nas próximas semanas, foi considerado o seguinte:
17. . A Ação Anulatória teria dois réus: PETROBRÁS e Sindicatos que assinaram o acordo;
18. . Recomenda-se que os Sindicatos-Réus reconheçam a procedência do pedido na referida ação (submissão), tendo em vista que foram vencidos nas Assembléias realizadas pela categoria, e assinaram somente em respeito às obrigações estatutárias;
19. . Recomenda-se Houve posicionamento divergente no sentido de não buscar a anulação, mas sim pleitear o pagamento das horas extras do período.

Belo Horizonte, 16 de Junho de 2000

Normando Rodrigues
OAB/RJ 71.545

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

CAPÍTULO I - DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 1ª Em 1º de setembro de 2000, a Companhia reajustará os salários de seus empregados, conforme vigentes em agosto de 2000, em 100% (cem por cento) do ICV-DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 1999 e 31 de agosto de 2000.

Parágrafo único: A partir de 1º de setembro a Companhia reajustará os salários sempre que a inflação acumulada, medida pelo ICV-DIEESE atingir 2 % (dois por cento). (*) O índice até o momento apurado, com projeções de 0,20 para julho e agosto de 2000 é de 5,97.

REPOSIÇÃO DE PERDA INFLACIONÁRIA

CLÁUSULA 2ª Sobre o salário reajustado de acordo com a cláusula 1º incidirá o percentual de 39,75% (trinta e nove vírgula setenta e cinco por cento), a título de compensação da perda salarial verificada a partir da implantação do Plano Real (junho/94) até 31 de agosto de 1999.

PROPORCIONALIDADE - REAJUSTE INTEGRAL

CLÁUSULA 3ª A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DO SALÁRIO

CLÁUSULA 4ª A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal. Parágrafo único - A Companhia concederá o adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente.

PISO SALARIAL

CLÁUSULA 5ª A Companhia se compromete a observar o valor mínimo de R\$ 919,41 (novecentos e dezenove reais e quarenta e um centavos) para o menor salário-básico praticado.

PASSIVOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA 6ª A Companhia se compromete com o pagamento de diferenças de parcelas remuneratórias de seus empregados, verificadas nos últimos cinco anos, decorrentes da inobservância da devida integração dos valores de horas extras, adicional por tempo de serviço e Auxílio-Almoço.

AUMENTO REAL POR PRODUTIVIDADE

CLÁUSULA 7ª Sobre os salários corrigidos de acordo com as cláusulas 1ª e 2ª incidirá o percentual de 13,84% (treze vírgula oitenta e quatro por cento), a título de aumento real por produtividade.

6º CONFUP

AUMENTO POR NÍVEL

CLÁUSULA 8ª A Companhia concederá progressão automática para o nível salarial imediatamente superior, a todos os empregados, a cada 18 meses trabalhados.

CORREÇÃO DOS NÍVEIS SALARIAIS

CLÁUSULA 9ª A Companhia corrigirá os níveis salariais estabelecendo a diferença entre os níveis em 5 % (cinco por cento).

TRABALHADORES DAS SUBSIDIÁRIAS

CLÁUSULA 10ª A Companhia e a FUP acordam que os princípios constantes das cláusulas relativas a salários desse Acordo Coletivo valerão também para os trabalhadores da PETROQUISA, GASPETRO, BRASPETRO e TRANSPETRO. Parágrafo único - A Companhia e a FUP acordam o estabelecimento de processo negocial visando a pactuação de Acordo Coletivo válido para as relações individuais de trabalho dos empregados da PETROBRÁS, PETROQUISA, GASPETRO, BRASPETRO e TRANSPETRO, a vigorar a partir de 1º de setembro de 2000.

CAPÍTULO II

MELHORES CONDIÇÕES

CLÁUSULA 11 A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela vigente em 1º de setembro de 1996. Parágrafo único - O Adicional por Tempo de Serviço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

VANTAGEM PESSOAL – PL-DL-1971/82

CLÁUSULA 12 A Companhia concederá a PL-DL-1971/82 a todos os seus empregados. Parágrafo único – Essa concessão é feita de forma duodecimada, caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificada como participação nos lucros – PL.

CLÁUSULA 13 A Companhia, e os representantes dos sindicatos e da FUP, instituirão conjuntamente uma comissão paritária para estabelecer percentual a título de participação nos lucros verificados na empresa.

Parágrafo 1º - Enquanto este percentual não for definido, a Companhia concederá, a título de participação nos lucros, indistintamente, a todos os empregados, o maior índice aplicado pela PETROBRÁS, cabendo à empresa informar aos sindicatos e à FUP, trimestralmente, o lucro obtido no período.

Parágrafo 2º - A FUP e os Sindicatos serão os interlocutores junto à Companhia na discussão do contido na Medida Provisória nº 1769-55, de 11.03.99, e suas respectivas reedições.

Parágrafo 3º - A Companhia pagará a Participação nos Lucros a todos os seus empregados no prazo de 30 dias após a aprovação dos seus resultados relativos ao exercício de 2000 pela Assembléia Geral dos Acionistas.

6º CONFUP

PERICULOSIDADE

CLÁUSULA 14 A Companhia concederá o Adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, sendo vedado o pagamento retroativo a qualquer título, para os empregados admitidos até 31.08.97.

Parágrafo único: A partir da recomposição salarial prevista nas cláusulas 1ª, 2ª, 7ª e 9ª a Companhia incorporará o adicional de periculosidade a todos os seus empregados admitidos até 31.08.97, passando a partir dessa data, a pagar o adicional somente aos trabalhadores que efetivamente trabalham em áreas perigosas obedecido o conceito intramuros.

FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS (G.F.)

CLÁUSULA 15 A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias a todos os empregados do sistema PETROBRÁS.

Parágrafo 1º - O pagamento será efetuado até 2 (dois) dias úteis antes do início do gozo de férias.

Parágrafo 2º - Objetivando a manutenção da integridade física e psicológica de seus empregados, e como instrumento da política de geração de empregos, a Companhia se compromete a não mais comprar, mediante abono de férias, 1/3 do mesmo período, pactuando-se então a inaplicabilidade do artigo 143 da CLT.

INDENIZAÇÃO DA G.F.

CLÁUSULA 16 A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

Parágrafo único - Não farão jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional o empregado dispensado a pedido, e o que se demitir, com menos de 1 (um) ano de casa, e aquele dispensado por justa causa.

ADICIONAL DE SOBREAVISO (ASA)

CLÁUSULA 17 A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio Almoço e do ATS, efetivamente percebidos no mês, acrescidos do Adicional de Periculosidade.

Parágrafo único - Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder às 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SÍSMICA

CLÁUSULA 18 A Companhia concederá aos empregados enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor equivalente a 20% (vinte por cento), do total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

6º CONFUP

CLÁUSULA 19 A Companhia manterá o percentual do Adicional Regional de Confinamento (ARC) em 5%, 10%, 15% e 30%, assegurados os critérios de concessão do referido adicional, constantes da Norma 30-03, de Administração de Cargos e Salários.

ADICIONAL DE HORA REPOUSO ALIMENTAÇÃO (AHRA)

CLÁUSULA 20 A Companhia manterá o valor do Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA), em 30% (trinta por cento) do salário básico efetivamente percebido no mês, acrescido do adicional de periculosidade, do Adicional por tempo de Serviço, do Adicional Noturno, e da VP-DL-1971/82 que se refere a Cláusula 12 do presente Acordo Coletivo.

Parágrafo único – A Companhia se compromete a cumprir as decisões judiciais relativas aos processos instaurados na Justiça até 28.11.96, os quais digam respeito ao AHRA, resguardando o seu direito de recorrer judicialmente até decisão definitiva sobre o assunto.

TOTAIS DE HORAS MENSAIS (THM)

CLÁUSULA 21 A Companhia manterá em 180, 175 e 168 o Total de Horas Mensais (THM) para pagamento e desconto de ocorrências de frequência, respectivamente, para as cargas semanais de 36 horas, 35 horas, e 33 horas e 36 minutos.

Parágrafo único - A Companhia, manterá os critérios e procedimentos referentes a desconto de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como os descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

JORNADA DE TRABALHO

CLÁUSULA 22 A Companhia garante que os regimes de trabalho praticados serão: Administrativo, Sobreaviso, Turno Ininterrupto de Revezamento e de Equipe Sísmica.

Parágrafo 1º - O Horário Administrativo se encerrará, no máximo, às 18:00 horas de Segunda a Sexta-feira.

Parágrafo 2º - Os regimes de trabalho citados no caput deverão ser permanentes, com o pagamento dos respectivos adicionais.

Parágrafo 3º - Qualquer alteração nos atuais regimes e a implantação de novos regimes terá que ser acordada com os sindicatos e a FUP.

Parágrafo 4º - As alterações, nos horários Administrativo, Sobreaviso, Turno Ininterrupto de Revezamento e de Equipe Sísmica, incluindo compensações por feriados só terão validade, em caso de negociação coletiva. horas extras (he) remuneradas.

CLÁUSULA 23 A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade. A Cia. garante que todas as horas suplementares trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo 1º - Quando o empregado optar pela compensação das horas extras realizadas terá direito a fazê-lo na proporção de uma hora extra para cada duas horas de repouso remunerado em compensação, independentemente do direito ao repouso remunerado gerado pela jornada normal.

Parágrafo 2º - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, será observando um número mínimo de 04 (quatro) horas suplementares, independentemente do número de horas trabalhadas inferiores a 04 (quatro), como recompensa ao esforço despendido naquele dia.

6º CONFUP

Parágrafo 3º - São consideradas horas extras: as horas trabalhadas a título de dobra, pelos empregados que trabalham em regime de turno ininterrupto de revezamento qualquer que seja o número de horas, seja por prorrogação ou por antecipação da jornada normal prevista na escala de revezamento.

Parágrafo 4º - Quando o empregado dobrar sua jornada de trabalho, terá direito a folga na sua primeira jornada subsequente, sem prejuízo das horas extras oriundas das dobras e do salário do dia folgado. Quando a dobra ocorrer em instalações off-shore, ou no campo, o direito a folga será garantido no início ou no final do período de férias.

Parágrafo 5º - A Companhia se compromete à não realizar treinamento nas folgas e nos períodos de descanso. HE/integração dos adicionais de cálculo.

CLÁUSULA 24 A Companhia incluirá no cálculo das horas extras os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA), o Adicional de Periculosidade, o Adicional Regional, o Adicional por Tempo de Serviço e o Auxílio-Almoço. HE/ viagem a serviço.

CLÁUSULA 25 No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuando-se desse tratamento os empregados isentos de ponto, e aqueles que viajarem para o cumprimento de programa de treinamento.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 1º da cláusula 23, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

AUXÍLIO ALMOÇO

CLÁUSULA 25 A Companhia concederá o Auxílio-Almoço, nas condições estabelecidas na Norma 30-05 de Administração de Cargos e Salários, no valor de R\$ 208,07 (duzentos e oito reais e sete centavos), a partir de 1.9.2000. (*) Valor levando-se em consideração a projeção de inflação de 0,20% para os meses de julho e agosto de 2000.

Parágrafo 1º - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

Parágrafo 2º - O Auxílio-Almoço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA 26 A Companhia concederá o pagamento do Auxílio Transporte, conforme definido em Norma, reajustando-o com base na variação do ICV-DIEESE.

Parágrafo único – O Auxílio-Transporte integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 27 No exercício de 2001, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de fevereiro, como

6º CONFUP

adiantamento do 13º salário (Leis 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de fevereiro. A Companhia pagará ainda, a esses empregados, a eventual diferença entre os adiantamentos concedidos e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias, incluindo o pagamento do INSS no caso do empregado estar afastado.

Parágrafo 1º - O pagamento da diferença do 13º salário (complementar ou integral), relativo a 2000, a título de antecipação, será efetuado até 20 de novembro de 2000. Até 18 de dezembro de 2000 a Companhia promoverá os ajustes deste pagamento.

Parágrafo 2º – A Companhia, em tempo hábil, proverá a PETROS com os recursos financeiros necessários para que esta pague, também até o dia 15 de fevereiro, como adiantamento do 13º, 50% (cinquenta por cento) do benefício devido.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 28 A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

AUXÍLIO DOENÇA – COMPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 29 A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio-Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional: durante os 4 (quatro) primeiros anos de afastamento e durante os 3 (três) primeiros anos, para os demais casos de Auxílio-Doença.

Parágrafo único – Cessará o pagamento da vantagem, antes do citado prazo, quando:

- a) Sem motivo justificado o empregado deixar de cumprir o tratamento previsto ou se recusar ao mesmo, garantido no entanto ao empregado seu direito de livre escolha médica, e à opção por terapias alternativas, desde que constantes do rol de serviços conveniados com a Assistência Multidisciplinar de Saúde;
- b) Houver comprovada recusa do empregado a participar do programa de reabilitação e/ou readaptação profissional;
- c) O empregado exercer, durante o afastamento, atividade remunerada incompatível com o motivo clínico do afastamento.

ADICIONAL DE INTERINIDADE

CLÁUSULA 30 A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo único – O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, Gratificação de Férias, 13º salário e indenizações.

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E REGIONAL – CABIMENTO

CLÁUSULA 31 A Companhia efetuará, nos termos das Normas 30-02 e 30-03, respectivamente, o

6º CONFUP

pagamento do Adicional de Periculosidade e do Adicional Regional de Confinamento ao pessoal designado para executar trabalhos em instalações off-shore (embarcado) ou no campo (confinado), desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados.

Parágrafo único – O referido pagamento não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais naquelas instalações e locais, com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

ADICIONAL REGIONAL - TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA 32 A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a concessão da vantagem não esteja prevista em Norma e desde que já o venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

Parágrafo único – A indenização prevista nesta cláusula não será devida quando a movimentação ocorrer por iniciativa do empregado.

AUXILIO MORADIA

CLÁUSULA 33 A Companhia concederá Auxílio Moradia para todos os seus empregados que foram transferidos nos últimos 12 (doze) meses ou que venham a ser transferidos, impendente de estado ou região.

CAPÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA 34 A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

- a) Clientela: - empregadas com filho ou com a guarda/tutela de menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança; - empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados, com a guarda/tutela de filho ou menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança.
- b) Critério de reembolso: - Reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche, enquanto a criança tiver até 8 (oito) meses de idade; - Reembolso das despesas, de acordo com a tabela de valores médios regionais, elaborada pela Companhia, enquanto a criança tiver 8 (oito) a 18 (dezoito) meses de idade; - Reembolso das despesas, até o valor da tabela-limite do Auxílio-Creche ou Auxílio Acompanhante, elaborada pela Companhia enquanto a criança tiver entre 19 (dezenove) e 36 (trinta e seis) meses de idade.

Parágrafo único – Será garantida a atualizações da tabela de valores médios regionais e da tabela-limite a que se refere esta Cláusula, pelo índice do ICV – DIESSE, ou pelos critérios anteriormente praticados, sempre que este for maior.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

CLÁUSULA 35 A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar, nos termos da legislação vigente, resguardando o direito de os empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio-Creche/Acompanhante.

6º CONFUP

ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA (AMS)

CLÁUSULA 36 A Companhia dotará para o exercício de 2000/2001 valores para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia, e de Assistência ao Excepcional (PAE), de modo a garantir a atual qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo 1º - A Companhia desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais de saúde de todas as especialidades médicas e odontológicas existentes nas localidades em que residam seus empregados.

Parágrafo 2º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha.

Parágrafo 3º - A Companhia condicionará a alteração dos procedimentos técnicos e administrativos do Programa da AMS à prévia negociação com a FUP e os Sindicatos.

Parágrafo 4º - Será criada uma Comissão de Acompanhamento, paritária, para verificação do custeio do programa de AMS; melhoria da fiscalização aplicada sobre os prestadores de serviços; discussão, implementação de redução de custos, campanha de conscientização sobre a correta utilização deste benefício, aprovação de quaisquer modificações no atual Manual de Procedimentos.

Parágrafo 5º - A Companhia reembolsará integralmente as despesas efetuadas quando do exercício da faculdade de livre escolha, no máximo em 24 horas após a entrega dos respectivos comprovantes.

Parágrafo 6º - Passa a integrar a presente Cláusula o inteiro teor do “Manual de Procedimentos da AMS”, conforme vigente em 31 de agosto de 2000, com o compromisso de proceder a sua revisão, no âmbito da Comissão de Acompanhamento, tratada no parágrafo 4º supra, inclusive nos aspectos regulados pela legislação de saúde vigente, no tocante aos Planos de Autogestão.

Parágrafo 7º - A Companhia fornecerá mensalmente o extrato da utilização da AMS para cada titular.

AMS – BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 37 A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir, condicionado ao atendimento dos demais requisitos e procedimentos constantes do Manual de Operação da AMS e das instruções complementares emitidas pela Companhia:

BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA

A – EMPREGADO

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia.

B - DEPENDENTES DO EMPREGADO

1 - CÔNJUGE - Na vigência do casamento.

2 - EX-CÔNJUGE - Mediante determinação judicial.

3 - COMPANHEIRA - Inscrita no INSS nesta condição, ou com 2 (dois) anos de convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

4 - COMPANHEIRO - Com 2 (dois) anos de convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

5 - FILHO (A) / ENTEADO (A) / TUTELADO (A) / MENOR SOB GUARDA / DEPENDENTE SOB CURATELA - Desde que seja solteiro e tenha até 21 anos,

6º CONFUP

ou acima de 21 até 24 se estiver cursando nível médio ou superior, ou de qualquer idade e estado civil, se inválido física ou mentalmente,

6 - PAI – Maior de 65 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

7 - MÃE – Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou quando estiver convivendo com o marido e o mesmo seja dependente do empregado na Companhia.

8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, maior de 65 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, e o marido seja dependente do empregado, ou seja, viúva, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

C - APOSENTADO

Desde que preencha todos os requisitos abaixo.

a) Não tenha sido dispensado por justa causa ou por conveniência da Companhia.

Exceto:

- Empregados dispensados por conveniência da Companhia entre 14/11/75 e 24/03/83, ou por participação em movimento reivindicatório, desde que a dispensa não tenha sido motivada por ato que desabonasse sua conduta, devidamente comprovado.

- Ex-empregados dispensados em data anterior a 14/11/75 (criação da AMS) por conveniência da Companhia, sem ato desabonador, que não tenham adquirido qualquer outro vínculo empregatício e que tenham entrado em Auxílio-Doença, imediatamente após a dispensa, tendo o referido benefício sido transformado pelo INSS em aposentadoria por invalidez.

b) Não haja descontinuidade maior que 180 dias entre a data do seu desligamento da Companhia e a do início da aposentadoria.

Exceto:

- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.

- Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por Invalidez, para os quais o prazo de 180 dias será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio-Doença.

c) Requeira sua aposentadoria e receba seus proventos através da PETROS nos termos do convênio PETROBRÁS/INSS.

Desde que preencham os requisitos a, b, c, incluem-se entre os aposentados com direito à AMS:

- não mantenedor beneficiário da PETROS;

- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;

- o pré-existente à criação da PETROS.

D - DEPENDENTES DO APOSENTADO

São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

E - PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE EMPREGADO FALECIDO

Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS, com exceção do dependente que esteja cursando nível médio ou superior até os 24 anos de idade, caso que será discutido no âmbito da comissão prevista na cláusula XXX, parágrafo 4º para viabilizar a forma de desconto.

Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

F – ANTIGOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS DO

6º CONFUP

SISTEMA PETROBRÁS

Ex-empregados aposentados, e seus pensionistas e dependentes, desde que recebam os proventos através da PETROS.

G – QUAISQUER outros DEPENDENTES INDICADOS PELO TITULAR

Desde que o custeio seja assumido integralmente pelo titular.

Parágrafo Único: A Companhia manterá o benefício para os empregados com contrato suspenso para apuração de falta grave em decorrência de movimentos reivindicatórios, até o resultado final da Justiça em última instância.

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 38 A Companhia informará, mensalmente, a FUP e a cada Sindicato, a movimentação de beneficiários ocorrida no sistema AMS.

AMS – CUSTEIO

CLÁUSULA 39 A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio dos procedimentos no Programa da AMS nunca será superior a 30% do custeio global a ser avaliado atuarialmente, no âmbito da Comissão de Acompanhamento, que terá por base as Classes de Renda constante da Tabela a seguir:

Parágrafo 1º – O valor, por classe de renda a ser pago pelo Titular (empregado, aposentado ou pensionista) será o referente à cobertura do respectivo grupo familiar;

Parágrafo 2º - Entende-se o Valor a ser pago por Dependente (Item G) aquele correspondente ao custeio integral da AMS para aquela categoria de beneficiário, ou seja, a parte do empregado acrescida da parte do empregador.

Parágrafo 3º - A condição de beneficiário titular exclui a condição de beneficiário vinculado sempre que o cônjuge, companheiro, filho ou qualquer outro dependente indicado pelo titular mantiver vínculo empregatício com a Companhia, ou aposentar-se em condição de pleitear o benefício da AMS.

Parágrafo 4º - A Companhia reembolsará os gastos com procedimentos hospitalares realizados pelo sistema de “Livre Escolha”, pelos valores da tabela de credenciamento da AMS da Companhia.

Parágrafo 5º - A Companhia, a FUP e os Sindicatos, na vigência do presente Acordo, promoverão o acompanhamento mensal da evolução dos gastos da AMS na forma estabelecida nos critérios normativos do Programa.

Parágrafo 6º - Em abril de 2001 a Companhia revisará os valores a serem pagos por empregados, aposentados e pensionistas, caso a contribuição média do período importe em participação superior a 30% do custeio Global do Programa da AMS, ajustando-o àquele percentual, excetuando-se dos cálculos o grupo de dependentes referidos no item (G) da cláusula XXXXX.

Parágrafo 7º - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do beneficiário e seu acompanhante, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico necessário, tanto na baixa quanto na alta hospitalar.

Classe de Renda Valor p/ Titular(R\$)	Valor p/ Dependente(R\$)	Valor p/ Dependente (item G)(R\$)
Até 1,3 MSB	?	?
Até 2,4 MSB	?	?
Até 4,8 MSB	?	?
Até 7,2 MSB	?	?
Até 9,6 MSB	?	?
Até 11,0 MSB	?	?
Até 19,2 MSB	?	?

6º CONFUP

Acima de 19,2 MSB	?	?
-------------------	---	---

AMS – COBERTURA

CLÁUSULA 40 A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio conforme tabela da cláusula anterior cobrirá seguintes tipos de tratamento: médico, hospitalar, odontológico, ortodôntico, psicoterápico e PAE.

Parágrafo 1º - As coberturas de que trata esta Cláusula são concedidas independentemente de carência.

Parágrafo 2º - A cobertura obstétrica (pré-natal, parto, exame e consulta) será garantida para a dependente filha, enteada ou tutelada até os 24 anos de idade.

Parágrafo 3º - Todos os custos decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença adquirida devido ao ambiente insalubre de trabalho ou regimes especiais serão de responsabilidade da companhia, inclusive medicamentos.

AMS - TABELAS DE PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA 41 A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial, no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

AMS – ACOMPANHANTE

CLÁUSULA 42 A diária de 1 (um) acompanhante terá cobertura financeira de acordo com os critérios normativos do Programa da AMS, nos seguintes casos de internação:

- a) empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da AMS com idade superior a 55 anos;
- b) beneficiários menores, com até 18 anos de idade (inclusive);
- c) beneficiários com idade superior a 55 anos;
- d) doentes terminais.

MEDICAMENTOS

CLÁUSULA 43 A Companhia assegura aos beneficiários da AMS o custeio de medicamentos inclusive para todas doenças terminais e/ou degenerativas.

Parágrafo Único – A forma de custeio de que trata esta Cláusula será aprovado pela Comissão de Acompanhamento da AMS.

SOROPOSITIVOS

CLÁUSULA 44 A Companhia assegura aos beneficiários da AMS, portadores do vírus da HIV, a mesma assistência proporcionada aos portadores de outras doenças.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL – PAE

CLÁUSULA 45 O custeio do Programa de Assistência Especial – PAE, será financiado através da contribuição relativa ao Custeio Global da AMS.

PAE - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO

6º CONFUP

CLÁUSULA 46 A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados Quanto ao PAE. Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio a participação.

CLÁUSULA 47 No prazo de 30 dias, a Cia. procederá à reformulação do Estatuto da Petros, assim disciplinando -

I – Da Gestão da PETROS -

- a) Conselho de Curadores da PETROS será composto de 08 membros, sendo 5 eleitos diretamente pelos Mantenedores Beneficiários (MB) e 03 indicados pela Patrocinadora.
- b) A Diretoria da PETROS será composta de 04 membros, sendo 03 eleitos diretamente pelos MB e 01 indicado pela Patrocinadora.
- c) Conselho Fiscal será composto de 03 membros, sendo 02 eleitos diretamente pelos MB e 01 indicado pela Patrocinadora.
- d) Conselho de Curadores regulamentará a composição da Diretoria entre eleitos e indicados.

Parágrafo **primeiro** – A primeira eleição será realizada no prazo de 60 dias, com posse 10 dias após.

Parágrafo **segundo** – Será admitida uma reeleição.

Parágrafo **terceiro** – No prazo de 1 ano após a posse, o Conselho de Curadores encaminhará consulta ao Corpo Social visando a alteração global do Estatuto.

II – Da Consulta ao Corpo Social

- a) Fica instituída a Consulta ao Corpo Social, destinada a aprovar alterações estatutárias e alterações do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação mediante consulta direta aos MB.
- b) Poderão propor Consulta ao Corpo Social –

I – O Patrocinador Instituidor;

II – 5% dos Mantenedores Beneficiários, mediante solicitação a ser formalmente protocolizada junto à Direção da Fundação.

Parágrafo **primeiro** – Feito o requerimento de Consulta ao Corpo Social, na forma dos incisos I e II, o Conselho de Curadores terá o prazo de 30 dias para convocação da consulta.

Parágrafo **segundo** – A consulta deverá ser realizada no prazo máximo de 90 dias de sua solicitação.

Parágrafo **terceiro** – O quorum exigido para as alterações objeto de consulta ao corpo social é de 50% mais um dos MB.

Parágrafo **quarto** – Considera-se aprovada a proposta que, atingido o quorum, contar com 2/3 dos votos efetivamente computados.

CLÁUSULA 48 DAS INSUFICIÊNCIAS ATUARIAIS

A companhia aportará os recursos necessários para sanar todas as insuficiências atuariais e financeiras decorrentes do atual RPB, inclusive considerando o disposto na Resolução CGPC 17, de 11.07.96, respeitada a liquidez do Fundo.

6º CONFUP

Parágrafo primeiro – Eventuais déficits ou insuficiências que futuramente venham a ser identificados, envolvendo situações existentes até 15.12.2000, permanecerão sob a responsabilidade única e exclusiva da patrocinadora, na forma do caput, independente do momento em que vierem a ser identificadas.

Parágrafo segundo – O aporte referido no caput será feito de forma a alcançar o pleno equilíbrio entre os ativos (patrimônio) e os compromissos (benefícios) da Fundação, de maneira a preservar os direitos dos mantenedores beneficiários.

Parágrafo terceiro – A Cia. determinará à PETROS que disponibilize ao atuário indicado pela FUP e Sindicatos todas as informações necessárias à realização de auditoria financeira-atuária, a ser integralmente custeada pela Fundação.

Parágrafo quarto – A FUP e Sindicatos poderão assessorar-se por técnicos da área, inclusive advogados e atuários da sua escolha.

CLÁUSULA 49 PETROS – EMPRÉSTIMO

A Fundação manterá um sistema de empréstimo para todos os ativos e aposentados e pensionistas das patrocinadoras desde que haja possibilidade de desconto nos benefícios pagos em folha.

CLÁUSULA 50 Será revisto o atual sistema de empréstimos possibilitando-se a dilatação dos prazos, atualmente praticados, bem como a implantação de financiamentos imobiliários.

CLÁUSULA 51 PETROS – REVISÃO DE BENEFÍCIO

A Fundação revisará todos os atuais benefícios garantindo o valor de 90% do salário bruto no momento da aposentadoria, corrigido por todos os reajustes ocorridos na folha salarial das patrocinadoras.

Parágrafo Único – a partir de setembro de 1996 até agosto de 1999, a correção será pelo índice inflacionário medido pelo ICV-DIEESE.

LIMITE DE IDADE

CLÁUSULA 52 A Companhia favorecerá a PETROS com o aporte financeiro necessário à suplementação dos benefícios previdenciários dos inscritos na Fundação entre 24 de janeiro de 1978 e 27 de novembro de 1979, e tomará todas as medidas administrativas necessárias a garantir a extinção de quaisquer exigências de um limite mínimo de idade para o gozo de benefícios.

Parágrafo único - Enquanto for mantida a inexistência de limite mínimo de idade para suplementação de benefícios previdenciários pela PETROS, a inscrição dos empregados da Companhia no Plano de Benefícios da Fundação será automática.

PETROS/DEMITIDOS

CLÁUSULA 53 A Companhia regularizará a situação dos empregados dispensados por motivos políticos, e posteriormente reintegrados na Companhia, perante a PETROS, respondendo à Fundação pelas contribuições (da patrocinadora e dos mantenedores) relativas ao período do afastamento.

Parágrafo único: A Companhia manterá o vínculo, bem como as respectivas contribuições (do empregado e do empregador) na Fundação dos empregados com contrato suspenso para apuração de falta grave, em decorrência de movimentos reivindicatórios, até o resultado final em última instância.

ESCLARECIMENTOS AOS APOSENTÁVEIS

6º CONFUP

- CLÁUSULA 54** A Companhia se compromete a divulgar as situações em que seja possível a manutenção do nível de contribuição para a PETROS, com recursos do próprio empregado ou o recebimento de benefícios proporcionais ao tempo de vinculação à Fundação.
- CLÁUSULA 55** A Companhia, a FUP e os Sindicatos criarão comissões nacionais e locais para assessorar os trabalhadores em processo de aposentadoria com relação aos seus direitos junto à Fundação e ao INSS, até a finalização dos referidos processos.
Parágrafo Único: O prazo máximo para conclusão desses processos será de 45 dias.
- CLÁUSULA 56** A Companhia garantirá para todos os aposentados e pensionistas junto à Fundação os benefícios previstos no RPB a partir do momento de sua adesão à Petros.
- CLÁUSULA 57** A Companhia promoverá o ingresso de todos os trabalhadores e respectivos beneficiários contratados antes da criação da Petros em 1 de julho de 1970 na Fundação, incluindo-se os casos previstos no acordo coletivo de trabalho de 1985 – cláusula 33 – e acordo coletivo de trabalho de 1986 – cláusula 45.
Parágrafo único: Os custos dos benefícios decorrentes do ingresso previsto no caput serão assumidos pela Companhia.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA NO EMPREGO GARANTIA DE EMPREGO

- CLÁUSULA 58** Na hipótese de proposição de dispensa, sem justa causa, o seguinte procedimento deverá ser observado, no âmbito do Órgão:
- Encaminhamento à chefia mediata da proposta de dispensa do empregado;
 - O Titular do Órgão designará comissão para analisar a proposta. Essa Comissão será composta de 3 (três) empregados, incluindo um representante da área de Recursos Humanos e 1 (um) empregado não gerente;
 - O empregado será comunicado, pessoalmente, da instauração do procedimento, garantido o seu livre acesso a todas as informações pertinentes, aqui incluídas as alegações, justificativas, atos e/ou faltas que lhe são imputados, dos quais poderá obter cópias para elaboração de sua defesa, em observância ao disposto nos artigos 5º, LV, e 41, § 1º, da Constituição da República, e na Lei 9.984/99;
 - O empregado disporá de 8 (oito) dias, a partir da comunicação pessoal do procedimento, para apresentação de defesa à comissão;
- A comissão, decidindo por maioria, no prazo de 8 (oito) dias, deverá apresentar o seu parecer, recomendando formalmente: 1) A efetivação da dispensa, ou; 2) A reconsideração da proposta de dispensa.

EXCEDENTE DE PESSOAL

- CLÁUSULA 59** A Companhia assegura, nos casos em que haja excedente de pessoal decorrente de reestruturações e redução de atividades, re-alocará o pessoal em outros órgãos, na região, preferencialmente, ou fora dela, promovendo re-treinamento quando necessário.
- Parágrafo 1º** – A Companhia manterá os incentivos previstos em norma para facilitar a mobilização dos empregados de uma região para outra.
- Parágrafo 2º** - A Companhia re-alocará, em cargo ou função compatível, os empregados cedidos para as subsidiárias, caso estas não mais necessitem dos mesmos.

6º CONFUP

ESTABILIDADE – GESTANTE

CLÁUSULA 60 A Companhia garante emprego e salário à empregada gestante, até 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do estabelecido na letra b, inciso II, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

ESTABILIDADE - ACIDENTADO

CLÁUSULA 61 A Companhia assegura emprego e salário, por 1 (um) ano, ao empregado acidentado no trabalho, a partir da cessação do Auxílio-Doença acidentário. Esta garantia não vigorará nos casos de rescisão de contrato com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único - A presente garantia será estendida aos empregados paraplégicos, independentemente da causa da lesão.

ESTABILIDADE - DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA 62 A Companhia assegura as mesmas garantias de emprego e salário concedidas aos acidentados no trabalho, ao empregado portador de doença profissional, contraída no exercício do atual emprego, desde que comprovada pelo órgão de saúde da Companhia ou pelo órgão competente da Previdência Social.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL EFETIVO OPERACIONAL

CLÁUSULA 63 A Companhia se compromete a manter os efetivos operacionais, conforme restarem definidos em conjunto com os Sindicatos e o Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 1º - Essa definição será efetuada por comissões tripartites regionais, compostas por representantes da Companhia, dos Sindicatos, e da Procuradoria Geral do Trabalho instituídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Acordo.

Parágrafo 2º - Em observância ao que dispõe o artigo 37, inciso II, da Constituição da República, o preenchimento dos cargos vagos eventualmente definidos neste processo se dará por Concurso Público, observada a prioridade dos empregados que possam ser remanejados, e dos já classificados em concursos anteriores ainda válidos.

CARGOS DE ASSESSORIA

CLÁUSULA 64 Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculada a assessoria.

CARGO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA 65 A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de encargos públicos, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado. **Parágrafo único** - Quando do retorno do empregado, do referido

6º CONFUP

afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem.

HOMOLOGAÇÃO - SINDICATOS

CLÁUSULA 66 A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, quando exigida por Lei, deverão ser realizadas nos Sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe, e desde que não haja manifestação contrária e expressa do empregado neste sentido.

Parágrafo 1º - Nos casos em que o empregado optar por não homologar a rescisão de seu contrato de trabalho no Sindicato respectivo, a Companhia encaminhará cópia da rescisão contratual àquela Entidade, no prazo de uma semana.

Parágrafo 2º - São imprescindíveis à homologação da rescisão contratual, além dos documentos discriminados na Instrução Normativa MTPS/SNT N° 2, de 1992:

a) cópia autenticada do exame médico demissional de que trata a NR-7 do MTb, assim como do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional;

b) entrega ao trabalhador de cópia autenticada do perfil profissiográfico das atividades desenvolvidas, conforme prevista na Lei 9032/95, artigo 58, § 4º, c/c Lei 9528/97);

c) cópia autenticada do Mapa de Risco Ambiental das áreas em que trabalhou o empregado, como previsto na NR 9 do MTb, acompanhado da discriminação dos agentes agressivos presentes nas mesmas;

d) entrega ao empregado dos formulários DSS 8030 (antigo SB.40), devidamente preenchidos, e acompanhados do necessário laudo técnico;

e) prova documental dos atos a que se refere a Cláusula 36 do presente Acordo; movimentação de pessoal.

CLÁUSULA 67 A Companhia informará, mensalmente, a FUP e a cada Sindicato, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

TRABALHADORES DO SISTEMA

CLÁUSULA 68 A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/2000, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema PETROBRÁS admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição a PETROBRÁS mediante processo seletivo.

CLÁUSULA 69 Nos casos de abertura de processo seletivo público a Companhia assegura ampla divulgação, respeitada sua área de abrangência.

Parágrafo 1º - As fases de recrutamento e seleção dos processos seletivos serão realizadas conjuntamente de forma interna e externa.

Parágrafo 2º - A Companhia fornecerá aos empregados todas as informações sobre as condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência.

Parágrafo 3º - A Companhia garante a divulgação da lista de aprovados, em ordem de classificação, no final dos processos seletivos públicos.

ADMISSÕES

CLÁUSULA 70 A Companhia assegura que restringirá as admissões ao atendimento das demandas operacionais e administrativas, ou, ainda, em função de possíveis desligamentos, não promovendo rotatividade de pessoal.

INTERINIDADE

CLÁUSULA 71 A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por 180 (cento e oitenta) dias, vencido este prazo promoverá o preenchimento em caráter efetivo.

6º CONFUP

CAPITULO VI

DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO FALTAS/ATRASOS

CLÁUSULA 72 A Companhia, a FUP e os Sindicatos acordam que será permitido faltar ou atrasar por até 40 (quarenta) horas ao ano, a critério do empregado, não acarretando desconto nos salários.

Parágrafo único - As faltas ou atrasos poderão ser utilizadas em quantidade de horas (mínimo 01 hora), até completar o montante de horas previsto no caput.

PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA 73 A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá a limite de 5 (cinco) horas, sendo que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 74 Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, a jornada máxima permitida em regime de turno ininterrupto de revezamento é de 6 (seis) horas, compondo – se 06 grupos para o trabalho em refinarias e terminais.

Parágrafo 1º – Em áreas confinadas ou de difícil acesso os turnos ininterruptos de revezamento serão com seis grupos de turnos, com jornada de 12 horas diárias e relação de 1 (um) dia embarcado/confinado para 02 dias de repouso remunerado, garantido o pagamento dos adicionais regional de confinamento, de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação, e periculosidade;

Parágrafo 2º - Ficam mantidas as demais vantagens instituídas pela Lei 5.811/72.

CONFINAMENTO EM CAMPOS DE PRODUÇÃO

CLÁUSULA 75 A Companhia manterá para os empregados que trabalham nos campos de produção, e plataformas marítimas, os regimes de trabalho de turno ininterrupto de revezamento ou de sobreaviso.

Parágrafo único - A Companhia se compromete a considerar como dia efetivamente trabalhado os dias de embarque, em que o empregado deixa seu domicílio para atender à periodicidade laboral em local de confinamento indicado pela empresa, e de desembarque, quando do retorno.

EQUIPE SÍSMICA - RELAÇÃO TRABALHO/FOLGA

CLÁUSULA 76 A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho/folga de 1x1, jornada de 10 horas e a carga semanal de 35 horas.

HORÁRIO FLEXÍVEL

CLÁUSULA 77 A Companhia continuará praticando o sistema de horário flexível, para o regime administrativo, de acordo com as características operacionais de cada órgão, conforme praticado em 1º de setembro de 1997.

6º CONFUP

HORÁRIO ADMINISTRATIVO (HA) - JORNADA

CLÁUSULA 78 A Companhia garante a carga de 35 (trinta e cinco) horas semanais para os empregados sujeitos ao horário administrativo.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA 79 A Companhia concederá licença adoção pelo período de 120 dias aos empregados que adotarem menores na forma estabelecida na legislação específica para adoção e nas instruções emitidas pela Companhia a respeito deste assunto.

EXAME PRÉ-NATAL

CLÁUSULA 80 A Companhia concederá às suas empregadas as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério de seu órgão de saúde.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 81 A fim de agilizar a fiscalização e prevenir a eventual responsabilização da Companhia, a PETROBRÁS fornecerá aos Sindicatos cópia dos contratos firmados com empresas contratadas para prestação/execução de serviços em suas unidades, do Contrato Social e Edital de Licitação com as respectivas empresas vencedoras.

Parágrafo único – A Companhia não contratará a prestação de mão de obra com cooperativas de trabalhadores.

CAPÍTULO VII

DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE OCUPACIONAL EXAME MÉDICO - GRATUIDADE

CLÁUSULA 82 A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

COMISSÃO – TERCEIRIZAÇÃO

CLÁUSULA 83 A Companhia compromete-se a realizar na sua sede, reuniões periódicas, com a FUP/Sindicatos, com o objetivo de discutir as ações de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e outras questões relativas aos empregados das empresas contratadas pela Companhia.

Parágrafo único – As propostas consensuadas na Comissão serão incorporadas aos editais de licitação e contratos com as empresas terceirizadas.

EXAMES DOS EMPREGADOS DE EMPREITEIRAS

CLAUSULA 84 A Companhia, em conjunto com a FUP e os Sindicatos, estabelecerá Comissões Nacional e Regionais com o objetivo de acompanhar e fiscalizar os programas de treinamento prévio e as condições de saúde, segurança e meio ambiente, dos empregados das empresas prestadoras de serviço à Companhia, que laborem em suas instalações ou áreas industriais.

6º CONFUP

Parágrafo 1º – A Companhia assegura a inclusão da obrigatoriedade de tais procedimentos como cláusula dos contratos firmados entre ela e as empreiteiras.

Parágrafo 2º – Sempre que o local de trabalho dos empregados de empreiteiras corresponder a unidades ou instalações das Companhias, competirá a esta a emissão do formulário DSS-8030, acompanhado do devido laudo técnico.

READAPTAÇÃO - ACIDENTADO/DOENÇA OCUPACIONAL

CLÁUSULA 85 A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo 1º - Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado, assim como a natural evolução da mesma.

Parágrafo 2º - No caso de empregados paraplégicos submetidos à reabilitação funcional, a Companhia se compromete a manter a mesma remuneração global resultante de salários, benefícios e vantagens percebidos anteriormente à lesão, independentemente da causa da lesão.

Parágrafo 3º - Após a reabilitação o empregado terá sua progressão funcional e a recomposição de sua remuneração garantida.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO - NUTRICIONISTA

CLÁUSULA 86 A Companhia obriga-se a supervisionar o programa de alimentação, com o apoio de profissionais da área de saúde e/ou nutrição da Companhia.

CIPA

CLÁUSULA 87 As eleições da CIPA serão convocadas e coordenadas pelo Sindicato e pela Companhia, comunicadas a todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados, com antecedência de 90 (noventa) dias, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) - O número base para a definição dos participantes da CIPA é de um titular e um suplente para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores, incluindo-se os terceirizados, com estabilidade para todos os membros titulares e suplentes;
 - b) A CIPA terá acesso a todas as informações e dados estatísticos referentes à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente;
 - c) Todos os membros da CIPA serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;
 - d) É permitida a reeleição dos membros da CIPA;
 - e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;
 - f) A CIPA terá acesso a todos os locais de trabalho, sendo vedada à Companhia impedir, limitar ou inibir suas ações;
 - g) Os componentes da CIPA, têm direito a estar presentes e a acompanhar todas as diligências na análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, devendo a empresa informá-los previamente sobre tais atividades;
 - h) A Companhia garantirá a formação de uma CIPA para cada plataforma marítima.
- Parágrafo 1º** - Para fins do presente acordo entenda-se como trabalhadores “terceirizados” os empregados de empresas interpostas (“contratadas” ou “empreiteiras”) que prestam serviços de caráter permanente nas instalações ou unidades da Companhia.

Parágrafo 2º – Em atendimento às disposições da NR-05, inclui-se na competência da CIPA a fiscalização e exigência de observância das NR's 7, 9 e 24, conforme

6º CONFUP

editadas pelo TEM, sobretudo no que relativo à realização de exames periódicos, mapas de risco ambiental, PPRA e PCMSO.

CIPA - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

CLÁUSULA 88 A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas.

CIPA - AMPLIAÇÃO INDUSTRIAL

CLÁUSULA 89 A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPA's, nos projetos de ampliação, criação e manutenção de suas instalações industriais, detectando os impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, definindo os respectivos mecanismos de controle.

COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

CLÁUSULA 90 A Companhia assegura o encaminhamento, aos respectivos sindicatos, da seguinte documentação:

- a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (C.A.T.), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, de empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta;
- b) Cópia dos relatórios das CIPAS a respeito de acidente sem afastamento e outros incidentes;

Cópia dos Relatórios de Ocorrência Anormal, Relatórios de Acidente com Lesão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e de todo o relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde e do ambiente de trabalho.

CIPA - CURSOS E PALESTRAS

CLÁUSULA 91 A Companhia se compromete a manter, em articulação com as CIPA's e os Sindicatos, a realização de cursos, palestras e seminários com a participação conjunta de representantes da Companhia e dos Sindicatos sobre os agentes com características tóxicas de suas matérias-primas e produtos, bem como os demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à preservação ou limitação de seus efeitos nocivos.

ÓRGÃOS OPERACIONAIS – ENFERMEIROS

CLÁUSULA 92 A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, no mínimo 2 (dois) empregados de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno.

UNIDADE AÉREA DE SAÚDE

CLÁUSULA 93 A Companhia se compromete a implantar, e manter onde já existirem, unidades aéreas de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

Parágrafo único – A Companhia continuará mantendo o material necessário à prestação de primeiros socorros, incluindo o pessoal treinado para esse fim.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

CLÁUSULA 94 A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e

6º CONFUP

diretrizes para estas funções.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde ocupacional;

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos sindicatos e da FUP às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos;

Parágrafo 3º - A Companhia garante aos sindicatos e à FUP a exibição em local visível e o acesso às fichas técnicas de todos os produtos químicos existentes no meio ambiente de trabalho.

DOENÇAS TROPICAIS

CLÁUSULA 95 A Companhia considerará como doenças profissionais, para todos os efeitos, as moléstias designadas como “doenças tropicais” (tais como malária, hepatite e leishmaniose) adquiridas durante jornada de trabalho em regiões de reconhecida incidência.

JATEAMENTO DE AREIA

CLÁUSULA 96 A Companhia assegura estender a todas as suas unidades e órgãos operacionais, independentemente dos Estados onde estejam instalados, os procedimentos por ela adotados no Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela respectiva Lei Estadual 1.979/92, que trata da substituição do jateamento de areia.

COMISSÃO - MÉDICO, ENGENHEIRO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 97 A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 1 (um) Médico do Trabalho e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, de cada parte, ou assessoria sindical em segurança, saúde e meio ambiente, na qualidade de representantes do Sindicato/FUP, do Ministério Público do Trabalho, e da Companhia, verificarem as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho.

ACESSO AO LOCAL DO ACIDENTE

CLÁUSULA 98 A Companhia garantirá o acesso imediato de representante dos sindicatos na área onde ocorrer acidente, assim como assegurará o acompanhamento, por esses representantes, dos inquéritos e/ou investigações decorrentes.

Parágrafo único – Responsabilizam-se as partes pela manutenção das características do local do acidente, de forma a preservar elementos úteis à sua apuração. fiscalização/representante.

CLÁUSULA 99 A Companhia permitirá que representantes sindicais acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

EXAME MÉDICO - RESULTADOS

CLÁUSULA 100 A Companhia assegura que cada empregado será informado e orientado, por escrito, pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, sobre o resultado da avaliação de seu estado de saúde, e dos exames complementares a que foi submetido.

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre sua saúde relacionado com as atividades ocupacionais;

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá

6º CONFUP

conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

Parágrafo 3º - Deverão ser consideradas, no conteúdo dos exames médicos, as questões relacionadas à saúde mental dos trabalhadores.

EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO - NA APOSENTADORIA

CLÁUSULA 101 A Companhia realizará exames médicos e odontológicos em todo empregado por ocasião da aposentadoria.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados;

Parágrafo 2º - Todas as despesas com tratamento, incluindo exames, medicamentos e deslocamentos, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia, serão de responsabilidade da mesma.

EQUIPE DE COMBATE A INCÊNDIO

CLÁUSULA 102 A Companhia comporá, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal da área de Segurança Industrial.

Parágrafo Único – As equipes de brigadistas serão compostas exclusivamente com pessoal próprio, com integrantes em número suficiente para operar todos os equipamentos necessários ao combate.

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA 103 A Companhia compromete-se a implementar e manter o PPRA e o Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno – PPEOB, realizando monitoramento ambiental e biológico, sempre com acompanhamento dos sindicatos e dos GTB's (Grupos de Representação dos Trabalhadores do Benzeno). Política de saúde da companhia.

CLÁUSULA 104 A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações corretivas de saúde na assistência aos empregados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA

CLÁUSULA 105 A Companhia garantirá aos seus empregados o direito fundamental de prestar serviços com segurança e dentro dos critérios de saúde ocupacional.

Parágrafo 1º - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho e do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá que os técnicos de segurança não enfrentarão nenhum empecilho, obstrução, ou punição, no exercício de seu poder de embargo de atividades, procedimentos ou instalações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho.

PERICIA DE ACIDENTADOS

CLÁUSULA 106 No caso de realização de perícias médicas de acidentados estas serão feitas exclusivamente pelo INSS.

CAPÍTULO VIII

DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: IMPLANTAÇÃO

CLÁUSULA 107 A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da eficiência, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da segurança e saúde dos empregados.

Parágrafo único - A implantação de novas tecnologias que tragam alterações substanciais, será precedida de uma apresentação, sendo acordado e acompanhada pelos Sindicatos, em todas as suas fases, em face das mudanças que dela poderão resultar.

RELOCAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 108 A Companhia assegura que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessária a re-locação dos empregados envolvidos, garantindo ainda: treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais, e regimes de trabalho dessas novas funções.

Parágrafo único - Para tal a Companhia manterá programas de treinamento que atendam as novas necessidades determinadas.

TREINAMENTO

CLÁUSULA 109 A Companhia assegura, a todos os empregados, que na implantação de novas tecnologias, quando necessário, serão mantidos programas de treinamento voltados para os novos métodos e para o exercício das novas funções.

CAPÍTULO IX

DAS RELAÇÕES SINDICAIS - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

CLÁUSULA 110 A Companhia, a FUP e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de Comissão Mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento em reuniões a cada 2 (dois) meses.

Parágrafo único – Essa Comissão, além de acompanhar as condições estabelecidas no presente Acordo, terá a incumbência de discutir outras questões de interesse dos empregados.

REUNIÕES REGIONAIS

CLÁUSULA 111 A Companhia se compromete a realizar reuniões periódicas entre as Gerências dos Órgãos e os respectivos Sindicatos, em datas previamente negociadas, com o objetivo de tratar de questões locais, de interesse comum. liberação de dirigentes/Mas.

CLÁUSULA 112 A Companhia se compromete a estender os benefícios da Assistência Multidisciplinar de Saúde, aos dirigentes sindicais liberados sem remuneração, para cumprimento de mandato sindical, nos termos do disposto no § 2º, do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e nos limites da Lei.

Parágrafo único – A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais citados no caput e beneficiários a eles vinculados, será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados, mediante

6º CONFUP

dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

CLÁUSULA 113 A Companhia assegura a liberação de 1 (um) dirigente sindical, para cada sindicato, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

Parágrafo único - Caberá ao sindicato a indicação do dirigente a ser liberado. Liberação de dirigentes por trabalhadores na base.

CLÁUSULA 114 A Companhia assegura ainda aos sindicatos a liberação de mais 1 (um), ou mais 2 (dois) dirigentes sindicais (interrupção da prestação de serviços), quando à Entidade respectiva vincularem-se bases territoriais com até oitocentos, ou até um mil e seiscentos empregados ativos, respectivamente, com base na lotação da Companhia em 1º/9/2000.

Parágrafo 1º - Acima de 1.600 trabalhadores na base a Companhia garante a liberação de mais um dirigente sindical a cada 800 trabalhadores.

Parágrafo 2º - A Companhia garante aos sindicatos com representação em mais de um estado a liberação de mais um dirigente sindical por estado ou Distrito Federal.

Parágrafo 3º - A Companhia se compromete com a liberação, nos mesmos moldes do caput, de um dirigente sindical em cada sub-sede, em pelo menos 2 (dois) dias por semana. Liberação de dirigentes / encargos.

CLÁUSULA 115 A Companhia assegura que assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração.

Parágrafo 1º - O dirigente liberado na forma do caput terá garantido, quando de seu retorno, toda a progressão funcional do período do referido afastamento.

Parágrafo 2º - O dirigente liberado na forma do caput será mantido na folha de pagamento, repassado o custo correspondente para os sindicatos em desconto nas mensalidades sindicais (interrupção da prestação de serviços com isenção de remuneração pela empresa).

Parágrafo 3º - Será garantido aos dirigentes sindicais liberados todos os direitos e vantagens pactuados nos acordos e/ou convenções coletivas da categoria. Liberação de dirigentes / federação.

CLÁUSULA 116 A Companhia assegura a liberação para a Federação Única dos Petroleiros, de 13 (treze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA 117 A Companhia assegura a liberação de dirigentes e/ou delegados eleitos nas instâncias sindicais, para participação nos fóruns de discussão da categoria.

Parágrafo 1º - A Companhia se compromete a liberar, sem remuneração, empregados eleitos em assembleias e/ou a pedido do sindicato para participar em eventos de interesse sindical, tais como congressos, plenárias, seminários, etc.

Parágrafo 2º - Tais faltas terão caráter de falta justificada, não incidindo sobre férias e outras vantagens.

COMISSÕES DE BASE – ORGANIZAÇÕES POR LOCAL DE TRABALHO – IMUNIDADE

CLÁUSULA 118 Fica prevista a mesma imunidade dos dirigentes sindicais para os representantes dos trabalhadores eleitos para as Comissões de Base e Organizações por Local de Trabalho que restarem criadas em negociações diretas entre Sindicatos e os respectivos órgãos de pessoal da Companhia.

CAPÍTULO X

DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS – GREVES

CLÁUSULA 119 A Companhia reintegrará no emprego os empregados dispensados a partir de setembro de 1994, ou com contrato suspenso para apuração de falta grave, desde que tenham sido afastados por participação em movimentos políticos e/ou reivindicatórias, independentemente da alegação de falta grave.

PUNIÇÕES

CLÁUSULA 120 A Companhia cancelará todas as punições (advertências e suspensões disciplinares) aplicadas em represália aos movimentos reivindicatórios de 1994 e 1995, retificando-se os respectivos apontamentos funcionais.

Parágrafo único - Os empregados que tenham sofrido suspensões disciplinares serão indenizados nos valores equivalentes aos dias da suspensão, assim como eventuais diferenças decorrentes a serem apuradas nas férias, gratificações de férias e natalinas, ascensão funcional, e demais parcelas remuneratórias.

MOTORISTAS: RESSARCIMENTO DE DANOS

CLÁUSULA 121 A Companhia garante que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados, não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando, apenas, sujeitos, como todos os empregados às Normas de Relações no Trabalho.

IGUALDADE DE DIREITOS

CLÁUSULA 122 A Companhia se compromete a praticar, para os empregados admitidos após 31.08.97, as mesmas condições vigentes para os empregados admitidos até a referida data.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

CLÁUSULA 123 A Companhia descontará de seus empregados as importâncias aprovadas nas Assembléias Gerais dos Sindicatos, como Contribuição Assistencial, nos termos do disposto nos incisos IV e V do Artigo 8º das Constituição da República. Fica garantido o direito de oposição dos discordantes, mediante documento pôr estes firmado, dirigido à Companhia e com cópia obrigatória ao respectivo Sindicato, no prazo de dez dias a partir da ocorrência da referida Assembléia.

CAPÍTULO XI

DA VIGÊNCIA PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

CLÁUSULA 125 O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da

6º CONFUP

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único – A Companhia efetuará o depósito deste Acordo no Ministério do Trabalho, de conformidade com os prazos estabelecidos no artigo 614 da CLT.

VIGÊNCIA

CLÁUSULA 126 Excetuando-se as disposições relativas a reajuste salarial, as demais Cláusulas constantes do presente Acordo terão vigência de 1º de Setembro de 2000 até 31 de Agosto de 2001.